



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

ORLANA RACHEL LISBOA LEITE

**AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO PRESTADO ÀS
ADOLESCENTES DO CENTRO EDUCACIONAL ALDACI BARBOSA MOTA**

**FORTALEZA
2013**

ORLANA RACHEL LISBOA LEITE

**AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO PRESTADO ÀS
ADOLESCENTES DO CENTRO EDUCACIONAL ALDACI BARBOSA MOTA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa.

**FORTALEZA
2013**

ORLANA RACHEL LISBOA LEITE

**AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO PRESTADO ÀS
ADOLESCENTES DO CENTRO EDUCACIONAL ALDACI BARBOSA MOTA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa. (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Ercília Maria Braga de Olinda
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
Universidade Estadual do Ceará (UFC)

Ao meu pai Orlando e minha mãe Nancy
pelo total apoio e carinho.

Aos meus irmãos e sobrinhos que serão
sempre especiais.

À minha querida e amada irmã Odiléa, que
sempre apoiou meus sonhos.

AGRADECIMENTO

A Deus que é “poderoso para fazer, infinitamente, mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, conforme o seu poder que opera em nós.” (Ef. 3, 20)

A todos os professores do MAPP pelas trocas de aprendizagens que enriqueceram este trabalho e, em especial, a professora Gema Galgani pelos momentos de encorajamento e força.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa, que mesmo diante das minhas dificuldades demonstrou acreditar na minha capacidade de concluir essa dissertação. Minha eterna gratidão.

À Professora Dr.^a Ercília Maria Braga de Olinda pela atenção, incentivo e pelas valiosas colaborações e sugestões ao longo deste trabalho.

À Professora Dr.^a Ângela de Alencar Araripe Pinheiro pelo carinho, apoio e pelas ricas contribuições compartilhadas durante o andamento deste trabalho.

À minha querida amiga Aline Freitas pelos momentos de estudo e pelo grande apoio, diante das angústias e cansaço que esta empreitada nos reserva.

Aos demais colegas de curso pelos momentos compartilhados, pelas reflexões críticas e sugestões recebidas.

A todos os instrutores educacionais, técnicas e adolescentes do CEABM que, por suas disponibilidade e atenção, aceitaram participar desta pesquisa.

Em especial ao João Monteiro Vasconcelos, coordenador do Laboratório de Inclusão da STDS, que no período de 2002 foi uma das primeiras pessoas com quem eu mantive contato, através da seleção de estagiários para o CEABM e que, durante este trabalho, se fez presente com seu apoio.

Aos demais profissionais que compõe a Célula de Atenção às Medidas Socioeducativas da STDS e, em especial, a Lucita Cunha Matos pelo apoio em fornecer documentos que foram tão relevantes para a concretização deste trabalho.

À Ana Paula Alcântara, Vânia Maria Fraga e Katiane Farias Teixeira pela consideração e apoio durante todo o período em que convivemos nesta Universidade.

“Mais uma vida jogada fora
Um coração que já não bate mais,
descanse em paz
Sonhos que vão embora, antes da hora
Sonhos que ficam pra trás
Pra onde vai você? Pra onde vai?
Pra onde vai o sol quando a noite cai?
E agora?
A casa sem ele vai ser um tédio.
A dor é do tamanho de um prédio
Não tem remédio, não tem explicação,
não tem volta
Os amigos não aceitam, o irmão se revolta
A família não acredita no que aconteceu
Ninguém consegue entender
porque o garoto morreu
Tiraram da gente um jovem tão inocente
E a sua avó que era crente hoje tem raiva de Deus.”

(Gabriel Pensador)

RESUMO

Os atos infracionais cometidos por adolescentes têm subsidiado amplas discussões, tanto pela mídia como pela sociedade que, diante de avaliações vagas, passam a opinar de uma forma inadequada, negando os reais problemas sociais graves que se colocam diante da grande desigualdade social e que, por sua vez, contribuem para o conflitar da lei, haja vista o desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Partindo-se dessas reflexões, este trabalho tem como objetivo avaliar o atendimento socioeducativo prestado às adolescentes do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM), situado em Fortaleza, e sua proposta-político pedagógica institucional. Uma vez que todos os Centros Educacionais passam por uma reestruturação do seu sistema por meio das diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro, que implementa uma política pública, especificamente, destinada ao atendimento de adolescente em conflito com a lei. Para tanto recorremos, primeiramente, ao ideário de autores e estudiosos do tema, destacando-se: Singly (2000), Amaral (2001), Ozzella (2003), Diogènes (2009), Ariès (2011), Faleiros (2011), Santos (2011), Volpi (2011), e Foucault (2012). A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso e pauta-se em uma avaliação crítico-reflexiva. Como sujeitos da pesquisa levamos em consideração, as visões dos profissionais que fazem o atendimento socioeducativo e das adolescentes que cumprem medida socioeducativa. A pesquisa se pauta na abordagem qualitativa-descritiva e quantitativa. A abordagem qualitativa está consolidada por meio dos seguintes instrumentos: observação participante direta, grupo de discussão e entrevista semi-estruturada e a abordagem quantitativa através do questionário. Na análise dos resultados, consideramos a análise de conteúdo de Bardin. Para facilitar a compreensão apontamos algumas categorias tais como: atendimento socioeducativo, profissionais, relações interpessoais, adolescentes, questão de gênero. O trabalho tem como recorte temporal o período de agosto de 2012 a dezembro de 2013. Os resultados apontaram que apesar da materialização do SINASE, o CEABM apresenta algumas demandas que fazem com que algumas ações do atendimento tornem-se fragilizadas, entre essas demandas estão: fragilização dos recursos humanos, problemas na estrutura física, falta de programa de acompanhamento ao adolescente egresso, relações interpessoais fragilizadas e descumprimento do prazo máximo de conclusão no que diz respeito às internações provisórias.

Palavras-chave: avaliação, violência, adolescente em conflito com a lei, gênero, medidas socioeducativas.

ABSTRACT

The offenses committed by adolescents have supported extensive discussions, both by the media and by society in the face of vague reviews, go to opine inappropriately denying the real serious social problems that arise concerning the great social inequality and that, turn, contribute to conflict of law, given the disregard for the Child and Adolescent (ECA). Starting from these considerations, this paper aims to assess the social and educational care provided to adolescents Aldaci Barbosa Mota (CEABM) Educational Center, located in Fortaleza, institutional and political - pedagogical your proposal as well as their actions, Since all centers educational undergo a restructuring of its system through the guidelines of the National System of Aten Socio - dure (SINASE), law 12,594 of January 18, which implements a policy specifically designed to care for adolescents in conflict with the law. For that we turn, first, to the ideas of authors and specialists, especially: Singly (2000), Amaral (2001), Ozzella (2003), Diogénes (2009), Ariès (2011), Faleiros (2011), Santos (2011), Volpi (2011), e Foucault (2012). The research is characterized as a case study and is guided in a critical and reflective assessment with qualitative and quantitative - descriptive approach. A qualitative approach was consolidated with the following techniques: participant observation, focus group and semi-structured interviews and quantitative approach through the questionnaire. In order to analyze the results, we consider the content analysis of Bardin. However, to understand this reality, we took into account the views of professionals working in the childcare service and teenagers abide by social measure. Were also identified some categories such as: social and educational care, professional, professional career, interpersonal relationships, adolescents, gender and difficulties. Work is cut out the time period from August 2012 to December 2013 The results showed that despite the materialization of SINASE the CEABM has some demands that make some actions of care become vulnerable, including: fragility of human resources and physical infrastructure, lack of monitoring program to egress teenage fragile interpersonal relationships and breach the maximum time for completion in respect of provisional admissions.

Keywords: Assessment. Violence. Adolescents in conflict with the law. Gender. Educational measures.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Faixa etária das adolescentes.....	80
Gráfico 2 -	Cor da pele declarada pelas adolescentes.....	81
Gráfico 3 -	Nível de escolaridade das adolescentes.....	82
Gráfico 4 -	Estado civil das adolescentes.....	83
Gráfico 5 -	Adolescentes e a maternidade.....	84
Gráfico 6 -	Ocupação laboral das adolescentes.....	85
Gráfico 7 -	Importância de pertencer a uma igreja.....	86
Gráfico 8 -	Convivência familiar das adolescentes.....	87
Gráfico 9 -	Membros da família responsável pelo sustento familiar.....	89
Gráfico 10 -	Atividade laboral do responsável pelo sustento familiar.....	90
Gráfico 11 -	Adolescentes e a renda familiar.....	91
Gráfico 12 -	Situação das residências das adolescentes.....	92
Gráfico 13 -	Reincidência das adolescentes à unidade.....	93
Gráfico 14 -	Envolvimento das adolescentes com as drogas.....	94
Gráfico 15 -	Envolvimento dos familiares com drogas lícitas ou ilícitas.....	95
Gráfico 16 -	Adolescentes vítimas de violência física e/ou psicológica.....	96
Gráfico 17 -	Discriminação sofrida pelas adolescentes após a internação.....	97
Gráfico 18 -	Sonhos e projetos de vida das adolescentes.....	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa da cidade de Fortaleza.....	57
Figura 2 -	Estrutura organizacional da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS -	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAMC -	Célula de Atenção à Média Complexidade
CAMS -	Célula de Atenção às Medidas Sócioeducativas
CEABM -	Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota
CECAL -	Centro Educacional Aloísio Lorscheider
CEDB -	Centro Educacional Dom Bosco
CEDCA -	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CE -	Ceará
CEJA -	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CEPA -	Centro Educacional Patativa do Assaré
CESF -	Centro Educacional São Francisco
CESM -	Centro Educacional São Miguel
CF –	Constituição Federal
CMSE -	Célula de Medidas Socioeducativas
CONANDA -	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPSE -	Coordenadoria da Proteção Social Especial
CREAS –	Centros de Referência Especializados da Assistência Social
CRF –	Centro de Reeducação Feminino
CSMF -	Centro Semiliberdade Mártir Francisca
DCA -	Delegacia da Criança do Adolescente
DST -	Doença Sexualmente Transmissível
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA -	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA –	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM –	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA –	Estados Unidos da América
FEBEM –	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEBEMCE -	Fundação Estadual Bem Estar Menor do Ceará
FUNABEM –	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IML –	Instituto Médico Legal
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS -	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC –	Ministério da Educação e Cultura
MSE -	Medida Sócioeducativa
NOC -	Núcleo Olívio Câmara
OAB –	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS –	Organização Mundial da Saúde
ONU –	Organização das Nações Unidas
PEASE -	Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo
PIA -	Plano Individualizado de Atendimento
PMF -	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD –	Programa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNAS -	Política Nacional de Assistência Social
PROARES -	Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará
PRONATEC -	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEDUC-	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SEDH -	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza
SENAC -	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI -	Secretaria Nacional de Aprendizagem Industrial
SER -	Secretaria Executiva Regional
SETAS -	Secretaria do Trabalho e Ação
SGD -	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE -	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
STDS -	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
UFC -	Universidade Federal do Ceará
UNICEF -	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URLBM -	Unidade de Recepção Luis Barros Montenegro
USC -	Unidade de Semiliberdade de Crateús

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	18
2.1 Compreendendo políticas públicas e avaliação.....	18
2.2 Objeto de estudo e abordagem metodológica.....	20
2.3 Local da pesquisa.....	22
2.4 Instrumentos usadas para a coleta dos dados.....	24
2.4.1 <i>Observação participante.....</i>	24
2.4.2 <i>Grupo de discussão.....</i>	25
2.4.3 <i>Questionários.....</i>	27
2.4.4 <i>Entrevista com as adolescentes e com os profissionais.....</i>	28
2.4.5 <i>Análise dos dados.....</i>	29
3 CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE A INFÂNCIA.....	31
3.1 Conceituando a adolescência.....	34
3.2 Novos arranjos familiares: composições e nuances na representação social atual.....	34
3.3 Uma abordagem acerca do gênero e sua influência na adolescência.....	42
3.4 Gênero, sexualidade e adolescência.....	50
4 NUANCES DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	55
4.1 Fortaleza: um espaço urbano emoldurado pela violência.....	57
4.2 Gangues, delinquência e violência: uma rede interligada.....	65
5 CULTURA DO MENOR AO SUJETO DE DIREITO: A PERCEPÇÃO DO ADOLESCENTE SOB A ÓTICA DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL.....	69
5.1 Estrutura organizacional das medidas socioeducativas no estado do Ceará.....	70
5.2 O Centro Aldaci Barbosa Mota (CEABM) e seu histórico.....	80
6 ADOLESCENTE INTERNADA: PROBLEMÁTICA E COMPLEXIDADE.....	82
6.1 Perfil das adolescentes, segmento.....	82
6.2 Estrutura e perfil familiar das adolescentes.....	92

6.3	Reincidência e o envolvimento familiar e da adolescente com as drogas	100
6.4	Violência e discriminação sofridas pelas adolescentes.....	105
6.5	Limitação do atendimento socioeducativo: ressocialização e sonhos “inatingíveis”.....	108
7	ANÁLISE DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS	110
7.1	O Atendimento socioeducativo por meio da visão dos profissionais.....	111
7.2	Trajatória profissional	112
7.3	Trabalho dos profissionais com adolescentes em conflito com a lei.....	113
7.4	Dificuldades e demandas.....	114
7.5	Reconhecimento profissional.....	116
7.6	Satisfação profissional.....	117
7.7	Projeto pedagógico.....	118
7.8	As relações interpessoais.....	122
7.9	A Questão de gênero.....	124
7.10	Relações homofóbicas.....	127
7.11	Avaliação da adolescente por meio do Plano Individual do Adolescente-PIA.....	129
7.12	O Atendimento socioeducativo por meio da visão das adolescente	130
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS.....	135
	APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	145
	APÊNDICE B – Roteiro para entrevista dos instrutores educacionais.....	146
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com as técnicas e diretora.....	147
	APÊNDICE D – Questionário aplicado às adolescentes atendidas no Centro Educacional Aldaci Barbosa (CEABM).....	148
	APÊNDICE E – Roteiro de entrevista para as adolescentes atendidas no CEABM.	152

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea trouxe consigo uma multiplicidade de problemas sociais e entre eles está o aumento da violência e da criminalidade, sofridas e praticadas por adolescentes. Esse tema, apesar de recorrente, tem afligido bastante a sociedade brasileira. É fácil entender o motivo desse pânico. Afinal o país, ultimamente, registra estatísticas de homicídios comparáveis a nações em guerra e, nesse contexto está, principalmente, a violência que se espalha entre os adolescentes por todo o Brasil.

Para Teixeira (2011) o mal-estar que acompanha a modernidade leva a um sentimento de insegurança com total descrença nas instituições que são responsáveis pela ordem. Para o autor, o Estado é o verdadeiro agente da violência ilegítima e ilegal, uma vez que diante de sua posição conservadora se coloca diante da lógica do posicionamento econômico advindo dos países desenvolvidos.

O adolescente, que convive nessa lógica paradoxal torna-se vítima, uma vez que seus direitos são negligenciados. Assim, nessa representação social ele passa a ser o réu do seu destino. Ele faz vítima e torna-se vítima. No entanto, para muitos setores da sociedade, ele não é reconhecido como vítima, mas como um vilão que merece ser punido e tiranizado de forma que seus direitos não sejam contemplados.

Por meio da linguagem da violência ele passa a ser reconhecido como um adolescente em conflito com a lei. Nessa posição ele se coloca como uma categoria jurídica em que na tutela do Estado e passa a experimentar uma nova forma de atendimento que é o atendimento socioeducativo onde independente da gravidade do seu ato ele vai ter a chance de reverter o quadro social em que se encontra.

No Brasil, o atendimento socioeducativo prestado aos adolescentes que cometem infrações ocorre nos Centros Educacionais, implementados e renomeados após a extinção das antigas (FEBEMs) Fundação do Bem -Estar do Menor que por meio da política do bem-estar se voltada para os grupos sociais desassistidos. Todavia, seu cenário era consolidado pela segregação, violência e exclusão.

Com os Centros Educacionais o de atendimento muda de configuração, uma vez que com o ECA o adolescente é considerado um sujeito em desenvolvimento e, que merece ser contemplado por meio dos seus direitos.

No Ceará, o atendimento socioeducativo tem como referencia as normativas nacionais contidas no ECA e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012, que aduz no art. 1º o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Ainda no seu parágrafo 1º são considerados seus princípios e regras que corrobora o Estatuto da Criança e do Adolescente, determinando diretrizes claras e específicas para a execução das medidas socioeducativas por parte das instituições e profissionais que atuam nesta área.

Art. 1º - (...).

§ 1º - Entende-se por SINASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei. (SINASE, 2012).

Assim, atendimento socioeducativo contemplado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aduz em seu art. 112 que,

verificada a prática de ato infracional a autoridade competente poderá aplicar aos adolescentes as seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Assim, o atendimento socioeducativo deve levar em consideração a excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Ao serem aplicadas, as medidas socioeducativas devem levar em consideração, também, a capacidade do adolescente em cumpri-la e a gravidade da infração. No que versa este atendimento, destinados aos privados de liberdade a grande mudança trazida foi a substituição da doutrina que elucidava a proteção, vigilância e controle social por um instrumento de desenvolvimento social, pautado na proteção integral objeto de estudo desta pesquisa.

A proteção integral entra no ponto de vista do direito, por meio do ECA no seu artigo 3º:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL/ECA, 1990 p. 9)

Portanto, o ECA firma duas diretrizes paradigmáticas em que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento. Essas diretrizes também estão em consonância com a Constituição Federal que adotou a doutrina de proteção social e com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. STDS (2002)

Por meio do atendimento multidisciplinar nestes Centros Educacionais supomos que se pode avaliar se a proteção integral ao adolescente é alcançada, efetivamente ou parcialmente. Sendo este o objetivo maior deste estudo, avaliado a partir das adolescentes que cumprem medida socioeducativa no em regime de privação.

Considerando que o novo atendimento é incipiente, pois mais uma vez o sistema institucional do Ceará passa por um novo reordenamento, e, portanto, o sistema de garantia de direitos ainda convivem ao lado dos modelos tradicionais que aduz uma cultura assistencialista, de vigilância e autoritarismo.

Nesse processo de mudança, entendemos que o atendimento socioeducativo deve favorecer uma nova cultura, ou seja, uma mudança de atitude e não retroagir no tempo. Ele deve proporcionar que o adolescente cumpra a pena, conscientizando-o da ilicitude de seus atos e da importância da mudança para o seu retorno na sociedade. Não pode haver contradição e nem a inexistência da aplicação das devidas responsabilidades, por parte da sociedade, do governo e dos órgãos públicos em cumpri-las.

Diante do real contexto é que pretendemos ainda relatar a visão das adolescentes internas, dos profissionais que atuam diretamente no atendimento e do gestor do Centro Educacional referido. A pesquisa é avaliativa, com abordagem quantitativa e qualitativa. Os instrumentos utilizados foram: a observação participante direta, grupo de discussão, aplicação

de questionário e realização de entrevista semi-estruturada tanto com os profissionais quanto com as adolescentes internas.

Como subsídio para a pesquisa, partimos de um referencial constituído para dar subsídio à articulação de algumas categorias analíticas que estão em consonância com o tema e mantêm relações entre si. São elas: atendimento socioeducativo, profissionais, relações interpessoais, adolescentes e a questão de gênero.

Este trabalho está dividido em sete capítulos. No primeiro capítulo tem-se a introdução. O segundo corresponde à proposta avaliativa e metodológica e também a questões pertinentes à avaliação. O terceiro trata de conceituar a infância e a adolescência, seu reconhecimento, desenvolvimento e anseios na contemporaneidade. O quarto faz uma breve análise acerca da família contemporânea e também da questão do gênero ao longo da história, às novas identificações na contemporaneidade e o papel da mulher no mercado de trabalho. A relevância em abordar a questão gênero se faz porque o tema leva em consideração, adolescentes do sexo feminino. O quinto aduz a legislação destinada à infância e à adolescência, ao longo da história, o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e o SINASE. O sexto trata a violência como um fenômeno complexo, no contexto da capital de Fortaleza e seus elementos constituintes. Entre eles: adolescentes, gangues e delinquência. O sétimo e último traz uma análise sobre o sistema socioeducativo do Estado do Ceará e as Unidades de atendimento em que é atendida a adolescente em conflito com a lei, elucida a análise do conteúdo, a partir da análise das falas dos profissionais e das adolescentes. Por fim, elucidamos as considerações finais que apontam de uma forma acurada as visões tanto dos profissionais com das adolescentes internas e nos proporciona uma compreensão analítica sobre os diversos aspectos que se colocam diante do atendimento socioeducativo e sugestões.

Esperamos que este trabalho contribua para uma compreensão dos diversos olhares sobre o atendimento multiprofissional, em uma Unidade de internação onde tem por objetivo a ressocialização da adolescente em conflito com a Lei, como também o conhecimento sobre as expectativas e os sentimentos que essa adolescente traz consigo e que partilha nesse novo local. E, que, finalmente possa desmistificar o preconceito que se coloca diante dessa real problemática social que é a ressocialização ensejando assim, novas expectativas educacionais que venham proporcionar a essa adolescente, habilidades para sua inserção social e emocional. Favorecendo assim, o seu pleno desenvolvimento.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 Compreendendo políticas públicas e avaliação

Por envolver o contexto das políticas públicas é que esse trabalho se articula. Portanto, torna-se relevante uma compreensão acerca das políticas públicas e a avaliação.

Entendemos que as políticas públicas são uma forma que o Estado tem como uma organização gestora de reconhecer e executar, no sentido de reverter as demandas sociais. Segundo Baumgarten (2011, p.438) “as políticas públicas são a expressão da necessidade e interferência estatal na reprodução econômica e social.”

Para Silva (2001, p.38) “toda política pública é um mecanismos de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos.” Portanto, a partir de demandas sociais o Poder Público intervém para melhorar as condições de vida de uma parte da população.

Nessa reflexão, a avaliação é uma forma de interpretar e descrever como determinada política pública acontece e sua operacionalização. Ela faz um diagnóstico sobre as possíveis causas, ou seja, seus pontos positivos ou negativos como aduz (HOLANDA,2006) a avaliação é uma forma de monitoramento.

Na a acepção de Arretche (1998) toda avaliação envolve um julgamento atribuído de valor, uma medida, uma aprovação ou desaprovação. Isso faz com que a avaliação, hoje, torne-se um imperativo e um desafio tanto para a sociedade como para o governo.

A avaliação das políticas públicas é uma área de conhecimento que ainda está em formação. Foi a partir dos séculos XVIII e XIX que esse cenário de mudança começou. Inicialmente, isso aconteceu, através da própria Revolução Industrial, juntamente com as revoluções políticas na França e Estados Unidos.

No século XX a evolução da avaliação está, diretamente, relacionada com a estrutura econômica e social que passa a gerar desigualdades sociais. Portanto, a mudança na estrutura e cultura das sociedades favoreceu o crescimento e

aprimoramento dos próprios métodos científicos (BARREIRA, 2000).

No Brasil, é no final da década de 1980 e início de 1990 que a temática da avaliação é intensificada, principalmente, nos países da América Latina e no contexto de redemocratização frente às agências financiadoras internacionais. Todavia, esse processo não se constituiu de forma sistemática, mas por meio de um caráter fiscalizatório.

Para Ala-Harja e Helgason (2000) a avaliação é relevante, pois é uma ferramenta que visa oferecer informações quanto aos resultados de programas e uma forma de informar aos governantes mecanismos sobre a prestação de contas das políticas e programas e na melhoria do processo de tomada de decisão.

Portanto, se a tendência atual da avaliação de políticas públicas é a compreensão do funcionamento de determinada política pública é nessa abordagem que esse trabalho se pauta, ou seja, esse trabalho busca uma compreensão acerca do funcionamento de uma determinada instituição a política pública que o embasa.

Parafrazeando Lejando (apud RODRIGUES, 2011) se quisermos compreender porque as políticas funcionam ou falham precisamos penetrar no que essas entidades, realmente são e não como elas são constituídas formalmente.

Nesse sentido, é que o pesquisador torna-se uma parte relevante nesse processo de avaliação, pois ele tem o compromisso de coletar informações sobre determinada realidade, diagnosticar problemas que se colocam diante de determinado atendimento ou programa e de elaborar instrumentos, tanto para os governantes como para os segmentos da sociedade que são beneficiados por tal atendimento e seu programa.

Diante desta realidade o nosso trabalho busca uma compreensão acerca do atendimento socioeducativo prestado às adolescentes em conflito com a lei do CEABM que se insere na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) respaldada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n.º 8.742/93.

A PNAS se organiza, nacionalmente, em programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais que são executados, no caso do Estado do Ceará, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) que desenvolve diversos programas. Entre eles: vigilância socioassistencial, defesa social e institucional e

proteção social que, por sua vez, se organiza em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial que é o foco desta pesquisa.

O Programa Social Especial oferta atendimento especializado às famílias e aos indivíduos em situações de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados e/ou para os quais já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários, em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras.

Esse Programa visa, também, assegurar à criança e ao adolescente um atendimento amplo de suporte de apoio residencial, afetivo e social e que busque a intersetorialidade, por meio de outras áreas tais como: saúde e educação básica.

2.2 Objeto de estudo e abordagem metodológica

O interesse pelo tema surgiu ainda no período de estudante de graduação, pela Universidade Federal do Ceará (UFC) a qual eu tenho uma enorme gratidão e que contribuiu para o meu crescimento pessoal e profissional. Foi por meio da UFC que fui selecionada para estagiar por um período de dois anos no Centro Educacional Aldaci Barbosa (CEABM), única Unidade de internação feminina do município e que, na época, tinha o seu atendimento socioeducativo coordenado pela Secretaria do Trabalho e Ação (SETAS). Esta Secretaria era responsável pelo desenvolvimento das políticas estaduais do Trabalho, da Assistência Social, dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, dos Direitos Humanos da Mulher e da Defesa civil.

O período de estágio aconteceu de janeiro de 2002 a fevereiro de 2004. Enquanto bolsista subsidiava as atividades do setor pedagógico, assim como o acompanhamento das adolescentes que apresentava dificuldades de aprendizagens. Essa experiência além fornecer uma aproximação com as adolescentes instigou-me para refletir sobre esse atendimento socioeducativo.

Atualmente, o atendimento socioeducativo do CEABM é sistematizado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). Este órgão coordena a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no Ceará. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo avaliar o atendimento socioeducativo do Centro Educacional

Aldaci Barbosa Mota (CEABM), levando em considerando a visão dos profissionais e das adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Portanto, no contexto do Centro Educacional, o nosso objeto de estudo nos reporta para o atendimento prestado às adolescentes do sexo feminino que cumprem medida socioeducativa. A opção por esta temática se deu porque o CEABM é a única Unidade de internação feminina de Fortaleza, e, assim, a questão de gênero torna-se relevante.

Assim, ainda na construção desse percurso tem-se como objetivos específicos que são: avaliar o atendimento socioeducativo do CEABM após o SINASE; situar o plano de atendimento socioeducativo do Estado do Ceará; analisar a relações interpessoais entre os profissionais e adolescentes; avaliar as dificuldades e entraves que se colocam diante da prática dos profissionais.

O caminho metodológico se consolida por meio da utilização de um estudo documental e de campo. Assim, trata-se de uma pesquisa crítico-reflexiva com abordagem quantitativa e qualitativa-descritiva. A abordagem qualitativa se deu por meio dos seguintes instrumentos: a observação participante, o grupo de discussão e a entrevista semi-estruturada. Na abordagem quantitativa complementou-se com o questionário. Ambas as abordagens envolveu as falas dos profissionais que fazem o atendimento e as adolescentes internas.

Para Minayo (1996, p.21-22):

Abordagem qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Na acepção de VÍctora et al. (2000) a abordagem qualitativa possibilita uma maior compreensão sobre um grupo e isso a torna útil para o entendimento do contexto em que um determinado fenômeno ocorre. Também possibilita trabalhar em profundidade e, nesse sentido, a metodologia é muito mais que um conjunto de técnicas de pesquisa.

A pesquisa se caracteriza por um estudo de caso uma vez que o CEABM é a

única Unidade de Internação do Estado do Ceará que atende adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei.

Segundo Yin (2010, p. 24):

O estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados [...] permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

Portanto, há uma finalidade em realizar uma investigação cujo resultado seja o mais completo e confiável possível.

O recorte temporal é o período de agosto de 2012 a dezembro de 2013. As atividades foram sistematizadas em dois momentos: o primeiro, em janeiro de 2013, aconteceu na STDS na Célula de Medidas Socioeducativas (CMSE) que compõe a Coordenadoria da Proteção Especial (CPSE) onde pudemos ter acesso a diversos documentos e onde explanamos o objetivo do nosso trabalho, por meio dos devidos documentos.

A pesquisa bibliográfica possibilitou-nos o enriquecimento e aprofundamento acerca do tema, o que foi fundamental para delimitação do quadro teórico do estudo. Entre os documentos que tivemos acesso estão: o antigo Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará (PEASE) e diversos relatórios estatísticos.

É importante salientar que o novo Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará (PEASE), desde o início do nosso trabalho, estava no processo de elaboração e só finalizou-se no final de outubro de 2013. Após essa etapa recebemos a autorização para iniciar as atividades de campo que aconteceram no CEABM em Maio de 2013 a Dezembro 2013.

2.3 Local da pesquisa

A pesquisa de campo levou em consideração o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM), única Unidade de internação que atende adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 18 e até 21 anos, em conflito com a lei, tanto da capital como do interior. Fica localizada na Travessa Guarani, s/n, bairro Pici e pertence ao espaço geográfico da Secretaria Executiva Regional (SER) III. A

Unidade tem capacidade para atender 40 adolescentes e funciona com as seguintes medidas socioeducativas: internação provisória; semiliberdade, internação, e internação sanção.

O atendimento socioeducativo, no Estado do Ceará, é distribuído por meio de 12 unidades sendo oito na capital e quatro no interior que é responsável pela execução das medidas socioeducativas de: internação provisória, semiliberdade e internação provisória privação de liberdade.

A sistematização das Unidades acontece com a seguinte organização (CEARÁ, 2009):

- Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro (URLBM);
- Centro Educacional São Miguel (CESM);
- Centro Educacional São Francisco (CESF);
- Centro Educacional Dom Bosco (CEDB);
- Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA);
- Centro Educacional Aloísio Lorscheider (CECAL);
- Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM);
- Centro Semiliberdade Mártir Francisca (CSMF);
- Unidade de Semiliberdade de Crateús;
- Unidade de Semiliberdade de Juazeiro do Norte;
- Unidade de Semiliberdade de Sobral;
- Unidade de Semiliberdade de Iguatu.

No CEABM o nosso trabalho começou em maio de 2013. Vale ressaltar que fomos muito bem recebidos por todos os profissionais, diretora e adolescentes. Nessa primeira visita fizemos uma explanação do escopo do trabalho e entregamos os documentos necessários que o embasa. Também entregamos os termos de consentimentos para serem assinados por todos os participantes da pesquisa. Vale enfatizar que a participação de todos se deu de forma positiva, apesar dos momentos de tensão que esse ambiente aduz no seu dia a dia. Ficamos no CEABM até dezembro de 2013 quando finalizamos a última entrevista com o instrutor educacional.

As ações realizadas no atendimento socioeducativo no CEABM, assim como em todo o Estado do Ceará, atualmente passam a ser regidas pelo novo Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (PEASE), por meio da Resolução nº 113, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza (SEDH) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que dispõe sobre a institucionalização e o fortalecimento do SGD da criança e do adolescente. O PEASE não contempla uma proposta pedagógica, uma vez que se constrói por meio das recomendações do SINASE que pressupõe a elaboração desta.

COOMO E FEITO O TRABALHO COM AS ADOLESCENTE HORAS CURSOS
ALMOÇO CURSOS LAZER ESPORTES
TUDO RELIGIAO GREJA

2.4 Instrumentos usadas para a coleta dos dados

Durante a realização deste trabalho muitos entraves foram enfrentados. Contudo, o mais difícil deles foi a rotatividade e a superlotação, uma vez que até outubro de 2013, o número de adolescentes internas chegou a 86 (oitenta e seis). Isso dificultou o trabalho, pois com a superlotação a atenção dos técnicos e instrutores educacionais tinha que ser redobrada. Portanto, a preocupação já podia ser sentida por nós, uma vez que a situação de risco nos deixava mais vulneráveis. Em alguns momentos, sentimo-nos desmotivados e isso nos fez pensar que não cumpriríamos com objetivo proposto.

Apesar de todas as adversidades e dificuldades que este lugar nos reservou, já que a sua sistematização não se diferencia de um presídio de adultos, o importante é que em cada visita novas aprendizagens foram construídas e no final nossos objetivos foram cumpridos.

2.4.1 Observação participante

A metodologia qualitativa exige uma qualidade e isso faz com que o pesquisador torne-se um espectador da realidade inserida que se configura mudando

a cada novo momento. Nessa perspectiva de inserção a observação participante orienta e subsidia o pesquisador para que este possa tornar essa realidade proveitosa, de forma que não venha comprometer a pesquisa.

É importante destacar que desde o início, a observação participativa aconteceu de forma direta em que nós estávamos inseridos por meio de alguma atividade, demandada pelo do setor pedagógico. Assim, a observação participante ganhou outra conotação, ou seja, pudemos ser coadjuvantes naquele contexto, intervindo em algumas ações.

Segundo Victora et al. (2000) esta técnica se volta para uma descrição previamente definida onde se inserem os comportamentos individuais e grupais que, por sua vez, estão associados em uma linguagem verbal e não verbal.

O observador, ao se inserir no contexto social, estabelece uma relação face a face com os observados e nesse processo ele modifica e é modificado pelo contexto (CRUZ NETO, 1994).

2.4.2 Grupo de discussão

O trabalho direto com as adolescentes teve início no dia 8 de maio de 2013. Durante esse íterim nos organizamos para nos reunirmos com as adolescentes e explanar de uma forma mais didática a relevância do nosso trabalho e de todas as atividades que seriam propostas e os seus devidos objetivos.

FORAM XXXXX REUNÕES COMEÇANDO COM 47 ADOLESCNTES E TERMIANDNO COM 30 . NO MEIO DOAS ATIVIDADES HAVIAM AS PERCAS DEVIDO AS SAIDAS POR MOTIVOS DIVERSOS

O OBJETIVO ERA EXPLCIAR A PESUISA E PEDIR AUTORIZAÇÃO ARA A PESQUISA TER A VISAO DAS ADOLESCENTE ATRAVES DO GRUPO E EENTREVISTA

Nessa reunião participaram 47 adolescentes. Esse era o total de adolescentes internas naquele momento. LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO ASPECTOS

RELACIONADOS À CONSTANTE ROTATIVIDADE DAS ADOLESCENTES NO CEABM, AQUI DEVO UMA PAUSA PARA EXPLICAR MELHOR, AS ADOLESCENTES EM SEMILIBERDADE PODEM FREQUENTAR A ESCOLA FORA DO CENTRO EDUCACIONAL. AS QUE SAEM PARA CONSULTA MEDICA OUTRASSAIAM DO CENTRO PARA AUDIENCIA NO FORUM DA 5ª VARA DA INFANCIA CUMPRIMENTO DE REGRAS ESPECÍFICAS(TRANCA E RECOLHIMENTO) , PORTANTO, PORTANTO, 30 ADOLESENTES SE ENCONTRAVAM PRESENTES EM TODOS OS ENCONTROS.

30 trinta adolescentes e isso aconteceu devido a uma série de circunstâncias entre elas: a saída para médicos, audiência, a escola, desligamento e o cumprimento de regras específicas.

DETALHAR CADA

Enfatizamos sobre as questões éticas e sobre a relevância do anonimato de todos os participantes e na liberdade dos mesmos, em qualquer momento, poder desistir de participar, caso optassem. Nesse caso, para que não viesse atrapalhar a dinâmica das atividades que acontecem diariamente escolhemos o mês de maio para dar início ao grupo de discussão.

Ainda sobre ética segundo Gibbs (2009) aduz que a mesma influencia a pesquisa qualitativa como em qualquer outro tipo de pesquisa assim,

[...] os participantes de pesquisa devem saber exatamente o que está em foco, o que lhes acontecerá durante a pesquisa e qual será o destino dos dados que fornecerem depois que a pesquisa for concluída. Eles devem ser informados disso antes do início da pesquisa e devem ter a opção de desistir a qualquer momento e, geralmente, se pedirem para encerrar sua participação, qualquer dado que tenha sido coletado a partir de suas informações será devolvido ou destruído. (GIBBS, 2009, p. 23).

Com relação, especificamente às adolescentes e levando em consideração o ECA e o seu art. 17 que:

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças dos espaços e objetos pessoais. (BRASIL, 1990, p.11)

Portanto, escolhemos a técnica do grupo de discussão com o ensejo de além de criar um laço afetivo com todas as adolescentes, fornecer informações, estabelecer uma discussão participativa e fazer com que elas refletissem sobre a sua presença naquele lugar, se percebendo enquanto sujeitos do atendimento recebido.

Todavia o uso dessa técnica também permitiu complementar a observação participante, os questionários e as entrevistas, pois por meio da socialização com as adolescentes houve uma maior compreensão acerca do seu perfil e do atendimento como um todo.

Segundo Minayo (1997) a técnica do grupo de discussão se dá por meio de um grupo e de um animador e, sendo assim, a relevância está na interação que se faz no decorrer das discussões e na coordenação das mesmas.

O grupo de discussão aconteceu durante 5 (cinco) dias alternados do mês de maio, no período da manhã e da tarde, com o tempo de um hora cada e sem intervalo. Em cada período foram atendidas 15 (quinze) adolescentes totalizando em 30 (trinta) adolescentes. O grupo funcionou sempre com a presença de dois instrutores.

Abordamos temáticas que pudessem ser relevantes para aquele contexto social onde as adolescentes encontravam-se e que era a privação. Ao nosso entender essa privação vai muito além do espaço geográfico e social, ou seja, a privação se consolida por meio dos seus sentimentos, da sua sexualidade, dos seus amigos, da sua família, dos seus filhos, namorado e ou companheiro.

Portanto, escolhemos como temática: sexualidade, violência, família, amizade, sonhos. No final, por meio de muito bate-papo, conversas e discussões pudemos perceber muito daquele contexto social, das suas vidas e desejos.

Todavia, durante todos os momentos do grupo de discussão, algumas dificuldades foram sentidas. Uma delas foi ter que trabalhar diante da presença de dois instrutores dentro da sala. A sensação era que todas as nossas palavras estavam sob uma vigilância e de fato, muitas vezes tivemos que limitar a nossa voz, quando alguma adolescente se colocava para falar da sua sexualidade.

Outra dificuldade foi em relação ao material, pois tudo tinha que ser

conferido no início e no final de cada atividade. No final, de cada atividade, cada adolescente era submetida à vistoria. O pior dos dias foi quando sumiu um lápis. Nesse dia, tivemos que procurar e conscientizar as adolescentes de que se o mesmo não aparecesse, elas poderiam ficar recolhidas ou até mesmo ir para a “Tranca”. Para o nosso alívio o material foi encontrado.

Quanto aos recursos usamos textos xerocados, revistas, livros paradidáticos, *notebook*, lápis, papel sulfite, papel madeira, lápis de cor e giz de cera. Ressaltamos que até o final da pesquisa, as adolescentes foram bastante receptivas conosco. No final, deixamos com os instrutores, alguns mimos que foram sorteados ao longo dos nossos encontros. Após a finalização do grupo de discussão, nos organizamos para dar início à segunda etapa que foi a aplicação do questionário.

2.4.3 *Questionário*

Para os dados quantitativos usamos a técnica do questionário. A escolha pela técnica do questionário se deu pela relevância de conhecer o perfil das adolescentes internas assim como, os aspectos socioeconômicos e familiares que elas carregam consigo.

Levamos em consideração as mesmas adolescentes que participaram do grupo de discussão. O questionário foi organizado com perguntas abertas e fechadas e continham perguntas sobre: o atendimento socioeducativo, a família, renda familiar, situação ocupacional, situação escolar, gravidez, violência, uso de drogas, sonhos.

Foi necessário exaurirmos todas as dúvidas que poderiam surgir no decorrer da aplicação do mesmo. As adolescentes foram divididas em dois grupos de 15 (quinze) em dias alternados do mês de junho. O tempo de duração foi de cinquenta minutos e aquelas que não sabiam ler nem escrever tivemos que intervir, diretamente, porém transcrevendo na íntegra suas respostas. A presença dos instrutores continuava e já não nos causava mais constrangimento.

2.4.4 Entrevista com as adolescentes e com os profissionais

Ainda para os dados qualitativos tanto com as adolescentes como com os demais profissionais usamos a técnica da entrevista semi-estruturada.

A entrevista, segundo Minayo (1997), não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados dos sujeitos-objeto, sobre a qual a realidade está inserida. Assim, as entrevistas foram organizadas por meio de um roteiro, previamente elaborado, que deu subsídio para o entendimento e orientação sobre a pesquisa para os sujeitos.

As entrevistas foram realizadas na própria instituição e antes da sua realização foi explicado a todos os participantes sobre o uso do gravador e a sua importância na facilitação das posteriores transcrições e, novamente, sobre o compromisso de manter o sigilo e o anonimato de todos. As entrevistas foram analisadas considerando a análise de conteúdo de Bardin (2011).

Com as adolescentes, para realização das entrevistas, tivemos que fazer um recorte, pois o contexto já havia mudado bastante e muitas delas que tinham participado do grupo de discussão e do questionário já haviam se desligado.

Porém, isso não significava dizer que o CEABM estivesse com poucas adolescentes. Pelo contrário. A superlotação já podia ser sentida. Assim, para não corrermos o risco de prejudicar o trabalho, pois a qualquer momento outras poderiam ser desligadas decidimos fazer um novo recorte e assim resolvemos formar um grupo de 4 (quatro) adolescentes e como um critério escolhemos somente as adolescentes sentenciadas, ou seja, as que cumpriam medida de Privação de Liberdade.

A escolha por essas adolescentes se fez pelo tempo de internação e porque sabíamos que a participação das mesmas seria sistemática. Outro fato relevante é que essa escolha poderia favorecer informações relevantes sobre o atendimento socioeducativo que não estariam nos questionários o que de fato aconteceu.

As entrevistas com as adolescentes aconteceram no mês de agosto, no CEABM, em sábados alternados e com duração de 50 (cinquenta) minutos cada. Escolhemos esse dia porque sabíamos que, apesar do risco ser maior, no sábado não há atendimento por nenhum dos setores técnicos.

As entrevistas foram agendadas, previamente com o consentimento da diretora. Nos sábados fomos recebidos pelos instrutores que nos recepcionou nas devidas salas. Por questões éticas, pedimos aos mesmos para ficarmos a sós com as adolescentes. Eles concordaram, mas pediram para que a porta ficasse aberta. Concordamos e tudo fluiu de forma satisfatória. Estivemos no CEABM durante 4 (quatro) sábados, consecutivos, e em cada sábado entrevistamos uma adolescente.

Com os demais profissionais, as entrevistas foram realizadas da seguinte forma: escolhemos um grupo composto de 3 (três) instrutores educacionais sendo 2 (duas) mulheres e 1 (um) homem e 3 três técnicas (uma psicóloga, uma pedagoga, uma assistente social da Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro (URLBM) e uma diretora do CEABM. A escolha pelo instrutor (homem) se deu pela própria questão de gênero.

Ficamos no CEABM de maio 2013 a dezembro de 2013 quando finalizamos as entrevistas. Ressaltamos que antes de finalizarmos o trabalho de campo, em novembro voltamos a nos reunir com a técnica do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará (PROARES) na STDS que nos apresentou o novo Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (PEASE).

2.4.5 Análise dos dados

Para a compreensão dos dados coletados baseamos em Bardin (2011) uma vez que a sua análise de conteúdo pode ser explorada em um campo vasto de aplicação, assim como em qualquer comunicação.

Assim, segundo Bardin (2011, p.37), a análise do conteúdo:

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Ainda segundo Bardin (2011) a análise do conteúdo é um conjunto metodológico que, de forma sutil, se baseia na dedução e inferência a respeito do conteúdo das mensagens e seus significados subjetivos para com isso poder expor a sua objetividade.

3 CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE A INFÂNCIA

Oh! que saudades que tenho
 Da aurora da minha vida,
 Da minha infância querida
 Que os anos não trazem mais!
 Que amor, que sonhos, que flores,
 Naquelas tardes fagueiras
 À sombra das bananeiras,
 Debaixo dos laranjais!
 Como são belos os dias
 Do despontar da existência!
 - Respira a alma inocência
 Como perfumes a flor;
 O mar é - lago sereno,
 O céu - um manto azulado,
 O mundo - um sonho dourado,
 A vida - um hino d'amor!
 Que aurora, que sol, que vida,
 Que noites de melodia
 Naquela doce alegria,
 Naquele ingênuo folgar!
 O céu bordado d'estrelas,
 A terra de aromas cheia
 As ondas beijando a areia
 E a lua beijando o mar!

(Casimiro de Abreu)

Ao longo do tempo a infância vem se constituindo por meio de concepções que deram a essa fase distintos significados. Atualmente, estudiosos das variadas áreas vêm percebendo a importância de se envolver com essa fase. Afinal, a infância é uma fase onde a criança revela-se por meio de distintas imagens e que transformam conforme os distintos aspectos seja ele: econômico, histórico, cultural e político.

Assim, Para alguns é uma fase da vida onde reina a fantasia, a inocência e a liberdade. Para outros, a infância é uma etapa da vida onde a criança é considerada um adulto em miniatura, ou uma fase inocente na qual ainda não se tem a percepção do mundo ao seu redor. Onde o sentimento de tudo em sua volta é colorido e imaginário. A grande satisfação são as brincadeiras que se transformam no mundo de fantasia. Fantasia que Barrie, autor da obra Peter Pan, retrata por meio de um menino que não queria deixar a Terra do Nunca, pois nesse lugar as crianças não cresciam.

A compreensão dessa obra é depreendida aqui, para permitir ao leitor um entendimento de que a infância não é uma fase em que a criança é vista como uma categoria universal. Como discorre (Pinheiro, 2006, p.36) a criança não é apenas um

segmento etário, caracterizado por critérios biológicos, mas um sujeito social que ocupa ou não determinado lugar na vida social, a partir de significados que lhe é atribuída por meio da teia de relações. Assim, essa representação social se dá na heterogeneidade.

Nessa heterogeneidade a infância se mostra nas suas diversidades em um mesmo tempo e lugar. Assim, os sentimentos infantis que permeiam o interior madrigal, desde cedo, também são distintos, pois para muitas crianças, a vida traz na sua miscelânea de fatos e circunstâncias formas adversas e cruéis de tratamento. Como elucida Frota (2007, p.148):

Nem todas as crianças, contudo, podem viver no país da infância. Existem aquelas que, nascidas e criadas nos cinturões de miséria que hoje rodeiam as grandes cidades, descobrem muito cedo que seu chão é o asfalto hostil, onde são caçadas pelos automóveis e onde se iniciam na rotina da criminalidade. Para estas crianças, a infância é um lugar mítico, que podem apenas imaginar, quando olham as vitrinas das lojas de brinquedos, quando vêem TV ou quando olham passar, nos carros dos pais, garotos da classe média. Quando pedem num tom súplice – tem um trocadinho aí, tio? – não é só dinheiro que querem; é uma oportunidade para visitar, por momentos que seja, o país que sonham.

Não se pode negar que a fase da infância traz em si, características peculiares que faz com que a mesma adquira concepções não lineares em determinada construção social. Foi assim na Europa quando a infância em um determinado contexto social não era reconhecida. Ora o seu reconhecimento, a sua existência se dá em outros contextos sociais. Assim, ela passa a ser tecida, abordada e debatida. De uma forma peculiar, a infância ao longo da história é conceituada de acordo com a referência social.

Ariès (2011), que enfatiza o conceito de infância no contexto da França, na Idade Média, discorre que a infância apesar de existir nesse contexto é desprovida de qualquer tipo de sentimento. Assim, essa fase é marcada pela total discriminação. As pessoas nada sabiam sobre o desenvolvimento da infância e nem da adolescência, portanto a idade não fazia parte da época medieval e seguia sua forma contínua e cíclica.

Somente, por volta do século XVI a infância passa a ser retratada por pintores em retratos e quando retratada, a criança era caracterizada nas suas formas físicas deformadas. Seus corpos eram enfatizados por meio dos músculos e pela nudez. A caracterização que era dada a criança era a de um homem em miniatura.

Todos os aspectos cronológicos da criança eram desconsiderados. De

criancinha pequena a criança passava logo a um homem jovem. Quanto aos aspectos educacionais também não eram assegurados pela família de origem, mas em outros lares. (ARIÈS, 2011).

A infância começava com a primeira idade que começava com o nascimento e durava até os sete anos. Nessa idade a criança passa a ser chamada de enfant, que quer dizer “aquele que não fala”. Sobretudo do século XIV até o século XVIII elas não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais. A idade estava relacionada em: idade dos brinquedos, idade da escola, idade do amor... (ARIÈS, 2011).

Somente no século XVIII, a família passa a assumir outra postura e o sentimento de afeição agora se faz presente nas relações. Porém essas relações começam a se alargar e a escola também se coloca como uma instituição destinada a circunscrever a vida da criança, separando-a parcialmente da família e da sociedade adulta e exercendo um papel na sua formação moral e cognitiva. Em relação às meninas, a maioria era educada em casa ou também na casa de parentes. Com exceção de algumas, que eram enviadas “às pequenas escolas” ou conventos (ARIÈS, 2011).

Portanto, a construção social da infância ao longo dos tempos e a forma como Ariès a retrata, dando ênfase ao o processo de construção desse sentimento, assim como do verdadeiro papel e necessidade que essa fase depreende é que vão dar um significado para o conceito de infância na modernidade.

Portanto, todas essas questões no leva a pensar o conceito e o significado de infância no Brasil. Portanto, o sentimento e a valorização da infância muitas vezes se coloca como na Idade Média. No livro “Casa-Grande e Senzala” por Gilberto Freyre a Infância colocam nas crianças o sentimento de mini-adultos e isso se percebe nos meninos uma vez que desde muito cedo eles se comportam como adultos seja por meio de seus gestos e vestimentas. A igreja também tem um papel fundamental no ensino que é eclesiástico. A violência doméstica é algo natural dessa época colonial que se colocam por meios de distintos castigos.

De fato, passado o período da colonização a criança continua se configurando e por que não dizer se reconfigurando, uma vez que ela vai dar continuidade nesse processo de inserção que envolve os aspectos de classe e de raça.

Para Pinheiro (2006) “a criança passa a ser concebida como uma categoria

social, e assim sujeito social, superando discriminações, estereótipos e preconceitos que se colocam de uma forma perversa ao longo do imaginário político brasileiro. Pois, segundo a autora nessa caracterização de vida social do Brasil como adultocêntrica a criança é colocada na condição de subordinada em que a violência física era exercida para confirmar essa hierarquia.

Parafraseando Del Priore (1991, p.3), de fato, no Brasil a história da criança esteve intrincada em um contexto histórico permeado de contradições, em que:

Resgatar a história da criança brasileira é dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas. O abandono de bebês, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, a vida em instituições que no melhor dos casos significavam mera sobrevivência, as violências cotidianas que não excluem os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo ou operário foram situações que empurraram por mais de três séculos a história da infância no Brasil.

Diante dos aspectos de classe e de raça as crianças negras, muitas vezes compunha a mão de obra junto com os adultos e devido às condições precárias que sua família vivia, sobretudo, porque suas mães eram alugadas como amas de leite para outras crianças. Essas crianças morriam com facilidade (RIZZINI, 2011).

Assim, podemos concluir que nesse processo de invisibilidade social a criança, passou como coloca Pinheiro (2006) por várias representações sociais que se faz nas suas particularidades e especificidades e que por sua vez se inserem nos diferentes cenários sócio-históricos e culturais ora se movimentando, ora se confrontando e, por vezes se complementando.

Portanto, ora nas mãos do senhor que a escravizava, ora nas mãos da igreja por meio da assistência caritativa, ora nas mãos do Estado por meio da proteção, controle e da repressão. O fato é que esse percurso social pelo qual a criança passou serviu para balizar a representação social de um sujeito de direito.

3.1 Conceituando a adolescência

Quem é essa pessoa
 que desperta a cada dia
 um pouco diferente
 do que foi ainda outro dia?
 Quem é essa pessoa
 que diz adeus à inocência,
 abrindo as janelas
 sem temer as consequências?
 Quem é essa pessoa,
 essa aurora incandescente que queima ao rés do céu
 feito brasa reluzente?
 Aurora que plagia auroras de outras vidas,
 desabrochando como flor
 selvagem e arredia,
 que não me quer por perto,
 já não me quer por guia.
 Ai, que saudade da sua mão
 tão pequenina presa à minha...

(Bia Bedran)

A Adolescência vem se difundindo como uma questão emergente nos últimos tempos. Assim, a expansão dessa temática fez com que a visão tradicional e hegemônica colocada pela psicologia tradicional, desde o início do século XX, venha dando lugar a uma nova abordagem que se faz presente por meio da psicologia sócio-histórica.

Portanto, como discorre Ozella (2003) o adolescente não é algo “por natureza”, mas um parceiro social que tem características que são interpretadas nas relações sociais e que a partir das significações sociais eles têm a referência para a construção da sua identidade.

Assim, ao longo do tempo e no espaço à adolescência vem sendo dispensado um olhar mais profundo e, portanto, há uma preocupação com essa fase da vida e com o seu desenvolvimento. Nesse sentido, essa temática adquire aspectos distintos e por que não dizer dialético? Afinal, hoje, fala-se de adolescências e não de adolescência. Isso porque, essa fase está atrelada a um momento, a um espaço geográfico, a um espaço social e cultural onde cada sujeito passa vivenciá-lo de forma distinta.

Então vejamos, até o século XVII, a adolescência foi confundida com a infância. Assim, um rapaz de 15 anos é descrito como *bônus puere*. A adolescência só viria a se formar no século XVIII e começaria aos catorze anos e se encerraria aos 21 anos, mas poderia se estender até os 28 anos (ARIÈS, 2011).

Diante dessa reflexão a adolescência nem sempre existiu como um período específico de desenvolvimento e assim, não era dispensada a essa fase do desenvolvimento humano qualquer atenção especial aos seus aspectos físicos, emocionais e culturais. Reconhecia-se os aspectos biológicos que se impunham na puberdade.

Portanto, segundo Ariès (2011) o conceito de adolescência não aparece antes do final do século XVIII e não se difunde antes do século XX. Com isso, podemos compreender que a adolescência por um tempo não era considerada particularmente e culturalmente, essa fase era inexistente.

Mas, como percebemos essa fase de desenvolvimento que se intercala com a infância e precede a fase adulta? De fato, a palavra adolescência deriva do verbo latino “*adolescere*”, significando uma fase de transição em que ainda prevalece uma dependência da fase infantil em prevalência à fase adulta (MUSS, 1974).

o conceito de adolescência surgiu pela primeira vez no século XIX, apresentado por Rousseau, em sua obra *Emílio ou a Educação*. Associando ideias de revolução, paixão e primitividade à imagem do adolescente, Rousseau definiu adolescência como um segundo nascimento, provocado pela emergência da paixão sexual, que empurra para além de si mesmo, para a humanidade, gerando uma turbulenta revolução, manifesta em frequentes mudanças de humor, rebeldia e instabilidade CÉSAR (1999) apud CALIL (2003, p.104).

Na contemporaneidade, adolescência significa crescer, torna-se maior, atingir a maturidade. Portanto, é uma etapa em que há as maiores modificações no processo vital. Nesse processo cronológico, o corpo passa a solicitar as mudanças físicas do adulto. Portanto, antes de tudo nessa fase o desenvolvimento tem uma causa, antes de tudo, orgânica. Mais especificamente, hormonal. (TIBA, 1995).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007), a adolescência envolve um processo amplo de desenvolvimento biopsicossocial, caracterizado por influências socioculturais por meio de reformulações de caráter social e de gênero. À adolescência é precedida pela puberdade que é um período caracterizado pela transição do desenvolvimento humano e que corresponde à passagem da fase da infância para a adolescência caracterizando, principalmente, pela aceleração e desaceleração do crescimento físico, mudança da composição corporal, eclosão hormonal, evolução da maturação sexual.

Portanto, devido aos aspectos naturais do desenvolvimento o olhar diferenciado para a fase da adolescência na modernidade pela psicologia tradicional foi como um período natural que estava ligado aos aspectos biológicos. Por isso, essa fase se dava com aspectos de “instabilidade” marcada por conflitos.

Para Erickson (1976), durante o seu desenvolvimento o adolescente tem a capacidade para se resolver conflitos inerentes à vida por meio do tempo e de ciclos da vida individual decorre que, nos períodos distintos, o adolescente trava crises. Todavia, é na passagem dessas crises que ele adquire uma capacidade intelectual para tomar decisões. O sentido da sua vida também é favorecido pelo meio ambiente que fornece uma integração e dá forma a sua identidade.

Na ótica de Faria (1998) os conflitos favorecem uma maior integração do adolescente ao meio ambiente e uma estruturação da sua personalidade que se faz por meio de processos intelectuais e afetivos. Portanto, o conflito torna-se positivo e para o seu desenvolvimento.

Na visão de Bloss (1998) a adolescência é uma fase de inconstâncias e contradições que se alterna em progressão, digressão e regressão. É bem verdade que ao longo dos tempos, a adolescência foi conceituada como uma fase onde o crescimento pessoal estava determinado pelas mudanças que se manifestavam por meio do corpo. Assim, o aspecto biológico e suas maturações psíquicas influenciavam e coordenavam a passagem da infância para adolescência.

Ainda para alguns autores, a maturidade biológica se impunha sobre o corpo infantil determinando o desenvolvimento de uma nova fase, a adolescência, porém, com algumas crises travadas e, portanto, compreendidas como uma espécie de luto. O luto pela “infância” perdida onde o corpo infantil se insere em um sentimento perdido na família e na sociedade e o luto pelos pais da infância que já não existe. (ABERAUSTURY; KNOBEL, 1992).

O luto pelo corpo infantil perdido, base biológica da adolescência, que se impõe ao indivíduo que não poucas vezes tem que sentir suas mudanças como algo externo, frente ao qual se encontra como espectador impotente do que ocorre no seu período organismo; pelo papel e a identidade infantis, que o obriga a uma renúncia da dependência e a uma aceitação de responsabilidades que muitas vezes desconhece; pela infância, os quais persistentemente tenta reter na sua personalidade, procurando o refúgio e a proteção que eles significam, situação que se complica pela própria atitude dos pais, que também têm que enfrentar o seu envelhecimento e o fato de

que seus filhos já não são tão crianças, mas adultos, ou então em vias de sê-lo. (ABERASTURY; KNOBEL, 1992, p. 10)

Para Calil (2003), de fato, na concepção moderna a adolescência era representada como uma época de crise, de ambiguidade, configurando como uma fase negativa e configurando uma situação de marginalidade se dá em função, do próprio desenvolvimento corporal em que os hormônios passam a desencadear o desenvolvimento físico.

Nos últimos tempos, a visão sócio-histórica cede lugar a visão hegemônica e tradicional da psicologia naturalista e, portanto, a adolescência ganha um novo olhar onde na relação mais direta com o meio social e na interiorização dos fatos todos os sentimentos do adolescente passam a ser ajustados para que este possa ter uma autonomia e uma independência.

Ora, a adolescência é uma fase em que o sujeito busca exercer seu papel diante da sociedade e dos demais grupos ao qual pertence. Nessa dinâmica ele experimenta diversos comportamentos e situações. Nesse sentido, o crescimento físico e emocional está impregnado ao aspecto biológico e também ao meio social, uma vez que não dá para dissociar os aspectos físicos e os seus sentimentos dos aspectos sociais e culturais, pois é a partir dessa relação que ele passa a exercer seu papel socialmente, emocionalmente e sexualmente.

Ainda sobre os aspectos sociais segundo Piaget (apud FARIA, 1998, p.8) “[...] afeto e cognição resultam de uma adaptação contínua e interdependente, em que os sentimentos exprimem os interesses e os valores das ações ou das estruturas inteligentes.” Assim, os aspectos biológicos e os aspectos sociais permitem que o ser humano desequilibre para, finalmente, adaptar-se e organizar-se novamente e tudo isso acontece em um meio social.

Entender a adolescência como algo que é construído socialmente, a partir das necessidades sociais e econômicas é compreender que essa fase tem características que se constroem, nesse processo e não por meio de um comportamento estereotipado. Assim, pensar na relevância da interação para a condição do desenvolvimento humano é pensar que o homem é um ser participante, ativo da sua própria existência. (OZELLA, 2003)

Segundo Cordeiro, (2000, p. 133-134):

O desenvolvimento psíquico humano, para a teoria histórico-cultural, é concebido a partir da cultura, isto é, as funções psíquicas superiores são construídas a partir da interação do sujeito com o ambiente no qual está inserido. O desenvolvimento não se travava de uma mera acumulação lenta de mudanças unitárias.

Assim, o meio social torna-se relevante para o adolescente uma vez que ele passa a ter com este uma relação dialética onde ele o modifica e modifica a si mesmo. Portanto, a importância dos estudos de Lev Semenovich Vigotsky para a abordagem da psicologia sócio-histórica que segundo Teixeira (2003, p. 106) “vem enfatizando a complexidade das transformações que constituem o desenvolvimento do ser humano.”

Assim,

um complexo processo dialético, caracterizado pela periodicidade, irregularidade no desenvolvimento das diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra, entrelaçamento de fatores externos e internos e processos adaptativos. (VYGOTSKY, 2008, p.150).

Portanto, a interação do adolescente em um contexto histórico se faz por meio de significados e com a participação de outras pessoas e de seus grupos. Nessa interação o adolescente se prepara para seguir o curso da vida que seguirá pela fase adulta.

Segundo Calil (2003) diante da concepção sócio-histórica há uma transcendência dos limites impostos pelas teorias naturalizantes sobre a adolescência, na medida em que define este processo de construção do ser humano. Portanto, ainda segundo a autora essa construção histórica tem seu significado determinado pela linguagem que media as relações fornecendo-lhes um significado.

Assim, nesse processo de crescimento o adolescente vai consolidando sua personalidade que vai se projetando independente. Todavia, para superar essa etapa há necessidade de apoio dos familiares, pois não é fácil para ele entrar para o mundo dos adultos. Esse apoio colabora para que o mesmo pense em sua perspectiva futura e na condição social, que se impõem tanto na fase da adolescência como na sua fase seguinte que é a juventude e na sequência a fase adulta.

No entanto, não constitui como foco deste trabalho aprofundar sobre a questão

da juventude. Afinal, essa fase, embora muito confundida com a adolescência movimenta-se em um campo ambíguo de conceituação (DIÓGENES, 2008).

Neste sentido, no Brasil, a adolescência é estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entre 12 e 18 anos incompletos. Já para a Organização Mundial da Saúde (2007) a adolescência é circunscrita a segunda década da vida (de 10 a 19 anos) e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Esses conceitos comportam desdobramentos, identificando-se adolescentes jovens (de 15 a 19 anos) e adultos jovens (de 20 a 24 anos). Por levar em consideração adolescentes esse trabalho leva em consideração o conceito de adolescência do ECA (BRASIL, 1990).

Na busca e na conquista do seu espaço o aspecto histórico social não se dá de forma homogênea para todos os adolescentes. Assim, o aspecto histórico social passa a modificá-lo e o transformá-lo permitindo que o mesmo assuma papéis que irão subsidiar a próxima fase.

Nessa transformação há uma pressão e uma exigência social que define este período como parte do processo de construção um momento para que o adolescente obtenha a preparação necessária para adentrar no mercado de trabalho e aí o conceito de moratória social se coloca aqui, segundo Erikson (1976) como um momento em que o adolescente explora hipóteses para a escolha de decisões e de caminhos. Nesse processo de moratória, eles passam por uma fase de preparação que facilitará e norteará seu papel diante da sociedade.

Assim, muitas aprendizagens vão acontecendo, tanto informalmente, nos diversos espaços socioculturais, como formalmente, por meio da instituição escola que ao favorecer dia a dia experiências e aprendizagens distintas vai estimulando novas habilidades e competências que subsidiam o adolescente nas experiências.

De fato, para alguns adolescentes da classe populares as oportunidades são distintas daquelas que envolve os adolescentes da classe favorecida, já que muitos têm que ingressar, precocemente, no mercado de trabalho para poder ajudar na renda familiar. Ao assumir essa responsabilidade, o ensino, muitas vezes acaba sendo relevado a um segundo plano.

humildes expressa-se na inserção precoce de crianças e adolescentes pobres no mercado. É uma prática estabelecida e legitimada: concebemos a idéia de que os pobres devem se inserir, o mais rápido possível, no mundo do trabalho, destinando-se-lhes tarefas subalternas. (PINHEIRO,2006,p.49)

Portanto, o processo de desigualdade social arraigada ao longo da nossa história sempre se colocou de forma incisiva e injusta e o trabalho acaba se inserindo na vida de muitos adolescentes até mesmo enquanto crianças. Essa prática, advém de um contexto social histórico de colonização em que a exploração do mais forte sobre o mais fraco o coloca em condição de subalterno.

Assim, segundo Lima (2012) as crianças e adolescentes filhos dos escravos, quando alcançavam força física para o trabalho, eram vendidos para outros senhores. Quando o senhor, dono dos escravos, não conseguia vender os filhos destes, mandava-os para outros lugares, longe de seus pais para utilizá-los em serviços domésticos, olarias, indústrias rudimentares e nas colheitas dos campos.

Mesmo diante de um aparato jurídico o trabalho infantil no Brasil ainda é um grande problema social. A Doutrina de Proteção Integral visa a garantia de proteção do direito fundamentais da criança e do adolescente. Junto a essa concepção o ECA elucida que as ações direcionadas para esse público se coloque de forma prioritária. No entanto, as políticas públicas que deveriam ser exclusiva para responder as demandas não são executadas.

Assim, milhares de crianças ainda deixam de ir à escola e ter seus direitos preservados, e trabalham desde a mais tenra idade na lavoura, campo, fábrica ou casas de família, muitos deles sem receber remuneração alguma. Segundo PNAD 2007 em torno de 4,8 milhões de crianças de adolescentes entre 5 e 17 anos estão trabalhando no Brasil. Desse total, 1,2 milhão estão na faixa entre 5 e 13 anos.

A Constituição Brasileira é clara quando elucida que menores de 16 anos são proibidos de trabalhar, exceto como aprendizes e somente a partir dos 14. Apesar de no Brasil, o trabalho infantil ser considerado ilegal para crianças e adolescentes entre 5 e 13 anos, a realidade continua sendo outra. Para adolescentes entre 14 e 15 anos, o trabalho é legal desde que na condição de aprendiz.

Na Prática, a exploração de crianças e adolescentes inseridos em trabalhos insalubres acontecem dia a dia e com risco de vida. Portanto, eles são explorados nos lixões,

carvoarias, quebrando pedras... Nessa rotina são submissos e transforma-se em vítimas indefesas que não conseguem gritar por socorro.

Apesar da tentativa do governo de tentar buscar uma solução para erradicá-lo. Essa realidade essa realidade se faz por meio dos dados estatísticos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que tem por finalidade realizar pesquisas e estudos sociais e econômicos, em que elucida que:

Cabe aos homens, por mais jovens que sejam trabalhar para garantir a subsistência da família – daí o fato de procurarem mais cedo o mundo do trabalho ou permanecerem na inatividade (estudando ou não) quando não são chefes de domicílio. Assim, 26,5% dos jovens de 15 a 17 anos conciliam os estudos com o trabalho e 11,4% só trabalham, enquanto entre as jovens tais proporções são, respectivamente, de 17% e 5%. As jovens mulheres, por sua vez, apresentam melhores taxas de frequência escolar líquida, embora ainda tendam a assumir o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos quando se casam; com isso, a proporção de jovens mulheres que não estudam nem trabalham é crescente de acordo com a faixa etária, passando de 12% entre as jovens de 15 a 17 anos a 31,9% e 32,6% entre aquelas de 18 a 24 e de 25 a 29 anos, respectivamente. (CASTRO et al., 2004)

Nesse processo, de exploração ele vai sendo excluído das oportunidades que podem mudar sua vida como a escola. Pois quando começa a trabalhar não conseguem dividir o tempo entre a escola e o trabalho e o seu rendimento escolar vai sendo afetado. Assim, todo esse ciclo acaba fazendo com que eles abandonem a escola. Sem a qualificação para o mercado de trabalho eles não têm a chance de inserir-se no mercado de trabalho e acabam tendo que aceitar subempregos fortalecendo assim o ciclo de pobreza eminente no Brasil.

Ademais, nessa lógica o sujeito torna-se um mero objeto de um sistema social em que as políticas são políticas governamentais são favoráveis à valorização do capital e não ao social. Assim, nessa hegemonia do capital prevalece a seleção que coadunada com a lógica da estrutura econômica só os mais bem preparados terão sucesso (PEREIRA, 2003). A seletividade que faz parte do sistema hegemônico se coloca por meio da transformação capitalista imposta pelas classes economicamente dominantes e constituídas de interesses (GRAMSCI apud COUTINHO, 1996).

À margem da sociedade adolescentes, vão fazendo parte como discorre Pinheiro (2006) da subalternidade onde o tipo de profissionalização torna-se

desvinculada da aprendizagem e se mantém em uma cultura de desvalorização do trabalho manual em oposição do trabalho intelectual e, portanto, no exercício profissional da qualificação. Ora, nessa atribuição pelo desempenho se insere um sistema neoliberal impõe valores em que predomina a desigualdade social.

3.2 Novos arranjos familiares: composições e nuances nas várias representações sociais

Família! Família!
 Papai, mamãe, titia
 Família! Família!
 Almoça junto todo dia
 Nunca perde essa mania
 Mas quando a filha
 Quer fugir de casa
 Precisa descolar um ganha-pão
 Filha de família se não casa
 Papai, mamãe
 Não dão nem um tostão...
 Família

(Titãs)

Desde a antiguidade, a família já era considerada formalmente. Com o passar do tempo, ela continuou como um grupo social composta de um conjunto de pessoas que se interrelaciona por meio dos seus distintos papéis.

Portanto, como não se pode falar de infância, mas sim “infâncias”. Nem de adolescência, mas sim de “adolescências”. Com a família não é diferente, ou seja, não se pode falar de família, mas sim de “famílias”. Isso porque a família ganhou várias formas de organização e isso aconteceu fruto de mudanças, advindas de um plano socioeconômico-cultural, pautado em um processo de globalização mundial que, por sua vez, impôs à sociedade e a seus grupos uma mudança no comportamento.

Nas suas novas formas de organização a família se coloca como: monoparental, composta por apenas um progenitor, ou seja, o pai ou a mãe, a família

comunitária em que todos os familiares são responsáveis, a família arco-íris, constituída por um casal homossexual ou pessoa sozinha homossexual (VENÂNCIO, 2014, *on line*).

Mais essa trajetória não se deu de uma forma linear. Portanto, a trajetória histórica da família na Europa, antes do século XV estava ligada à casa, ao governo da casa e à vida na casa. Esse era o sentimento de família. Portanto, o objetivo da família na Idade Média, que era um só, a concepção particular, ou seja, a linhagem (ARIÉS, 2011).

A família tinha por missão a conservação dos bens e o objetivo era a proteção da honra. A função afetiva era inexistente. O amor estava presente no noivado e após o casamento, mas era a vida comum que alimentava esse sentimento. Portanto, o amor não era necessário para o equilíbrio da família. As trocas afetivas se davam fora da família, através de vizinhos, amigos, nas festas enfim, na sociabilidade (ARIÉS, 2011).

Só no final do século XVII e XVIII a família passa a se definir em seus cômodos, buscando assim sua privacidade. Diferente dos palácios dos séculos XIII-XIV que se caracterizava pela torre, destinada à defesa, na sua nova forma de organizar, a família agora determinava o lugar em que se reuniam parentes, amigos e clientes (ARIÉS, 2011).

O tradicional modelo de família agora passava a estruturar-se por meio de um sistema nuclear, baseado na mulher, no marido e nos filhos. Nesse modelo tradicional, a mulher e o homem são unidos pelo matrimônio e por seus filhos.

Segundo Roudinesco (2003, p. 19):

Os casamentos são então, arranjos entre os pais sem que a vida sexual e efetiva dos futuros esposos em geral, unidos em idade precoce, seja levada em conta. Nessa ótica, a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino.

Nesse contexto familiar a autoridade é a marca da família tradicional e o homem detinha o domínio e o poder sobre a mulher e os filhos. No século XIX, a família passa para a categoria de moderna e há um fortalecimento do individualismo que transforma os laços. A família torna-se mais espontânea e mais jocosa passando

a se preocupar com a vida das outras pessoas. Os termos usados como forma de tratamento são modificados e o marido dava à mulher agora, o mesmo tratamento que se destinava à criança (ARIÈS, 2011).

Nesse ínterim, a família acompanhou as transformações do tempo e reconstruiu suas relações. Não de forma isolada, mas em uma relação de trocas de sentimentos entre seus membros. E, esses membros, não são, necessariamente, o homem e a mulher, mas pessoas que, por meio da convivência atribuem o sentimento e ideia de família.

Para Singly, a família desde o fim do século XIX desenvolveu novas formas de relações. Torna-se privada e pública, pois é uma organização secundária ao órgão do Estado. Nessa estrutura de funcionamento ela revela suas funções que vão se colocando diferente do passado. Ela passa a não ser dependente dos bens materiais. O Estado também intervém mediante o apoio e a punição aos pais por meio de suas leis. Nesse sentido, a família se coloca com um sentimento de fluidez que resulta em um processo de individualização.

Para Amaral (2001) estudiosa das relações familiares e da representação social do gênero que ancoram as práticas, comportamentos e atitudes dos adolescentes e que estabelece os referenciais para a dinâmica das relações entre os seus membros, a família é uma instituição contextualizada pelas normas de conduta, a partir da convivência cotidiana das pessoas por meio dos papéis que são determinados em torno da questão de gênero.

Para a autora a questão do gênero é algo determinante e que proporciona as situações para a construção de representações sociais da família. A subjetivação do gênero influencia os relacionamentos afetivos e constroem os filhos enquanto homem e mulher. Nesse sentido, a família supera a forma de organização e estruturação de um grupo fechado, pois expressa-se em um relacionamento permanente, mesmo com pais separados (AMARAL, 2001).

Ainda segundo Amaral (2001, p.25-26):

O grupo familiar, enquanto uma instituição socialmente construída, não detém um modelo único de estrutura, de dinâmica ou funcionamento. Na diversidade destas estruturas, porém existe uma permanência daquilo que se chamaria “sentimento de família” [...] por outro lado pode-se perceber que existe uma relação entre o cotidiano familiar e o processo de

representações sociais.

Singly (2000), também concorda que a nova modelagem da família se faz por meio de uma fluidez em que as relações intrafamiliares transformam-se, uma vez que os indivíduos que compõem a família mudam de natureza social. A personalidade dos membros liberta-se do círculo doméstico e, apesar das divergências individuais, torna-se importante e com uma individualidade maior do que antes.

Ainda segundo o autor, apesar do desaparecimento da legalidade do casamento, a união de casais com filhos fora do casamento, continua no mesmo patamar das normas legais e o sentido de família prevalece fazendo com que a família não desapareça, mas que prepondere agora uma individualização social (SINGLY, 2000).

Nessa individualização, a família está assentada em princípio e não em referências ou em preceitos determinados, com exceção da regra do respeito, há uma conciliação, por meio de um guia de boas maneiras que é de interesse dos pais e dos filhos. Mesmo com o aumento das separações e dos divórcios, e com a força do sistema socioeconômico, a individualização é justificada. Portanto, a originalidade da família moderna não está, portanto, na sua estrutura, mas no seu sistema de relações (SINGLY, 2000).

Sendo assim, a interação e a sociabilidade são os elementos que posicionam as famílias, dando suas novas características, uma vez que, a família atual, encontra-se centrada nas satisfações relacionais em que os indivíduos são definidos por eles mesmos.

O autor aponta, ainda, outros elementos que contribuíram para o aparecimento de novas formas de vida familiar como questões relativas à reprodução humana - controle da fecundidade por meio da contracepção - caráter temporário dos vínculos conjugais, crescimento do número de pessoas morando sozinhas, crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres, uniões livres e de recomposições familiares (SINGLY, 2000).

Portanto, esse pluralismo familiar traz como resultado uma profunda transformação das relações de gênero. Uma vez que a família, hoje, se faz com suas normas, tensões e interesses contraditórios, que serão mal interpretados mesmo

assim, há um novo equilíbrio entre a autonomia e o pertencimento familiar.

Para os filhos, o modelo de família passa a ser aceito, uma vez que o próprio individualismo está presente. Os vínculos relacionais também acontecem por meio de outros núcleos parentais, ou seja, avós, tios e, notoriamente, em novos relacionamentos que acontecem por meio de casamentos ou não. Diante desse rearranjo, novos valores morais também são transformados.

O fato é que por meio da família a criança permite tomar consciência do seu corpo e de sua vida, passando a entender frustrações e revoltas. Já para o adolescente a família traz no seu cotidiano representações sociais significativas que reproduzem-se e incorporam-se na sua vida, passando a elaborar o seu próprio sistema de classificação (AMARAL, 2001).

Apesar das redefinições que essa instituição social passou e vem passando na atualidade, a família ainda é o referencial que se coloca diante de imperfeições e conflitos e, acima de tudo, norteia o cotidiano de sentimentos que definem os adolescentes, fornecendo-lhes a referência que eles precisam para o seu amadurecimento.

3.3 Uma abordagem acerca do gênero e sua influência na adolescência

Mirem-se no exemplo
 Daquelas mulheres de Atenas
 Vivem pros seus maridos
 Orgulho e raça de Atenas
 Quando amadas, se perfumam
 Se banham com leite, se arrumam
 Suas melenas
 Quando fustigadas não choram
 Se ajoelham, pedem imploram
 Mais duras penas; cadenas
 Mirem-se no exemplo
 Daquelas mulheres de Atenas
 Sofrem pros seus maridos
 Poder e força de Atenas
 Quando eles embarcam soldados
 Elas tecem longos bordados
 Mil quarentenas
 E quando eles voltam, sedentos
 Querem arrancar, violentos,
 Carícias plenas, obscenas
 (Chico Buarque)

Tomando por base que, atualmente, a mulher exerce seu papel nos grupos sociais, por meio das distintas relações sociais e levando em consideração que a temática deste trabalho aduz adolescentes do sexo feminino é que se faz necessário uma compreensão sobre as questões relacionadas ao gênero e sua relação com a adolescência, pois sabemos que tais questões, muitas vezes, encontram a sua justificativa na reprodução de valores que se perpetuam ao longo dos tempos e que influencia, diretamente, na identidade e no comportamento.

Segundo Amaral (2001, p.20):

Os estudos de gênero levantam discussões fundamentais sobre a relação natureza - cultura, diferença - identidade, igualdade - desigualdade, dominação - submissão entre homens e mulheres em função dos contextos históricos e sociais dos grupos.

É bem verdade que os de atributos sociais que são designados ao homem ou à mulher são fruto de uma hierarquia social que, por meio de seus grupos modificam valores e atribuem novas regras de convivência e se impõem aos indivíduos determinando seus papéis.

A concepção de gênero aparece inicialmente, devido ao avanço dos estudos feministas e foi construída para esclarecer as relações de dominação que se refletem diante do sexo como relacional. Nessa categoria o masculino se impõe sobre o feminino por meio da opressão e dominação (AMARAL, 2011).

“A discriminação da mulher e as características negativas que lhe têm sido atribuídas têm-se apoiado frequentemente em concepções científicas influenciadas por preconceitos ideológicos, dos quais a ciência atual não está isenta” (MORENO, 1999, p. 22).

Os dogmas científicos se perpetuam com sua ideologia e se colocam como normas nas instituições sociais. Entre elas, a escola que por meio do ensino determina uma educação e a formação do cidadão. No entanto, em todas as instituições, há um saber e um poder verdadeiro que reforça, mesmo que de forma sutil, o preconceito (MORENO, 1999).

Essa perpetuação dos valores se faz por meio das relações que emana um poder de forma subjetiva. Nesse extradiscurso as relações entre saberes se fazem e se mostram presentes, principalmente na família com seus gestos, atitudes e discurso. Com relação ao gênero, as relações de poder-domação de igualdade-desigualdade,

entre homem e mulher, se situam a partir do ponto de vista do corpo em que a diferença anatômica coloca ambos na condição de seres diferenciados (FOUCAULT, 2012).

Para Roudinesco (2003), essa diferença determinará sua posição social. Portanto, a questão de gênero ou a identidade sexual é determinada em detrimento dessa diferença. A mulher, quando colocada como um objeto, possui uma característica negativa e frágil. Isso a coloca em uma condição subalterna e indigna de exercer seu papel social.

Diante dessa qualidade pejorativa a questão gênero não pode ser vista como sinônimo de mulher, mas sim subsidiar questionamentos e análises acerca das diferenças. Quanto à questão biológica, essa se coloca com características subjetivas que se impõe em determinado tempo e determinada cultura que reforçam, subjetivamente, os papéis entre o homem e a mulher, confirmando a inferioridade e a incapacidade.

Ainda segundo Roudinesco (2003, p.12):

[...] efetivamente definida por seu útero, sua flexibilidade e sua umidade. Sujeita a doenças vaporosas, é comparada a uma criança, a textura de seus órgãos caracterizando-se por uma fraqueza congênita, uma ossatura menor que a dos homens, uma caixa torácica mais estreita e cadeiras que balançam incenssantemente. [...] o destino da mulher é de gerar, não o de entregar a qualquer atividade profissional ou intelectual.

Ao longo da história, percebe-se que a questão do gênero foi permeada de inquietação. Esse processo se inicia no século XVIII, com as várias revoluções, mas foi com a Revolução Francesa que diversos escritores foram influenciados, assim como a sociedade, uma vez que com a queda do absolutismo, o povo pode almejar uma base para os diversos questionamentos acerca dos direitos (GONÇALVES, 2006).

O século XIX vai nortear as mulheres na luta pela exigência de seu reconhecimento. Nesse sentido, a mulher firma uma aliança no feminismo contra as casas de tolerância, contra a prostituição, contra a polícia, contra os conventos e contra ensino retrógrado (DONZELOT, 1986).

Até o século XIX onde o contexto da Europa era a pré-industrialização, os movimentos tinham como objetivo a libertação da mulher da opressão vivida pelas

normas de gênero impostas e nos padrões em relação ao modelo de casamento da propriedade de mulheres casadas (e seus filhos) por seus maridos. Já no fim do século XIX, com a industrialização, a luta do movimento passa a ser baseada na igualdade econômica, política e social uma vez que a mulher passa a ser objeto do trabalho.

Todavia, se a Revolução Francesa contribuiu para o reconhecimento dos Direitos dos Homens, contudo, de forma contraditória, apresentou para as mulheres um retrocesso nos diversos níveis de participação. Diante das mudanças as mulheres foram excluídas da cidadania política e civil, recorrendo-se à natureza como justificativa. Afinal, homens e mulheres apresentavam uma fisiologia diferente e isso já configurava o indicativo dessa decisão (SOIHET, 2005).

Nesse contexto social, a militância feminina se inicia com a 1ª Convenção para o Direito das Mulheres. Esse foi o marco inicial do feminismo no Ocidente. Muitas mulheres se colocaram à frente desses movimentos entre elas: as americanas Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott. A célebre Convenção de *Seneca Falls* abria uma discussão para as condições sociais, civis e religiosas das mulheres (GONÇALVES, 1998).

Na Inglaterra, Mill, um filósofo liberal junto com sua companheira Harriet Taylor, adotou teses do igualitarismo político sob a ótica distinta da dos pensadores franceses. Após a morte de sua companheira ele militou em favor do sufrágio feminino chegando, até mesmo, a denunciar o “estupro conjugal” como uma violência interna, própria do casamento e que repousava na obrigação do coito para os dois parceiros (ROUDINESCO, 2003).

É bem verdade que nos movimentos feministas as mulheres expunham desejos que se colocavam, no sentido de resolver as dicotomias entre homens e mulheres como também de expor as formas de preconceitos que se colocavam de forma hierárquica, através dos valores da época. O alarde sobre a questão feminista não se limitou a Europa e sua influência se fez em outros países entre eles a Rússia que, no século XIX, já debatia a questão feminina.

Uma das temáticas em evidência neste país foi: a questão da prostituição onde muitos escritores se colocaram para analisar esse fenômeno, entre eles, Dostoiévski e Stuart Mill. Nos discursos literários os autores tentaram abolir o preconceito contra a

mulher. Muitas escritoras, femininas, também deram sua contribuição para a história das mulheres, entre elas: Virgínia Woolf e Joan Scott (GONÇALVES, 2006).

No Brasil, também foi constante o engajamento das mulheres em diversas mobilizações, destacando-se as que culminaram com a Abolição da Escravatura (1888) e com a Proclamação da República (1891). Mesmo sendo pouco visível, a participação das mulheres serviu para questionar sobre a estrutura vigente e denunciar a exclusão feminina do direito ao trabalho, à educação e ao voto. Mas, é a partir da década de 1990 que os movimentos assumem uma expressividade, pois a as demandas por equidade de gênero agora vão tornar-se objetos de leis, ações, programas e planos de Estado do Direito da mulher (PRÁ, 2014, *on line*).

Entretanto, mesmo com as transformações sociais, ainda presencia-se um discurso moral pautado em um androcentrismo que aduz a mulher em uma posição inferior em que a ela é reservada diversas formas de violências.

Sobre essas formas de violência destinadas as mulheres Minayo (2007), discorre que a mais comum é a doméstica. No caso do Brasil estima-se que esse problema cause mais mortes às mulheres de 15 a 44 anos. Quanto às queixas, pelo menos 35% delas estão associadas às diversas formas violências que elas sofrem na vida conjugal.

O reconhecimento da violência contra as mulheres e as violações dos direitos humanos teve rubrica da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Viena (1993). Assim, este documento respaldado no artigo 226 da Constituição Federal de 1988. No entanto, somente reconhecer legalmente direitos não é o bastante. É necessário que as mulheres sejam contempladas na sua diversidade, na sua classe social e no seu espaço geográfico com políticas públicas que venham, realmente garantir a efetivação dos direitos humanos dessas mulheres, enquanto cidadãs (PRÁ, 2014, *on line*).

3.4 Gênero, sexualidade e adolescência

Mirem-se no exemplo
 Daquelas mulheres de Atenas
 Despem-se pros maridos
 Bravos guerreiros de Atenas
 Quando eles se entopem de vinho
 Costumam buscar um carinho
 De outras falenas
 Mas no fim da noite, aos pedaços
 Quase sempre voltam pros braços
 De suas pequenas, Helenas
 Elas não têm gosto ou vontade
 Nem defeito, nem qualidade
 Têm medo apenas
 Não tem sonhos, só tem presságios
 O seu homem, mares, naufrágios
 Lindas sirenas, morenas...

(Chico Buarque)

Ao longo do tempo as mulheres expuseram suas angústias e seus anseios. Nessa pauta, a questão do gênero ganhou destaque e, de forma positiva, foi esclarecida para a mulher que ganhou evidência. Como centro das discussões a sociedade passou a discutir essa especificidade do ser humano. Na pauta da discussão, a sexualidade entra no discurso.

Então vejamos, há algum tempo atrás, a mulher só podia ter prazer sexual no casamento, pois o casamento era o lugar privilegiado para as relações sexuais. Fora deste o ato sexual era algo doentio. Sendo assim, a mulher desempenhava o papel social e sexual (ESTEVEES, 1989).

Segundo Del Priore (2008, p.84):

O descontentamento anatômico, a ignorância fisiológica e as fantasias sobre o corpo feminino acabavam abrindo espaço para que a ciência médica construísse um saber masculino e um discurso de desconfianças em relação à mulher. A Misoginia do período a empurrava para um território onde o controle era exercido pelo médico, pelo pai, ou marido. [...] o homem ocupava lugar essencial na saúde da mulher, dele dependendo, exclusivamente, a procriação.

À mulher estava reservada uma moral que a colocava diante do seu papel de esposa, dona de casa e mãe. O casamento era algo importante na vida de uma mulher que, desde criança, era educada para ser uma boa mãe e boa dona de casa. Percebemos aí, um tom de sujeição que se colocava desde a sua infância. A mulher

estava sujeita a se casar, ter muitos filhos e ser uma boa dona de casa.

No entanto, a negação da mulher em relação ao seu papel colocou-a diante das doenças mentais. E os tratamentos para a loucura, frequentemente utilizados durante o século XIX e em princípio no século XX, tinham como escopo a extirpação do clitóris e a introdução de gelo na vagina. Esses métodos de tortura se ampliaram com a introdução de novas técnicas terapêuticas não menos violentas (ENGEL, 2008).

Assim, a mulher estava fadada a um controle moral em que o papel do médico estava presente para conter a sexualidade. Durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. “Vocês são apenas o seu sexo”, diziam-se a elas há séculos. E esse sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. “Vocês são a doença do homem” (FOUCAULT, 2012, p. 351).

No Brasil, o comportamento feminino era uma forma de determinar o tipo de mulher. Assim, ela podia ser considerada uma moça de família ou uma moça leviana. A moça de família era a que se portava de forma adequada e conservava a sua sexualidade, comportando-se de acordo com os princípios morais da época, ou seja, mantinham-se virgem até o casamento. Já as moças levianas permitiam-se ter todas as intimidades físicas com um homem. Sendo classificadas como prostitutas (BASSANEZI, 2008).

Atualmente, a questão do gênero ganhou uma nova conotação histórica e a sua representação engloba na nova geração de adolescentes que passam a reinterpretá-la. O modelo de mulher frágil, doente e submissa foi relevado e, com essa mudança, o modelo de homem também se modificou. Seu estereótipo ganhou outros *status* nas relações sociais. A influência do gênero se internaliza desde cedo, na vida dos adolescentes que com sua linguagem aduz gestos, costumes e valores.

Na visão de Santos e Melo Neto (2013) o desaparecimento dos valores tradicionais dá ênfase às atrações do mundo consumista que passa a favorecer as relações pré-matrimoniais com diferentes parceiros e a exploração sexual passa a favorecer consequências como a gravidez não desejada e o aborto.

É bem verdade que segundo Amaral (2001) os adolescentes expressam as

representações do masculino e do feminino, tanto na dualidade do sexo biológico como nas representações de diferenças e igualdade entre homens e mulheres.

A questão do gênero é atribuída às coisas e aos objetos que se tornam sexuados e com distintos sentimentos que por sua vez se projetam nas ações do cotidiano e vão estruturando classificações e categorizações que se somam a outros significados (AMARAL, 2001).

Nessa determinação de papéis. Entre eles: o de dominador/ dominado, superior/ inferior, fraco/forte o adolescente vai tomando consciência de tudo que se opõe a ele. Assim, ele expõe as dificuldades, limitações, diferenças e igualdades que o significado do gênero lhe impõe (AMARAL, 2001).

No entanto, na busca por autonomia, que não acontece apenas por tornar-se homem e mulher, sua sexualidade se traduz com um rito que é normatizado de acordo com a coletividade e privilegiado na simbologia do consumo por meio da valorização do corpo. Suas descobertas, sensações e conflitos emocionais têm como objetivo a busca de um ideal mesmo que incerto. No entanto, na busca de autonomia há uma cobrança social para o adolescente atingir o status de beleza que se coloca como norma social (CASTRO et al., 2004).

Nessa tradução de rito, à sexualidade, é atribuída um controle que segundo Foucault (2012, p.236) se faz pelo o corpo e acontece de forma sutil por meio de instituições em que o poder-saber se coloca assim:

O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle [...] por meio de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: “fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!”

As normas impostas de beleza, do cuidado com o corpo, da moda, do vestuário trazem no seu bojo, um objetivo principal que é o de agradar. Portanto, esse jogo de sedução dá subsídio para que os adolescentes busquem seus primeiros contatos sexuais. Porém, essas experiências do “ficar” e do namorar acontecem de forma imatura e, junto com elas, há uma impulsividade, levando os adolescentes a querer

resolver tudo que está ao seu alcance (MURARO apud KAHHALE, 2003).

No discurso do “ficar” e do namorar há uma conotação distinta em que o “ficar” não obriga o adolescente à fidelidade, mas a uma interação superficial com ausência de compromisso e de um tempo determinado. Pode-se “ficar” com diferentes parceiros. Os seus sentimentos se colocam por meio de fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas e papéis e relacionamentos e assim, a Sexualidade passa a ser entendida com uma das dimensões, do ser humano, que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. (CASTRO et al., 2004, p. 29).

Nessa dinâmica a identidade vai delineando e redefinindo o adolescente. Na diferenciação do gênero as vidas de rapazes e de moças sofrem uma pressão. No caso do adolescente o imaginário social o discurso da virilidade prevalece e, nesse sentido, o homem justifica-se.

Se o sentido de gênero permeia o papel do homem e da mulher. Mas, especificamente, em relação às adolescentes é atribuída uma interpretação da sua prática sexual. Para elas, quanto mais puder adiar a sua iniciação sexual, melhor, pois esse adiamento é visto como uma estratégia de seleção para a busca de um relacionamento afetivo que contemple tanto o sexual como o afetivo (CASTRO et al., 2004).

Para Castro et al. (2004, p.83):

[...] a virgindade, possibilita a visualização do controle do corpo feminino que ainda ocorre hoje. Sua naturalização no domínio público, dentro dos diversos discursos se baseia na prova física: o hímen, que faz parte da construção cultural do feminino, sustentando e justificando comportamentos e discriminações. O rompimento do hímen e um conjunto de sentimentos configuram essa experiência como um marco na vida da maioria das jovens. Assim, o hímen é tratado por um aluno do Ceará como: é o INMETRO, é o selo do lacre.

Diante das normas impostas, a sexualidade vai configurando sim, os sentimentos que nas suas dimensões vão interligando-se às relações afetivas e sexuais e vão se moldado por uma pressão da lógica instrumental do econômico e pela pressão moral que a sociedade, no seu determinado espaço constrói.

4 NUANCES DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A insegurança social tem causado nos indivíduos um sentimento que a sociedade caracterizou, ultimamente como pânico social. Esse sentimento mobiliza a sociedade para uma situação de vitimização. Assim, os espaços públicos tornam-se lugares de pavor em que a violência vai gerando um medo e provoca cicatrizes emocionais.

O medo passa a ser um estímulo que faz com que o sujeito busque a criação de estratégias de proteção contra o inimigo. Assim, o medo passa a ser algo positivo, pois é um instinto de sobrevivência que se coloca por meio do organismo (MEJIA, 2011).

Ainda como estratégia, buscamos as mais diversas formas de proteção que na sua subjetividade vai nos enclausurando. Delimitamos as saídas, os horários, com quem e para onde devemos ir. Tudo e todos passam a ser alvo de desconfiança. Até mesmo dentro de um *shopping* vivenciamos o medo.

Por ser um fenômeno complexo a violência não pode ser analisada de forma simplista. Suas diversas formas se inserem em categorias complexas, nas variadas instâncias sociais. Portanto, ela não se resume somente, a um problema de segurança pública, uma vez que o problema não se resume a um caso de polícia. Pensar dessa forma seria pensar de forma pontual. Seria desconsiderar a organização social, na qual vivemos e que se coloca na sua forma injusta onde não possibilita a todos a mesma realidade social.

Segundo Ozella (2003) a sociedade que vivemos se apresenta, por meio de uma estrutura perversa de desigualdades constituídas, não apenas pela dominação de classes, mas também, pela dominação de gênero e de raça. Para o autor convivemos com uma sociedade fragilizada em todos os sentidos.

É um fato que a urbanização acelerada que se fez ao longo do século XX propiciou o surgimento de diversos problemas sociais. Problemas esses que emergem da grande concentração urbana e que se agravam com o processo de redistribuição econômica que se justifica diante de uma lógica moral que causa perversos efeitos no comportamento da população (ZALUAR, 1996).

Nessas discrepâncias sociais a violência torna-se estrutural, pois incide sobre a condição de vida, a partir decisões histórico-econômicas e sociais que se colocam por meio da condição daqueles que detêm o poder e a riqueza. Nas ponderações de Chesnais (apud MINAYO, 2006, p.14-15), a violência adquire uma pluralidade que, no contexto contemporâneo, coloca-se com:

[...] três definições que contemplam tanto o âmbito individual, quanto o coletivo: no centro de tudo, a ‘violência física’, que atinge diretamente a integridade corporal e que pode ser traduzida nos homicídios, nas agressões, nas violações, nas torturas e nos roubos a mão armada; a violência econômica, que consiste no desrespeito e apropriação, contra a vontade dos donos ou de forma agressiva, de algo de sua propriedade e de seus bens; e, por último, a ‘violência moral e simbólica’, aquela que trata da dominação cultural, oferecendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro.

Segundo Santos (2011), sob a ótica do espaço temporal da mundialização econômica injusta que favorece o aumento da exclusão social a violência toma sua forma e dimensão e assim, na sua forma difusa se coloca por meio de uma microfísica, advinda de uma profunda mutação de um capitalismo tardio que permitiu uma globalização que redundou em efeitos perversos.

Para Zaluar (1996), a violência não surge na história dos homens com a exploração, a dominação ou a miséria que conhecemos nas sociedades modernas. Ela sempre esteve presente dentro dos homens, em todas as sociedades, em todas as épocas, em todos os recantos do mundo. Todavia, esse fenômeno pode ser considerado aceitável, dependendo do seu grau.

Assim, a violência não é exclusividade dos países subdesenvolvidos. Ela acontece em todos os espaços e em condições sociais inadequadas e se justifica diante das calamidades naturais, dos conflitos armados, da exploração, do analfabetismo, da fome e da deficiência. Aliás, segundo Odália (2004, p.13):

Viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces. A vida, na idade média, tinha um teor violento. Mas recuando ainda mais no tempo vemos que os nossos ancestrais, os hominídeos, sobreviveram porque souberam suprir suas debilidades naturais, sua pequena força física, pela inteligência na construção de artefatos de defesa e ataque.

No caso do Brasil a violência se configura diante de uma organização social injusta que diante uma cultura contraditória e paradoxal de poder, fruto de uma historicidade que e mescla o velho Brasil patriarcal com o novo e onde tem na pobreza um fator determinante das diferenças e desigualdades (TELLES, 1998).

4.1 Fortaleza: um espaço urbano emoldurado pela violência

Catequese do medo
 Num buraco negro
 No fim do terceiro mundo
 Um sorriso assustado
 Uma mãe desesperada
 Um pai mal pago, operário e mudo
 Reuniões oficiais escurecendo outras salas
 Onde a tortura faz filho
 Na pele de um jovem afro-brasileiro
 Na pele de um jovem fudido e sem dinheiro
 Por isso...
 Podem falar o que for
 Que eu sei que não sou culpado
 Podem falar o que for
 Que eu sei que não sou, sei que não sou
 A fome é um esperma
 Por entre as pernas da violência
 E o egoísmo que excitou
 As diferenças em que merece
 Um aborto imediato
 Um *apartheid* econômico
 Contamina, machuca
 E não nos deixa gritar...
 Catequeses do Medo

(O Rappa)

É bem verdade que a história de Fortaleza é marcada por sua geografia, uma vez que o seu nascimento se fez diante do riacho Pajeú. Já a sua fundação se coloca na disputa de fundadores e, entre eles, o Guerreiro Branco Martim Soares Moreno que se insere no famoso romance de Iracema e Matias Beck o famoso comandante do forte Shoonenborch.

Em 1726 Fortaleza passa a ser considerada como “ a Vila de Nossa Senhora da Assunção. No entanto, antes, era Aquiraz a sede da Ouvidoria e a sede da Capitania do Ceará. Aquiraz guarda tradições do colonizador europeu, da cultura indígena e africana (PAIVA, 2008).

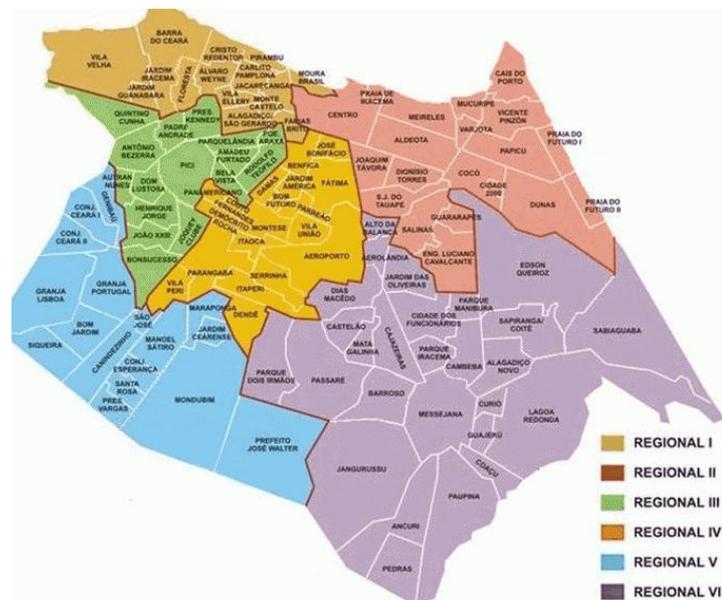
No século XIX, Fortaleza experimentou a moda e os costumes franceses.

Esse período se chamou de *la belle époque*. O termo significava belos tempos e traduzia a revolução científico-tecnológica da época (1850-1870). Naquele espaço temporal começava as transformações de ordem urbana, política e econômica como também as mudanças de comportamento e modo de pensar das pessoas. Época, que permitiu Fortaleza entrar, definitivamente, no mercado exportador (PONTE, 2000).

Atualmente, com uma área de 314.930 km², Fortaleza possui 2.452.185 habitantes e como uma metrópole que cresce traz na sua topologia, uma beleza natural que é contemplada na sua bela orla marítima. Todavia, Fortaleza também esconde por trás dos seus bairros nobres, um mundo de miséria, pobreza que se faz por meio de uma grande disparidade de renda. (IBGE, 2013).

Fortaleza está dividida, administrativamente, por sete Secretarias Executivas Regionais (SER): SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI e a regional do Centro. Essa conjuntura urbana conduz à observação de problemas sociais emblemáticos que se colocam, principalmente nos bairros da periferia e os estigmatizam por meio de conotação de violento.

Figura 1 – Mapa da cidade de Fortaleza.



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF).

Conhecida como a capital do sol, Fortaleza é a mais jovem das grandes metrópoles nordestinas. A cidade, a partir da década de 80, se modernizou e, hoje com um crescimento não planejado apresenta sérios problemas sociais. Entre eles: serviços básicos de saúde e educação, moradia, segurança e, principalmente, de trânsito (PAIVA, 2008).

Fortaleza, por meio da sua distribuição que se faz por meio das 6 (seis) Secretarias Executivas Regionais (SER) abriga uma população de classe baixa e que, por sua vez, não se encontra apenas na periferia, mas em “bolsões” de pobreza que se distribuem em toda a cidade, e, de forma mais intensa, às margens da cidade (COLAÇO et al., 2013).

Nessa categoria, Fortaleza passa a inserir-se na nova forma de sociabilidade que é as das conflitualidades. Este contexto social revela-se com uma discrepância entre ricos e pobres e se agrava, por meio a situação de vida dos menos favorecidos (BRASIL, 2010).

Diante das desigualdades sociais traz à tona conflitos que mudam as relações sociais provocando insegurança. Nesse sentido, Fortaleza emerge em uma categoria preocupante de uma cidade violenta que acaba ganhando status por meio da mídia.

Segundo matéria do Jornal O Povo (2014, *on line*):

Considerada a sétima cidade mais violenta do mundo, segundo relatório da ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal. No levantamento, a Capital cearense registrou taxa de 72,81 homicídios por 100 mil habitantes. O estudo classificou as cidades utilizando taxas de homicídio do ano de 2013, com base em índices e estatísticas de cidades com mais de 300 mil habitantes. No levantamento, o Brasil foi apontado como o País com o maior número de cidades entre as 50 mais violentas do mundo, com 16 municípios. No ranking, estão ainda as cidades de Maceió (AL) com 79,76 homicídios por 100 mil habitantes; João Pessoa (PB) com 66,92; Natal (RN) com 57,62; Salvador (BA) com 57,61; Vitória (ES) com 57,39; São Luís (MA) com 57,04; Belém (PA) com 48,23; Campina Grande (PB) com 46; Goiânia (GO) com 44,56; Cuiabá (MT) com 43,95; Manaus (AM) com 42,53; Recife (PE) com 36,82; Macapá (AP) com 36,59; Belo Horizonte (MG) com 34,73; e Aracaju (SE) com 33,36. A cidade hondurenha de San Pedro Sula encabeça a lista, pelo terceiro ano consecutivo, com uma taxa de 187,14 por 100 mil habitantes. Caracas, na Venezuela, é a segunda cidade mais violenta, com 134,36. Acapulco, no México, com 112,80, está na terceira posição.

Apesar da pobreza não ser considerada a causa, específica para a violência, pois sofrer privações sociais socioeconômicas não é, contudo, suficiente para se afirmar a violência, pois esta pode ocorrer nos diversos extratos sociais. Mas, o fato é que a pobreza se coloca como um indicador para a violência, uma vez que com a desigualdade social a maioria dos cidadãos é esquecido, por aquele que deveria zelar pelos seus direitos que é o Estado (ASSIS et al., 2006).

Assim pensar o problema da violência e tentar resolvê-lo não requer somente pensar em uma política de segurança, mas desenvolver uma política social que forneça uma qualidade de vida e uma equidade social. Caso contrário, continuaremos visualizando a barbárie que se coloca dia a dia e que nos faz de refém do medo e da impotência.

No caso de Fortaleza, segundo Sousa JORNAL O POVO (2014, *on line*) elucida:

Fortaleza tem que parar, pela preservação da vida humana! Isto não é radicalismo ou extremismo. Radicalismo e extremismo é o extermínio, notadamente de jovens, execuções sumárias cometidas por bandidos e policiais, assaltos e sequestros constantes. Toda essa violência ocorrendo e não circunscrita mais aos espaços da invisibilidade das periferias, mas em todos os espaços, nas principais vias da cidade, nos bairros de classe média e nos ricos. Chegou-se ao extremo da incivilidade. Não somos uma sociedade civilizada, ao contrário, estamos frente à barbárie (ou simplesmente a 7ª cidade mais violenta do mundo, não nos credencia a tal?!). Por que não se resolve ou se minimiza esse problema? Acho sinceramente que essa violência generalizada não se resolve somente com passeatas, manifestações, muito menos com debates acalorados. Acredito que possivelmente só teremos algum efeito quando a violência provocar o enclausuramento da população ao ponto de prejudicar o trabalho, os rendimentos e os lucros. Estou convencido de que se Fortaleza parasse, as pessoas em geral se recusassem a sair, a ir trabalhar, a ir à escola, à faculdade etc, para preservar suas vidas e dos seus familiares, certamente as elites correriam para encontrar uma solução, uma alternativa plausível. Será que chegaremos realmente a nos aprisionar? Espero que não seja necessário!

Na incapacidade de ter uma vida digna a violência emerge com sua força para modificar o que está posto e traz na sua face um caráter difuso que na prática tem como característica modificar a ordem do que está estável na ordem social. Ordem social essa que modela o perfil dos adolescentes infratores. Pois, trazem consigo as marcas de um desenvolvimento biopsicossocial marcado por sérias violências (DIÓGENES, 2008).

Para Barros (2011, p.49):

Embora a situação uma década atrás fosse certamente pior, ainda hoje, a fatia da renda apropriada pelo 1% mais rico é da mesma magnitude daquela apropriada pelos 45% mais pobres. O que um brasileiro pertencente ao 1% mais rico – isto é, que vive em uma família com renda *per capita* acima de R\$ 4.400 por mês – pode gastar em três dias equivale ao que um brasileiro nos 10% mais pobres teria para gastar em um ano. Em função da elevada desigualdade que ainda prevalece, a pobreza e, em particular, a extrema pobreza ainda está acima do que se poderia esperar de um país com a nossa renda *per capita*. Se um terço da renda nacional fosse perfeitamente distribuída seria possível garantir a todas as famílias brasileiras a satisfação de todas as suas necessidades mais básicas. Contudo, quase 50 milhões de pessoas ainda vivem em famílias com renda abaixo desse nível (R\$ 190/mês).

Assim, “A desigualdade social, política e econômica praticadas no Brasil influenciam diretamente na dinâmica familiar e, conseqüentemente, no aumento do número de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal” (PESSALACIA et al., 2010, p.424).

Ainda segundo o autor as pessoas vulneráveis são sujeitos incapazes, de forma relativa ou absoluta, de proteger seus próprios interesses. Portanto, podemos concluir que a principal característica da vulnerabilidade seria a limitação de capacidade de liberdade devido aos impedimentos que se refletem, no fato do indivíduo não ter uma maturidade (PESSALANCIA et al., 2010).

No contexto de vulnerabilidade as classes populares são as mais atingidas, já que essa realidade as colocam em precárias condições de habitação e de saúde. A mão de obra que compõe muitas dessas famílias se distancia do que é exigido pelo mercado formal e contribuem para por em risco de crianças e adolescentes que acabam compondo a mão de obra familiar para complementar a renda.

Diante desse contexto, muitos adolescentes, acabam dando outro sentido à sua vida que é desviar-se dessa realidade que está fadada ao fracasso. No seu novo caminho eles encontram a atração em outros grupos sociais que passam a influenciá-los diretamente. Nesse grupo eles progredem no alcoolismo e nas drogas.

Entretanto, o caminho das drogas não está fadado a uma excêntrica categoria particular de adolescentes, essencialmente, de delinquentes ou de marginais, mas é um fato, que na maioria das vezes, traz consigo um conjunto de problemas sociais e afetivos.

Muitos adolescentes buscam nos seus novos grupos sociais uma “normalidade”, ou seja, a marginalidade torna-se um refúgio e uma fuga já que a família, muitas vezes, não representa mais um modelo nem as aspirações que eles esperam seguir. Aliás, em muitos casos a família já foi despersonalizada pelo contexto social.

Portanto, em alguns casos os pais representam os verdadeiros problemas do ambiente familiar, pois exercem uma violência, por meio de um poder coercitivo que domina física ou psicológica. É bem verdade que quando pensamos em violência logo fazemos algumas tessituras e o que vem a tona é algo que nos constrange ou nos faz sofrer, porém esse sofrimento, em alguns momentos, pode se manifestar de forma sutil e sem marcas, pelo menos, aparentemente.

No caso da violência doméstica esta apresenta uma relação com a violência estrutural (violência entre classes sociais, inerentes ao modo de produção das sociedades desiguais). Ela consiste numa transgressão de poder disciplinador do adulto-criança/adolescente, em um abuso-vitimação, em um processo de violação de direitos podendo causar danos físico-sexuais e ou psicológicos (GUERRA, 2011).

Nessas representações os adolescentes tornam-se alvos para explicação da violência e da criminalidade já que a própria situação de vida os faz vítimas e com isso situação de extrema violação de direitos vai se justificando diante das tragédias familiares e sociais. Assim, os atos de violência representam uma estratégia de sobrevivência da própria condição social excludente de muitos adolescentes (SANTOS, 2011).

No caso das adolescentes a violência acontece a partir das punições corporais dos pais, por conta do receio em termos de sua sexualidade. Esse fenômeno, apesar de estar presente em todas as classes, tem nas classes populares sua maior presença e entre suas variadas sequelas podem-se aduzir: a orgânica e a psicológica. Essas sequelas podem se manifestar de forma variada por meio de sentimentos de raiva e de medo, na dificuldade escolar e na conduta de delinquente. (GUERRA, 2011).

Quando o ato infracional se coloca com ele emerge muitos fatores. Entre eles: a saída de casa precocemente, entre os dez e doze anos e geralmente o consumo de drogas. Em relação à questão de gênero, a conduta se coloca para classificar a adolescente que protagoniza seus atos infracionais, através da rebeldia, do ódio e na

frieza. Todavia, o medo é um dos sentimentos mais presentes, apesar de não ser manifestado (FACHINETTO, 2011).

No Ceará, nos últimos anos, de acordo com dados da Polícia Civil, e de acordo com as estatísticas da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) em 2012, 4.208 menores foram apreendidos. Portanto, os números de adolescentes envolvidos em atos infracionais vêm crescendo, de modo expressivo. Entre esses atos estão: o assalto, o furto, o estupro, o tráfico de drogas, sequestro-relâmpagos, o homicídio e o latrocínio (DIÁRIO DO NORDESTE, 2014, *on line*).

No caso da adolescente o medo de cometer um ato infracional passa a não mais existir quando está inserida no tráfico de drogas, pois nesse meio elas têm a segurança e a promessa de realização pessoal, uma vez que, por terem uma renda garantida. Nessa nova vida ela busca ao seu reconhecimento social. Assim, por mais perigo que essa vivência possa trazer entrar para o tráfico torna-se uma forma de compensar suas necessidades.

Porém, não é verdade que nesse mundo elas vão estar protegidas e felizes, pois nesse ambiente, as adolescentes são muito mais vítimas do que vitimam. Afinal, passam a conviver em um ambiente promíscuo em que não podem expor seus traumas e medos, aliás, medo não pode existir, mesmo diante do abuso e da exploração. Pois, nesse lugar a violência promovida, subjetivamente por aqueles que detêm o poder é um fato e as mulheres só têm a obedecer.

Nesse caminho perverso, muitas adolescentes chegam às Unidades de internação e trazem consigo na sua geração o despreparo para enfrentar as vulnerabilidades. Apesar de serem minoria no universo brasileiro, as adolescentes em conflito com a lei carregam em seu perfil todas as mazelas que emergem das desigualdades sociais e em relação ao gênero (UCHÔA; MAGALHÃES, 2010, *on line*).

Ainda segundo Uchôa e Magalhães (2010, *on line*), quando a menina chega a infracionar ela rompe com diversos paradigmas que são muito fortes para a mulher. Segundo os autores:

Apesar de uma minoria no universo brasileiro de adolescentes em conflito com a lei. No ano de 2006, esse número era de pouco mais de 3 mil garotas, num universo de mais de 40 mil adolescentes, de acordo com pesquisa feita pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para

Prevenção e Tratamento do Delinqüente (Ilanud). Dados mais recentes dão conta apenas das adolescentes em medidas privativas de liberdade: em 2008, elas não chegavam a mil cumprindo medida em meio fechado, num total de mais de 16 mil, segundo relatório da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. (UCHÔA; MAGALHÃES, 2010, *on line*).

Mesmo sendo a minoria em relação aos meninos quando infracionam quando infracionam as adolescentes colocam em suas ações a frieza e a crueldade. Elas assumem esses sentimentos conforme é abordado nos jornais de maior veiculação que elucidada por meio da notícia a violência recorrente que advém, principalmente, dos grupos menos favorecidos:

Três adolescentes acusadas de esfaquear uma médica na Praia do Futuro foram apreendidas na manhã de ontem. Detidas na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), duas jovens ouvidas pelo O POVO não demonstraram arrependimento. Elas foram apreendidas em operação conjunta da Coordenadoria de Inteligência da Polícia Militar e do 8º Batalhão. Um dos policiais que participaram da ação informou que a Polícia chegou às meninas após descobrir o endereço da avó de duas delas (de 13 e 11 anos), localizada na comunidade do Carçoço, na Praia do Futuro. A mais velha já tinha sido detida por roubo. Ao chegar à residência, apenas uma das meninas foi encontrada e informou o paradeiro das outras duas. “A de 11 anos confessou que participou do assalto, mas disse que não esfaqueou a médica”, contou o PM. Na casa foi encontrada uma das três facas usadas no crime, conforme ele. O cabo da arma traz escrito o nome de uma das jovens autoras do ato infracional que tem apenas 13 anos. “Elas confessaram que foi uma das armas usadas”. Na DCA, O POVO conversou com as duas irmãs de 11 e 13 anos, acusadas do crime. “Só tenho a dizer que fiz porque eu quis”, disse a mais velha. “Foi grave assim para ter dado tanta polícia?.” (JORNAL O POVO, 2014, *on line*).

Percebemos na referida fala da adolescente infratora uma distorção de valores que reforça a vida negativa de muitos adolescentes que, por meio de dois extremos, os colocam em um mundo sem valia e estéril onde seus sonhos são abortados, muitas vezes, desde o nascimento.

Nessa cidadania incomum, as condições físicas e emocionais despertam alguns adolescentes para a uma construção de uma nova linguagem que é a violência. Por meio desta, eles aprendem a pensar sem emoção.

Emoção que falta diante de um sistema injusto, desumano e descartável. Onde

muitas vezes o ser humano tem que aprender pela força as regras para a sua sobrevivência.

4.2 Gangues, delinquência e violência: uma rede interligada

Mente diabólica, coração cheio de ódio;
 Sempre sonhei em pegar o primeiro lugar do pódio;
 mas nunca consegui ser bom em nada que fiz;
 vou arriscar por rolling poiter no globo do juiz;
 seria uma saída perfeita pra um zero a esquerda;
 com o cérebro latejando e uma magno sobre a mesa;
 roleta russa essas horas pra amenizar minha dor;
 vou por serenidade no jogo com 6 no tambor;
 Parabéns Brasil pela miséria por todos os lados;
 (Mente Diabólica
 Ganguê 13)

As situações de vulnerabilidade social que se colocam no cotidiano dos adolescentes e jovens nos permite ter uma compreensão dos diversos fatores sociais que se colocam no seu cotidiano de vida.

Como já foi elucidado, anteriormente a questão da juventude não é o ponto relevante desse trabalho embora possa ser considerada como uma categoria social em que agrupa uma determinada fase da adolescência.

Segundo a (OMS, 2007) a juventude é considerada uma categoria sociológica que implica na preparação dos indivíduos para o exercício da vida adulta, abrangendo a faixa dos 15 aos 24 anos de idade. Assim, as diferenças entre adolescência e juventude, portanto, não se limitam à idade, mas aos conceitos, demonstrando processos de naturezas distintas.

Assim, a questão das gangues, situa não só o jovem, mas o adolescente que em alguns momentos da sua fase vai se inserir seja cronologicamente ou socialmente. Na ótica de Zaluar (1996), a entrada do jovem no mundo do crime, bem como sua participação como membro de uma quadrilha é uma forma que ele encontra para se sentir forte diante dos inimigos, afundando-se cada vez mais nesse círculo diabólico. Podemos aduzir que quando essa realidade recai sobre o adolescente a violência muda seu conceito.

Assim, o crime se torna um ato infracional. Mas, a sua vivência e seus desejos são iguais, ou seja, tanto para o jovem como para o adolescente inserir-se no contexto da violência também tem uma conotação social que se coloca por meio de um reconhecimento social. Reconhecimento esse que, sutilmente foi negado pela família, sociedade e Estado.

Na visão de Jaccoud (2009), abordar a perspectiva das vulnerabilidades e dos riscos sociais potenciais que envolvem os jovens implica em amplo conjunto de desafios, entre os quais: à diversidade que caracteriza este grupo e à identificação das demandas por serviços e benefícios.

Parafraseando Diógenes (2008) nesse contexto de vulnerabilidade a violência atual possui um caráter duplo, no qual as “margens sociais” revelam os “bastidores” da oposição. Nesses bastidores estão os desvios que se caracterizam expressados pelas diferenças, através de atos, estéticas e palavras.

Nesse contexto de dualidade, Peralva (2000, p.87) considera que:

A transformação pela qual a sociedade brasileira passou na sua mutação igualitária e a passagem para o individualismo de massa, não podem ser deixados completamente de lado quando se tenta entender as condições de engajamento de uma parte da juventude pobre na violência e no crime [...] a incapacidade do Estado em garantir a ordem pública engendrou formas particulares de violência que por sua vez, delinearam o quadro dos novos conflitos socioculturais e na maneira pela qual a juventude pobre estruturou a percepção dos riscos que parecem pesar sobre o seu futuro.

No caso dos jovens que moram nas periferias o preconceito se coloca de forma subjetiva e o identifica de forma marginalizada. Assim, a segregação acontece de uma forma naturalizada. Segundo Diógenes (2008, p.25):

Nos bairros de periferia mesmo que o jovem não esteja participando de gangues e se inclua na condição de estudante ostenta uma marca classificatória, segregadora e permeada pelo referente da ‘marginalidade. Nesse sentido, torna-se evidente que a pobreza se coloca como uma justificativa para a violência.

As gangues se colocam como uma forma de integração. Mas como entender esse fenômeno que envolve uma multiplicidade de fatores? As gangues foram estudadas por pesquisadores nos anos de 1920, por meio da escola de Chicago, a

partir da crescente preocupação com o meio urbano e suas inconsistências. As gangues se uniam com a temática da delinquência juvenil, pobreza e segregação étnica.

Essa situação apresenta fatores agravantes, uma vez que se coloca por meio do preconceito que atingem, de forma significativa, os jovens nela inseridos. O fato é que a integração ao grupo e/ou gangue favorece o papel de construção de identidade e de redefinição da vida (ABRAMOVAY, 2010).

As gangues se fazem presentes e se inserem em um contexto amplo de violência que se expressa de forma clandestina e em um denso clima de tensão, conflito e exclusão social. Para Diógenes (2008), a exclusão social além de se fazer presente na vida dos jovens ainda os classifica como os “sem-lugar”, os “sem-trabalho” e os “sem-teto”.

Consoante a essa realidade, Guimarães (1998) explica que as gangues tornam-se instrumentos vitais para a manutenção do tráfico e seu negócio, garantindo lucro imediato e crescente e, ainda, afirmando-se em práticas e valores que se concentram na lealdade irrestrita ao grupo e na obediência ao chefe.

Para Diógenes (2008, p.95):

O imaginário sobre a juventude, essencialmente no final do século XX, foi profundamente condensado por referentes da esperança, de renovação social combinados à ideia de risco e de ameaça que esses próprios referentes sinalizam. A juventude tende a ser analisada ressaltando-se, separadamente, cada um desses espectros, qual seja: a exaltação do seu potencial inovador e, de outro modo, o impacto de sua insociabilidade rebelde.

Na realidade social vigente, em que as políticas públicas para a juventude não consideram suas peculiaridades, seus espaços e seus reais anseios e desejos. A juventude se coloca diante de demandas básicas de sobrevivência (DIÓGENES, 2009).

Neste sentido, alguns jovens e adolescentes acreditam que a violência é capaz de mudar a sua vida. Todavia, eles não conseguem ter a percepção de que a violência se coloca a serviço de uma destrutividade em que os sentimentos positivos dão vazão para o ódio. Assim, a violência que se impõe por meio dos atos que de forma sutil é uma forma de justificar sentimentos.

Para Odalia (2004, p.23):

O ato violento não traz em si uma etiqueta de identificação. O mais óbvio dos atos violentos, a agressão física, o tirar a vida de outrem, não é tão simples, pois pode envolver tantas sutilezas e tantas mediações que pode vir a ser descaracterizado como violência. A guerra é um ato de violência, o mais violento de todos; talvez, contudo, esse caráter essencial parece passar e ser secundário se submergirmos sob razões que vão desde a defesa da pátria às incompatibilidades ideológicas. Matar em defesa da honra, qualquer que seja essa honra, em muitas sociedades e para grupos sociais, deixa de ser um ato de violência para se converter em ato normal – quando não moral – de preservação de valores que são julgados acima do respeito à vida humana. Razões, costumes, tradições, leis explícitas ou implícitas, que encobrem certas práticas violentas normais na vida em sociedade, dificultam compreender de imediato seu caráter.

Assim, “os atos de violência representam estratégias de sobrevivência dos jovens: a chamada violência juvenil atual pode ser vista como uma das estratégias de reprodução ou sobrevivência de setores excluídos” (SANTOS, 2002, p.16).

Sendo assim, a ideologia da gangue é proporcionar ao jovem a sensação de pertença, pois no grupo ele passa a se sentir protegido e respeitado. Também surge um ideário de valores, poder e reconhecimento que corroboram as ações de propagação da delinquência.

Portanto, as gangues tornam-se um rito e uma linguagem onde os seus atos justificam-se por meio de uma nova identidade que, de uma forma codificada, estabelece as diferenças e marca a territorialidade. No entanto, não são apenas os rapazes que aderem às gangues, as meninas também se inserem nesse contexto social. Há gangues de mulheres que podem ser perigosas como as dos homens.

5 DA CULTURA DO MENOR AO SUJEITO DE DIREITO: A PERCEPÇÃO DO ADOLESCENTE SOB A ÓTICA DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Revisitando a história brasileira percebemos o quanto a temática relacionada à criança e ao adolescente foi articulada de acordo com os interesses políticos que por meio de seus dispositivos se impuseram o adolescente a uma representação social subalterna e estigmatizada onde a ele é preconizado o conceito mais ínfimo que é o do “menor”.

Os olhares destinados a este sujeito e, principalmente, a sua etimologia coadunada no conceito de “menor” explicou suas diversas nuances no passado recente e que ainda hoje reforça distintos sentimentos discriminatórios. Para Pinheiro (2006) na categoria do “menor” o adolescente se entrelaça pelos variados conceitos entre eles: “mirim, flanelinha, trombadinha, pivete, pixote”. Atualmente, eles são evidenciados como meninos de rua e sempre vistos como suspeitos e internos de instituições.

O conceito de adolescente de direitos ainda permanece em construção haja vista, a forma contraditória e insuficiente quando a questão é a equidade. Mesmo diante da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente a contemplação desse sujeito de direito ainda se coloca diante de um caminho que se dá no seu difícil acesso.

Internacionalmente, a defesa dos direitos foi enfatizada por meio da aprovação da Declaração de Genebra de 1924. Logo em seguida, veio a Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgados pela ONU esse documento recomenda sobre a proteção da criança e do adolescente. Enquanto no Brasil, as práticas referentes a essas categorias, no período pós 30 e no momento que antecede o período militar de 1964 tinham nas suas ações a assistência, PINHEIRO (2006).

Ora, No Brasil, como discorre Pinheiro (2006) o adolescente ocupa vários lugares da vida social que lhes são atribuídos a partir de uma teia engendrada na sociedade brasileira, porém excluídos de direitos foi assim o contexto da adolescência até o início da década de 1930, onde pouco foi investido em termos de políticas públicas e quando acontecem as primeiras iniciativas essas se dão voltadas para o assistencialismo, e controle e em seguida na repressão.

Ainda parafraseando Pinheiro (2006) se pensarmos nas representações sociais da criança e do adolescente de configuração a proteção social se faz em uma realidade onde a igreja se colocava com a sistematização da sua filantropia-caritativa onde a assistência se coaduna no sentimento de favor.

Porém, com a extinção da Roda dos Expostos a filantropia chega ao fim e a criança e o adolescente passam a ser interesse do Estado que diante de um contexto de desenvolvimento são submetidos a serem úteis à Nação. Esse são os objetivos perseguidos pelos higienistas e nacionalistas, ou seja, formar uma mão-de-obra subalterna. No caso dos adolescentes era uma forma de evitar que os mesmos ficassem ociosos e voltassem para a prática de atos delinquentes.

Com o Código Mello Mattos de 1927 promulgado pelo Decreto 17.923-A se inicia um novo período onde a história do adolescente vítima de omissão familiar e àqueles em situação de risco passa a ser objeto legal da proteção e vigilância. Porém legalmente esse Código no seu Artigo 1º não direciona a todos os adolescentes, mas somente àqueles considerados em situação irregular. Aliás, a situação irregular estava fadada diretamente a um contexto econômico de desigualdade onde adolescentes se configurava na prática de atos delinquentes.

Assim, vejamos:

Art. 1º. O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinqüente, que tiver menos de 18 anos de idade será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.

Neste sentido, o Código não contemplava a proteção integral, mas era direcionado para o trato dos menores considerados excluídos da sociedade pela sua má índole que tinham que ser vigiados assistidos e protegidos. Essa lei enfatizava também o juiz de menores a competência ampla para decidir basicamente sobre o destino desses adolescentes.

Ora, o Código de Menores de 1927 foi inovador para uma época em que o direito da criança e do adolescente começa a vislumbrar de forma incipiente um o Brasil percebe a necessidade de uma legislação voltada para crianças e adolescentes, mas esse progresso se contraditório e onde se colocava compromissado com um Estado intervencionista que visava atender as necessidades de uma sociedade elitista. Sociedade essa onde os adolescentes pobres eram vistos como uma ameaça. Portanto, pode-se inferir que a questão do menoridade estava consolidada a um contexto social que evidenciava o adolescente na situação de “carente” e de “abandono”, pois diante do desenvolvimento social o capitalismo que emergia se configurava e configurava-os em uma situação de pobreza e miséria.

Para Pinheiro (2006), no meio da simbologia do “menor” o adolescente passa a ser um objeto de controle, vigilância e regulação. Nesse cenário, eles são disciplinados e o mais importante por meio dessa disciplina eles ficariam fora dos atos delinquentes. Assim consistia a assistência do Serviço de Assistência a Menores (SAM) que tinha como objetivo assistir por meio da política do “menor” os menores desvalidos e garantir a readaptação dos mesmos. Porém, com o passar do tempo o SAM passa a ser criticado e ser considerado como “universidade do crime”.

Ora, o SAM trazia no seu modelo básico de assistência a internação. institucionalmente esse órgão não consegue de fato, contemplar uma verdadeira política o adolescente que continua a se consolidar como um problema social que coadunava em uma situação irregular que como discorre Pinheiro (2006), tratava-se de um sistema de atendimento estatal que se coloca por meio de uma política contraditória.

Com a extinção do SAM surge Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) que inserida em um contexto onde o desenvolvimento econômico é desigual se coloca por meio de uma política coercitiva- repressiva. Esse tratamento desumano coadunava com o modelo de política social da época ditatorial.

Nesse modelo vigente, a política de proteção integral continua inexistente e o tratamento dispensado aos adolescentes se coloca na sua forma ainda mais estigmatizante. Por meio da política nacional são criados abrigos para os menores delinquentes que agora embasados pelo novo Código de Menores de 1979, que diferente do antigo Código de Menor de 1927, funcionava agora como instrumento de controle para adolescentes vítimas da omissão da família e do Estado em seus direitos básicos.

Como discorre Faleiros (2011), as normas dominantes no âmbito governamental se colocavam para os adolescentes que na sua categoria de “menor” passam a ser considerados sempre como suspeitos e perigosos. Daí a estratégia do controle da ordem social.

Aliás, desde a formulação do antigo Código do Menor de 1927 a vida de adolescentes é figurada como suspeitos e perigosos, porém esse menor são os filhos da pobreza e não da elite. Portanto, a pobreza torna-se um fator relevante para determinar a circunstância das suas vidas e inseri-los em uma particularidade que é a de estar em uma situação irregular e para isso o Estado se coloca com seu poder de tutela sobre suas vidas.

De fato, a questão da pobreza torna-se um fator emblemático para justificar a

desigualdade e acima de tudo é uma forma onde a negação de direitos é um fato, pois aos mais pobres.

“a desigualdade, parece incluir como princípio fundante de nossa matriz cultural, contrapondo-se, frontalmente, à ideia de universalidade de direitos subsidiando, ao mesmo tempo, a naturalização da pobreza, a banalização da injustiça ” (PINHEIRO, 2006, p. 48)

Assim, a FUNABEM se sistematiza por meio da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) que configura através das Fundações Estaduais de Educação do Menor (FEBEMs) órgãos criados para executar e efetivar a chamada assistência às crianças aos adolescentes em âmbito estadual. As FEBEMs passam a ser conhecidas como verdadeiro lugar de tortura física e psicológica.

Para Faleiros (2011, p.66):

O sistema, como são denominados tanto a política da infância, como o conjunto de mecanismos de repressão, inclusive o esquema de controle social e político (com controle e tortura), deveria estar presente em todas as partes, controlando, vigiando, educando para que a integração se processasse de acordo com o plano racional elaborado pelos tecnocratas. [...] para isso o Governo Federal estimula a criação de Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor. Em 1973 existem dez fundações estaduais e duas encontram-se em organização. Desta forma, vai se definindo, de cima para baixo o que se denomina, então, e Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

Percebe-se que em todos esse contextos a repressão funcionou como forma de conter a violência que tomava conta das grandes cidades. Porém, por traz da essência da FUNABEM estava presente um ideologia pautada na ditadura militar nesse sentido, focava os desfavorecidos. Ainda parafraseando Faleiros (2011), a criança e o adolescente eram evidenciados como uma ameaça (“coitadinhos”). Diante desse conceito eles tornavam-se uma ameaça devido a sua condição social e o perigo que advinha dessa condição que era prática de atos delinquentes e com isso tinham que ser banidos da sociedade para serem disciplinados.

Como elucidava Foucault (2011, p.171):

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares

de sanção, suas instâncias de julgamento.

Ainda reportando ao pensamento de Foucault (2011) nesse contexto social o Estado se coloca como o Panótipo, pois ele funciona por meio de saberes que sistematizam-se nas relações pessoais. Nesse dispositivo cruel os que nele estão devem ser projetados a uma forma ideal, pois esse é o objetivo do poder, ou seja, intervir por meio de uma pressão e assegurar o adestramento.

Assim, Pode-se inferir que diante de um tratamento ínfimo baseado na coerção e adestramento a inexistência de políticas voltadas para a proteção integral torna-se um desafio, pois o que se evidencia é uma política de segregação baseada na inferioridade e que se contrapõe a universalidade dos direitos e nessa representação mais uma vez as desigualdades se colocam como um parâmetro, pois como enfatiza Pinheiro (2006) existem crianças e adolescentes cujas famílias conseguem suprir suas necessidades enquanto outras não. Elas precisam dos mecanismos do Estado de proteção social.

A afirmação dos direitos que vai subsidiar a doutrina de proteção integral segue como discussão e a defesa dos direitos ganha força em um novo período que é o da redemocratização. Como discorre Pinheiro (2006) nos anos de 1970 e 1980 tanto políticos como civis travam uma luta nacional contra a repressão.

De fato a proteção integral anunciada por documento da ONU se coloca segundo (PINHEIRO, 2006, p.87) como sendo “um conjunto de cuidados voltados para a proteção e a assistência à criança, de forma que possa ela assumir plenamente suas responsabilidades na comunidade”. Assim, quando respeitada, compreendida e amada a criança torna-se um adolescente com uma personalidade independente, autônoma e capaz de lidar com as adversidades.

Nesse sentido, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou em 20/11/89, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CNUDC), que sistematiza a Doutrina da Proteção Integral por meio desses documentos legais o adolescente ganha uma nova representação que a de ser considerado um sujeito de direitos (PINHEIRO, 2006)

Com A Doutrina da Proteção Integral consolida-se a Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959 e que consubstanciar o primeiro

conjunto de valores da doutrina da proteção integral levando em consideração o desenvolvimento físico, mental e social (CUSTÓDIO, 2007).

Na visão de Teixeira (2003), a implementação da proteção integral se faz por meio de uma luta ideológica, cultural e simbólica onde valores antiéticos passam a ser colocados de lado dando lugar a um novo olhar que se consolida por meio de um reconhecimento e estímulo à autonomia e ao protagonismo de crianças e adolescentes.

Em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e o Sistema de Proteção Integral passou a ser evidenciado. O Brasil encontra-se entre os 186 países que ratificaram a Convenção dos Direitos da Criança. Os direitos dos adolescentes privados de liberdade não foram esquecidos na Constituição Federal e no ECA (BRASIL, 1990).

Segundo Pinheiro (2004), diante do processo de redemocratização social no Brasil, a infância e a adolescência ganharam um novo olhar em que se afirma na abrangência das:

práticas de afirmação de direitos que permitem constatar que a vida social brasileira, nos anos 1970 e 1980, viu firmar-se no movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente, com a atuação de novos atores políticos, empenhados na (re)construção da cidadania desses sujeitos sociais. Tais práticas foram favorecidas, à época, por uma conjunção de fatores: as precárias condições de vida da maioria das crianças e dos adolescentes; as contundentes críticas às diretrizes e ao conjunto de práticas governamentais de assistência. (PINHEIRO, 2004, p. 346).

Assim, diante das normas internacionais o adolescente em situação de infração penal passa a ter acesso aos direitos previstos pela doutrina da proteção integral mesmo quando privado de liberdade. Sobre isso, o artigo 40 da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança estabelece que:

Os Estados-Partes reconhecem o direito de toda criança, de quem se alegue ter infringido as leis penais ou a quem se acuse ou declare culpada de ter infringido as leis penais, de ser tratada de modo a promover e a estimular seu sentido de dignidade e de valor, e fortalecerão o respeito da criança pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de terceiros, levando em consideração a idade da criança e a importância de se estimular sua reintegração e seu desempenho construtivo na sociedade. (BRASIL, 1990).

A construção do sujeito de direito, no Brasil teve seu reflexo a partir do artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil que ao reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos fornece o reconhecimento e normatização da Doutrina de Proteção Integral e que por sua vez irá se consolidar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que aduz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Assim, a proteção integral é elucidada por meio do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 que elucida que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

E, nos artigos 1º e 3º do ECA:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
(...)

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL/ECA, 1990, p.9)

Em Outubro de 1991 é promulgada a Lei nº 8.242 que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). A instalação desse órgão representa uma mudança institucional, pois ele vai impulsionar a implantação do ECA (FALEIROS, 2011).

O ECA na concepção do Sistema de Garantia de Direitos para elaborar e monitorar a execução de todas as políticas públicas voltadas para o universo da infância e adolescência se inserem outros órgão e instituições que subsidiam na Promoção dos Direitos entre esses órgãos está os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; e, no Campo da Defesa dos direitos pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Centros de Defesa (CEDECAS), Segurança Pública e Conselhos Tutelares (TEIXEIRA, 2010)

Portanto, pode-se inferir que a efetividade das ações estabelece uma transformação estrutural, a partir da dinâmica específica que envolve a política de proteção, a política de promoção e a política de justiça. Portanto, o desafio do SGD é fazer com que os direitos da criança e do adolescente sejam efetivados dentro dos princípios, das regras, dos valores e das demandas da vida desses sujeitos. (CUSTÓDIO, 2007).

É bem verdade, que a situação segregação dá lugar a uma situação de visibilidade, mas isso não significa que a ordem vigente do patriomonalismo tenha ficado para trás, pois as marcas da desigualdade social ainda são refletidas no contexto social atual. Afinal, é por meio da sociedade política que o Estado se define e se conserva com sua formação econômico-social presente que vai de acordo com os interesses capitalistas (GRAMSCI apud COUTINHO, 1996).

5.1 Estrutura organizacional das medidas socioeducativas no Estado do Ceará

Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
 Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
 E nem o bom menino que vendeu limão
 E trabalhou na feira pra comprar seu pão

E nem o bom menino que vendeu limão
 E trabalhou na feira pra comprar seu pão
 Não aprendia as maldades que essa vida tem

Mataria a minha fome sem ter que roubar ninguém
 Juro que eu não conhecia a famosa Funabem
 Onde foi a minha morada desde os tempos de neném
 É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem

Se eu pudesse eu tocava em meu destino
 Hoje eu seria alguém
 É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
 Se eu pudesse eu tocava em meu destino
 Hoje eu seria alguém

Seria eu um intelectual
 Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
 Muitos me chamam pivete
 Mas poucos me deram um apoio moral
 Se eu pudesse eu não seria um problema social

Problema Social
 (Seu Jorge)

No Ceará a estrutura organizacional da execução das medidas socioeducativas e a gestão do atendimento tem como órgão responsável a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). Esta Secretaria é responsável pela execução das medidas privativas de liberdade na capital e nos municípios em que estão implantados os centros de semiliberdade regionais.

O Governo do Estado, por meio do Decreto nº 30.202, de 24 de maio de 2010, alterou a estrutura organizacional da STDS, ficando, a partir de então, a Coordenadoria da Proteção Social Especial, responsável pelo acompanhamento da rede de unidades que formam o sistema socioeducativo privativo de liberdade e meio aberto, através da Célula de Atenção às Medidas Socioeducativas (CAMS) e a Célula de Atenção à Média Complexidade (CAMC) (CEARÁ, 2010).

A CAMS é uma instância de assessoria técnica, acompanhamento, monitoramento e avaliação do trabalho desenvolvido nas unidades que atendem aos adolescentes envolvidos com a prática infracional. A CAMC é a instância responsável pelo assessoramento e monitoramento de programa de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, desenvolvido por intermédio dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) municipais (CEARÁ, 2010).

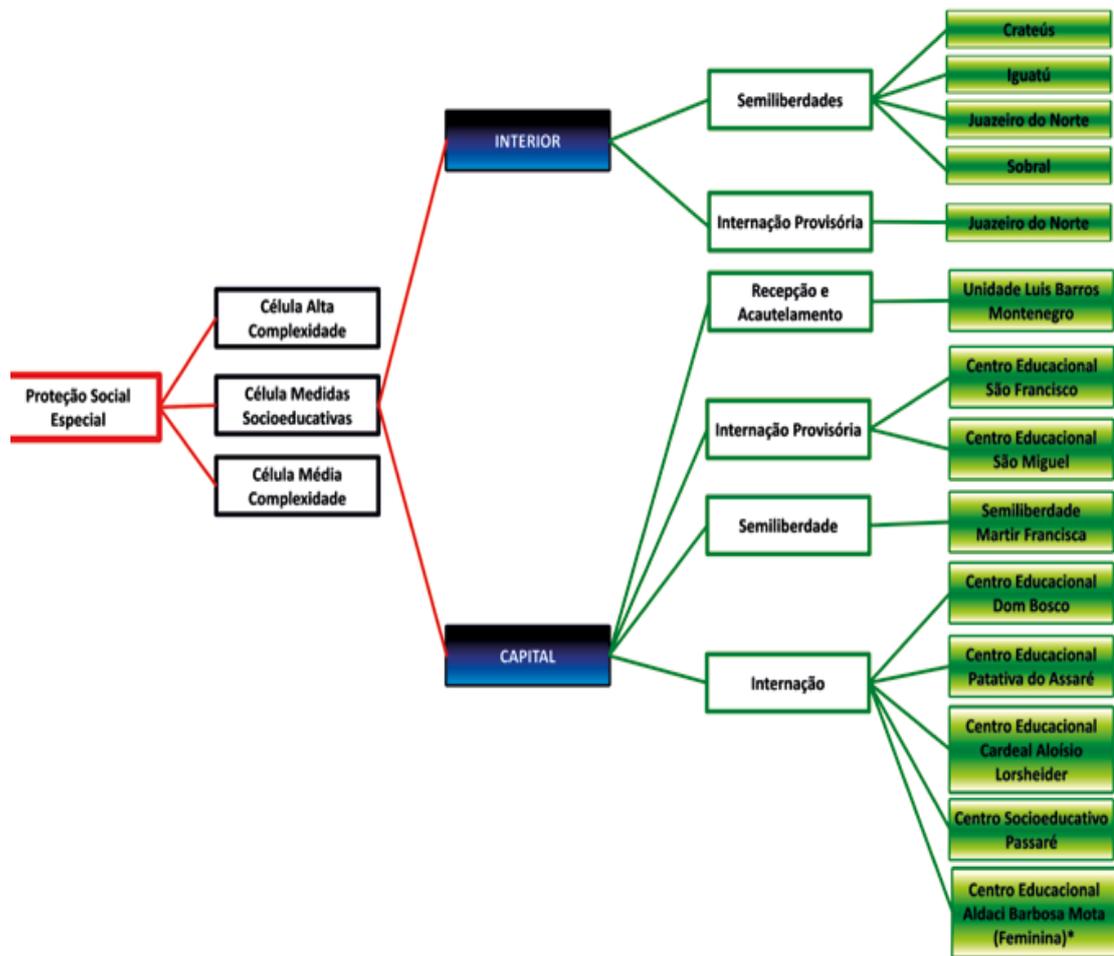
Os serviços da proteção social especial possuem estreita interface com o SGD, exigindo, muitas vezes, uma gestão complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos de ações do Poder Executivo.

No caso das medidas socioeducativas o documento orientador foi o SINASE, aprovado em 2006 pela Resolução nº 119 do CONANDA. O texto é composto por um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas (SINASE, 2006).

O SINASE (2006) constitui-se como uma política pública para os

adolescentes em situação de conflito com a lei, pois promove um alinhamento de conceitos e práticas no atendimento e nas diretrizes pedagógicas. Entre outros fatores prevê a descentralização das instituições, esvaziando grandes complexos por meio de um atendimento individualizado ao adolescente, bem como a manutenção de sua prioridade com a família.

Figura 2 - Estrutura organizacional da Coordenadoria da Proteção Social Especial.



Fonte: Ceará (2010).

Assim, o atendimento socioeducativo dispensado aos adolescentes, autores de ato infracional deve ser desenvolvido e operacionalizado, tendo como parâmetros jurídicos o disposto na Constituição Federal de 1988, no ECA, nas Diretrizes Gerais para Atenção Integral da Infância e da Adolescência, nas demais Resoluções do CONANDA, nas Diretrizes Estaduais para o Desenvolvimento de Planos de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/CE) e em outros atos administrativos, regulamentados dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, aplicáveis à espécie e editados nos limites da sua competência (CEARÁ, 2009).

O atendimento inicial previsto no ECA e, portanto, contemplado no SINASE refere-se aos procedimentos e serviços jurídicos que envolvem o processo de

apuração do ato infracional atribuído ao adolescente, realizado por diferentes entes que compõem a ação judicial socioeducativa, envolvendo diversos órgãos como Segurança Pública, Ministério Público, Defensoria Pública, Juizado da Infância e da Juventude e Assistência Social (CEARÁ, 2013).

Esse atendimento inicial do adolescente em conflito com a lei é realizado por cinco unidades: uma de recepção e quatro unidades de internação provisória¹, sendo uma feminina e três masculinas. À exceção da unidade regionalizada de internação provisória de Juazeiro do Norte, cidade situada ao Sul do Estado, inaugurada em dezembro de 2010, as demais unidades estão localizadas no município de Fortaleza (CEARÁ, 2013).

O Ceará possui varas especializadas apenas na capital. A 5ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza é responsável por todos os processos de execução de medidas socioeducativas aplicada de sentença e de remissão.

Nesse contexto as medidas socioeducativa se consolidam por meio dá: internação provisória que é um procedimento determinado, antes da sentença, com natureza cautelar¹. Já semiliberdade deve ser aplicada como medida inicial ou como forma de progressão para o meio aberto (CEARÁ, 2013).

A privação de liberdade é uma medida aplicada como resultado de um processo judicial quando o ato infracional for praticado com grave ameaça ou violência à pessoa ou, ainda, quando houver reiteradas infrações leves. Essa medida não comporta um prazo determinado a sua manutenção. Assim, ela deve ser reavaliada mediante decisão fundamentada, no período máximo seis meses e sob nenhuma hipótese, excederá os três anos.

Já a sanção é uma medida de internação que, segundo o art. 121, § 2º, do ECA dispõe com o nome de internação-sanção sendo ela uma medida de privação que é aplicada por descumprimento reiterado e injustificável de medida em meio aberto, anteriormente imposta, tendo o prazo máximo de três meses (BRASIL, 1990).

Ainda sobre a medida de “internação provisória, cuja natureza é cautelar,

¹ A internação provisória é um programa destinado ao atendimento de adolescentes a quem se imputa a prática de ato infracional, antes de ser proferida sentença, conforme dispõe o artigo 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se de privação da liberdade, determinada pelo juiz, antes da comprovação da autoria do ato infracional. O prazo máximo da internação provisória é de 45 dias (CEARÁ, 2013).

segue os mesmos princípios da medida socioeducativa de internação (brevidade, excepcionalidade e respeito à condição de pessoa em desenvolvimento)” (SINASE, 2006, p. 27-8).

Ainda sobre a medida de internação, segundo o ECA, “constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, art. 121, 1990). A não observância desses parâmetros poderá deixar o atendimento socioeducativo distante do seu real objetivo que é a ressocialização.

Ressalta-se que no processo de apreensão o adolescente poderá ter uma espécie de perdão concedido que é concedido pelo Promotor de Justiça ou pelo Juiz de Direito. Trata-se de ato bilateral onde o adolescente, juntamente com seus pais, troca o processo por uma medida antecipada.

Segundo Aquino (2009) a remissão caracteriza-se por duas espécies: remissão ministerial, que é concedida pelo promotor de justiça como forma de exclusão do processo (antes de se iniciar o processo socioeducativo) ou a remissão judicial, concedida pelo Juiz, após o início do processo. Portanto, ele pode suspender ou extinguir o processo.

No ato da apreensão, o adolescente é encaminhado à Delegacia da Criança e do Adolescente onde também poderá ser encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) para a realização de exame de corpo de delito, caso chegue com alguma lesão corporal, posteriormente, ele retorna à Unidade de Recepção Luiz Barros Montenegro que por sua vez é a única no Estado e tem o objetivo de recebê-lo e recepcioná-lo. Assim, nessa Unidade o adolescente permanece por um período de até 24 horas, enquanto aguarda o início do trâmite judicial do processo.

Nesse espaço de tempo ele é atendido pela direção e setor social, que registram o motivo da apreensão. O atendimento social é anexado ao boletim de ocorrência que é, então, enviado ao cartório pela delegacia. Os familiares ou responsáveis pelo adolescente são contatados, a fim de que possam acompanhar todo o processo legal. A partir desse momento, o adolescente é encaminhado a participar da oitiva com o representante do Ministério Público e com o juiz da Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza (CEARÁ, 2013).

Muitas vezes, os adolescentes chegam espancados e drogados aí nesse caso eles têm que primeiro passar pelo IML para exame de corpo de delito e em seguida ao hospital. Em algumas vezes, quando nós percebemos que a polícia está trazendo o adolescente sem ter sido medicado nós pedimos que, eles próprios, encaminhem o adolescente ao hospital e somente após esse procedimento é que o recebemos. (TÉCNICA 4, URLBM). (*sic*).

Na Unidade de Recepção Luiz Barros Montenegro os adolescentes são acolhidos, recepcionados recebendo assim, toda a atenção necessária.

Se chegar cedo, antes das 10:00 horas da manhã, os adolescente são atendidos no mesmo dia depois das 10:00 horas, a audiência fica para o outro dia. A audiência é com o Juiz, que diante do BO mostra as circunstâncias, o que foi realizado naquele ato infracional. Ele vai se basear naquilo ali [...] no depoimento das vítimas, testemunhas e no depoimento da própria adolescente né! Aí ele pode decidir qual medida de internação o adolescente deverá cumprir ou se vai responder em liberdade. Tudo isso vai depender do ato infracional. (TÉCNICA 4, URLBM). (*sic*).

Somente após o atendimento pelo juiz é que o adolescente será encaminhado para o determinado Centro Educacional ou não. Ele é encaminhado por ofício e com o boletim de ocorrência. Aqui, ressaltamos que apesar do ECA, em seu art. 178 proibir, o transporte do adolescente infrator em compartimento fechado de veículo policial e em condições que possam por em risco sua integridade ou ferir sua dignidade, na maioria das vezes, eles são algemados e o trajeto é realizado por um instrutor e conta com escolta policial.

5.2 Centro Aldaci Barbosa Mota (CEABM) e seu histórico

O Centro Aldaci Barbosa Mota (CEABM) atende adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 18 e até 21 anos, em conflito com a lei, tanto da

capital como do interior. Segundo o art. 121, § 5º - “a liberação será compulsória aos vinte um anos de idade” (BRASIL, 1990).

Esta Unidade tem capacidade para atender 40 adolescentes e atende no regime de: internação provisória, privação de liberdade e semiliberdade. É relevante enfatizar que este Centro Educacional é a única unidade de Internação para adolescentes do sexo feminino e fica localizado na Travessa Guarani, s/n, bairro Pici, que pertence ao espaço geográfico da SER III, no município de Fortaleza. As ações realizadas no CEABM oportunizam, por meio de práticas educativas, o retorno da adolescente ao convívio social e familiar, após o cumprimento da medida socioeducativa a qual se encontra submetida.

Em 1976, o Centro de Reeducação Feminino (CRF) conhecido como triagem, recepcionava e atendia crianças e adolescentes do sexo feminino em “situação irregular” encaminhados pelo Juiz de Menores (abandono, carência e conduta antissocial, incluindo os deficientes mentais) e estava localizado no espaço onde hoje funciona o Horto de plantas medicinais, próximo ao atual Centro Educacional Dom Bosco (CEDB) (CEARÁ, 2009).

Em 1979, o CRF é transferido para o Núcleo Olívio Câmara (NOC). Os abrigados tinham mais liberdade para o convívio social e a equipe elaborava uma programação de atividades externas. Algumas abrigadas eram liberadas para trabalhar como domésticas. Só após 7 anos, em 1981, a triagem feminina passou a funcionar em ala anexa ao NOC, prédio do extinto Abrigo José Moacir Bezerra, com o nome de Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota. (CEARÁ, 2009).

Em 1988, a triagem feminina e as adolescentes envolvidas com ato infracional abrigadas no NOC são transferidas para o espaço do CEABM. Assim, o NOC ficou apenas com o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência mental, passando a ser especializado nesta modalidade de atendimento. Em 1990, o CEABM passa a ser definido como Unidade de atendimento exclusiva de adolescentes do sexo feminino, em conflito com a lei. Em 2010 o CEABM muda de endereço. Na reinauguração ele passa a ocupar o local do antigo abrigo Moacir Bezerra. Ressalta-se que toda a estrutura do antigo abrigo é modificada para dar lugar à nova estrutura do CEABM (CEARÁ, 2009).

O atendimento do CEABM tem como escopo favorecer o desenvolvimento

biopsicossocial das adolescentes, através do trabalho articulado entre os profissionais que compõem por meio da equipe multidisciplinar desta unidade e seus instrutores educacionais e gestor (CEARÁ, 2009).

6 ADOLESCENTE INTERNADA: PROBLEMÁTICA E COMPLEXIDADE

Ao longo da realização deste trabalho muito sentimentos se fizeram presentes. Entre eles, a ansiedade sobre o tema e o objeto de estudo, uma vez que entrar na realidade de adolescentes que se encontram com sua liberdade cerceada, por terem praticado ato infracional grave, não é tarefa fácil.

Assim, o melhor a ser feito por nós foi manter um olhar observador para percebermos e identificarmos os detalhes que o atendimento socioeducativo do CEABM poderia nos revelar. É bem verdade, que para muitos, essa realidade é surreal. Porém, em um contexto que envolve peculiaridades tão distintas é que, certamente, este tema está longe de ser esgotado e, indubitavelmente essa não foi a nossa pretensão.

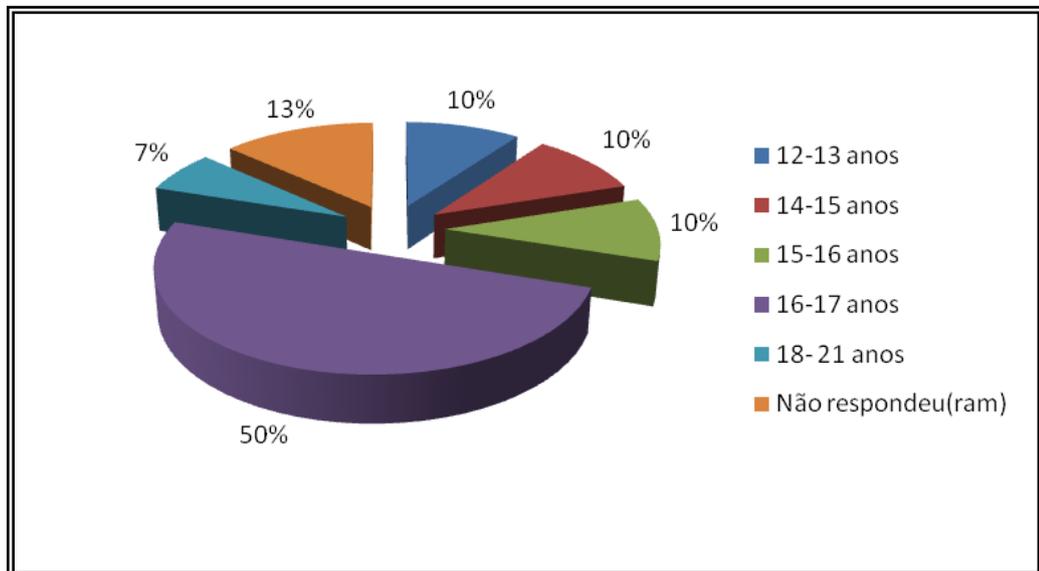
6.1 Perfil das Adolescentes: segmento

Para tecer uma compreensão mais ampla desta realidade que foi atendimento socioeducativo prestado às adolescentes no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM) consideramos relevante delinear o perfil socioeconômico e familiar dessas adolescentes, como também fazer uma análise da sua visão e da visão dos profissionais.

Delinear o perfil nos permitiu compreender quem são essas adolescentes que cumprem medida socioeducativa, sua representação social e suas características peculiares, uma vez que esses fatores se colocam de forma incisiva nas suas relações primárias e secundárias que se fazem no cotidiano do CEABM.

Gráfico 1 – Faixa etária das adolescentes.

A faixa etária nos permite fazer uma análise a respeito da prática do ato infracional, pois revela aspectos que estão relacionados com idade e a precocidade com que as adolescentes estão praticando ato infracional, com a idade e a reincidência e com a gravidade desse ato infracional.



Fonte: Pesquisa direta – elaborado pela pesquisadora.

Conforme, o Gráfico 1 vale esclarecer que as proporções aqui dizem respeito à amostra da pesquisa a qual corresponde a 30 adolescentes. Portanto, como se constitui num estudo de caso, seus resultados apenas sinalizam como aferição para o contingente de adolescentes, em geral, em Fortaleza, não constituindo uma representatividade estatisticamente significativa. Portanto, do total 30% (9) têm idade inferior a 16 anos. Ressalta-se, entretanto, que a maior concentração 50% das adolescentes, (15) têm entre “16 e 17 anos”; já que 7% delas (2) têm entre “18 e 21 anos”.

Outro fato relevante e observado é que 50% das adolescentes na idade entre 16

e 17 anos já são reincidentes, o que justifica a precocidade com que elas vêm praticando atos infracionais. Entre esses atos infracionais estão: o latrocínio, o homicídio, o furto, o roubo, a lesão corporal, o uso, porte e tráfico de substância entorpecente entre outros. A preocupação cresce na medida em que se observa a gravidade desses atos infracionais cometidos. Nesse sentido, se faz necessária a exigência de ações, em nível de políticas públicas fortalecidas que pause esse ciclo perverso de violência.

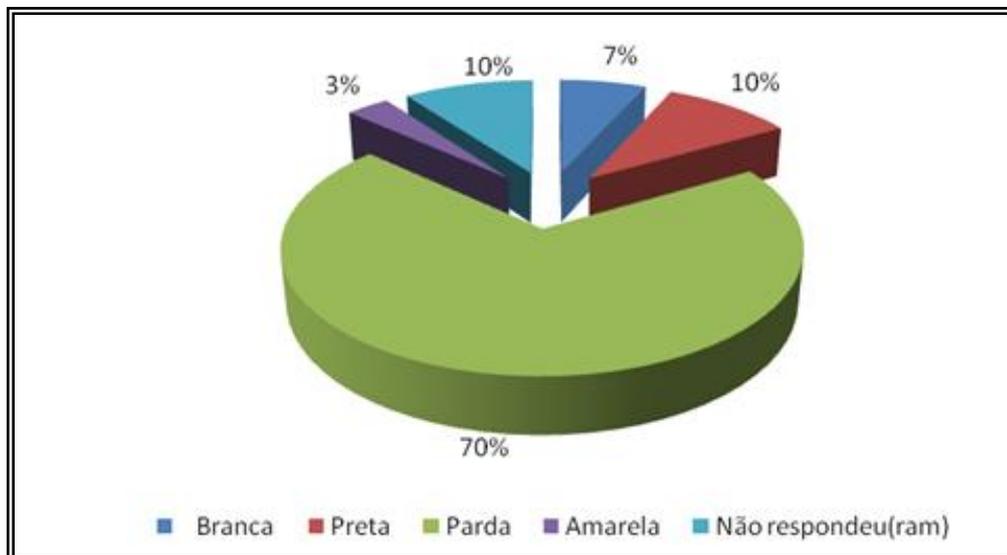
Conforme o pensamento de Demo (2002) o Estado, na sua proposta planejada, deve considerar o enfrentamento das desigualdades sociais e promover os direitos de cidadania visto que, afinal, são deveres constitucionais. Uma vez que a violência torna-se um indicador desse processo.

Na visão de Zaluar (1994, p.10) o Estado brasileiro ainda não encontrou o caminho para efetivar os direitos sociais de seus cidadãos, uma vez que as políticas sociais sempre estiveram subordinadas ao processo de acumulação do capital. Isso justifica o porquê de no Brasil crianças e adolescentes representarem a parcela mais exposta quando o assunto é direito.

Gráfico 2 – Cor da pele declarada pelas adolescentes.

Sobre a cor, verifica-se que a grande maioria das adolescentes pertence à categoria da cor parda e negra. Coincidência ou não, a cor se coloca como uma peculiaridade

dessas adolescentes interna. Sem dúvida, este dado pode revelar de forma sutil o reflexo da discriminação racial existente na sociedade, uma vez que pelo padrão estético colocado pela sociedade, negros apresentam mais dificuldades de serem reconhecidos socialmente.



Fonte: Pesquisa direta – elaborado pela pesquisadora.

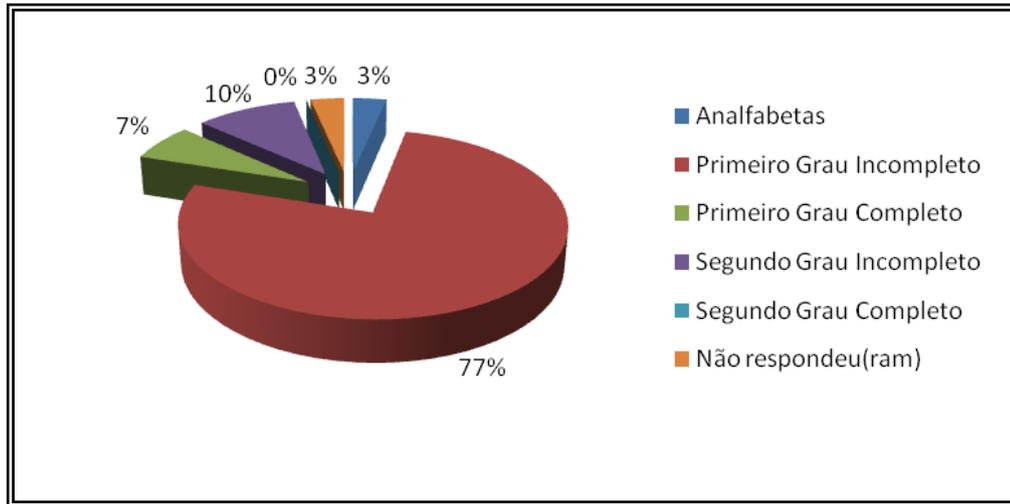
É evidente a predominância da cor parda 70% (21) e considerando também a cor preta (10%) (3) tem-se nada menos do que 80% (24) das adolescentes. De fato, a cor é uma forma de variação da aparência, no interior da mesma espécie, sem que estas variações afetem a possibilidade de convivência e reprodução de outros seres humanos.

Ressalta-se que a raça e sua característica biológica que é a cor, fazem parte da construção da identidade. A cor não se desvencilha da realidade social e dos valores arraigados que privilegiam a questão das diferenças e que são somadas às diferenças econômicas, da exclusão social e exclusão cultural (ANDRIANI, 2007).

Assim, ressalta-se relevante pontuar que o fato de se declarar na cor parda, se dá pela dificuldade que as adolescentes têm em se considerarem pretas; e aí entendemos que a determinação da cor preta reforça a questão do preconceito. De fato, esse preconceito se faz de forma arraigada nas relações que são reforçadas desde a época da colônia onde a cor legitimava o poder e o status dos brancos sobre os indígenas e negros. Portanto, a cor é um critério que se coloca, subjetivamente, diante da ascensão social.

Gráfico 3 – Nível de escolaridade das adolescentes.

A escolaridade das adolescentes demonstra um dado preocupante e que entrelaça a outros fatores. Entre eles: o uso de drogas que acaba justificando o abandono e o fracasso escolar. Dessa forma, a não conclusão do ensino formal as tornam despreparadas para enfrentar os desafios futuros que a modernidade impõe.



Fonte: Pesquisa direta – elaborado pela pesquisadora.

A escolaridade é também outro fator de distinção e desigualdades. Dessa forma observa-se que embora apenas 3% das adolescentes (1) tenha se declarado analfabeta, 77% delas (23) declararam possuir o primeiro grau incompleto; 7% das adolescentes (2) afirmaram possuir o primeiro grau completo. Observamos que nenhuma adolescente possui o segundo grau completo.

Diante desses dados percebe-se que há uma distorção entre série-idade que advém de vários fatores sociais. Entre eles: necessidade de trabalhar e com isso há uma dificuldade em conciliar escola e trabalho, situações de *bullying*, tanto com professores como com os colegas, instabilidades em moradias, problemas emocionais e de saúde e uso de drogas. Todos esses fatores acabam contribuindo para a evasão escolar.

O ciclo começa, quase sempre, já nas primeiras séries do ensino fundamental e vai se tornando mais grave nas séries mais avançadas até limitar o acesso ao nível médio de educação. Em 2009, 13% das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos tinham atraso escolar superior a dois anos. No mesmo ano, do total dos 2,3 milhões de concluintes do ensino fundamental 1,09 milhão (ou mais de 47%) tinham entre 15

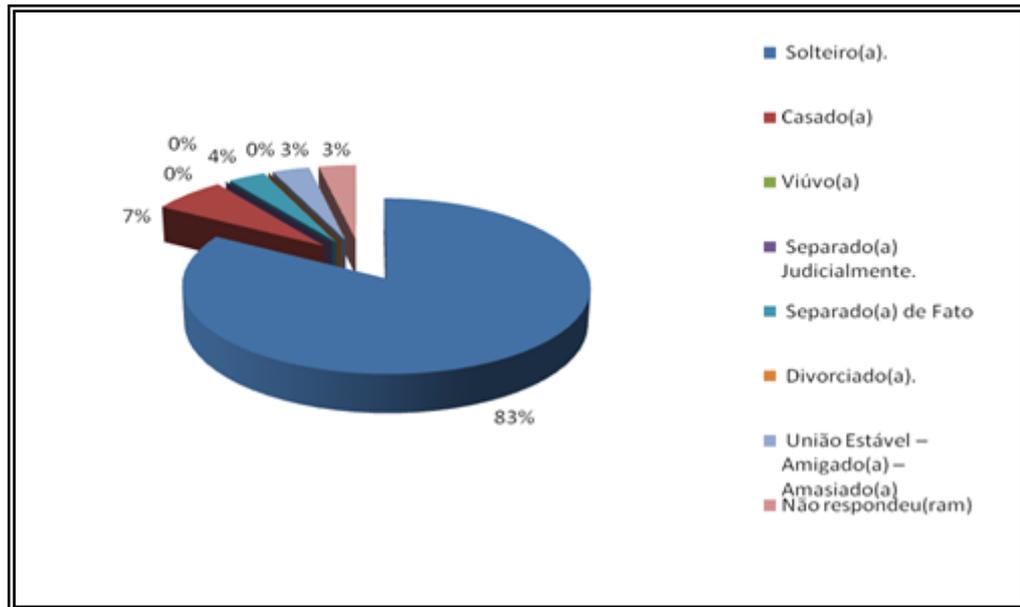
e 17 anos: encontravam-se atrasados em seus estudos (UNICEF, 2011, p.31).

Segundo Fischer (apud RODRIGUES; MIRANDA, 2013) a escola particular e a escola pública não têm o mesmo significado. Para àquele que estuda na escola pública, esta já é conhecida como uma fuga dos caminhos “errados”, ou seja, uma instituição que não é vista como um lugar de aprendizado e sim, como um “esconderijo” para problemas que, por vezes, também estão presentes no seu interior.

No entanto, mesmo diante de todas as dificuldades elencadas, a grande maioria das adolescentes enfatizou a importância do estudo para a sua vida e isso se revela ao longo do cumprimento da medida socioeducativa em que as adolescentes voltam a estudar.

Gráfico 4 – Estado civil das adolescentes.

Apesar da maioria das adolescentes se declarar com solteira as suas experiências sexuais começam bem cedo e sem nenhuma preparação. Assim, elas não conseguem administrar esse processo e os aspectos negativos acabam preponderando. Entre eles estão: as doenças sexuais transmissíveis e a gravidez indesejada.



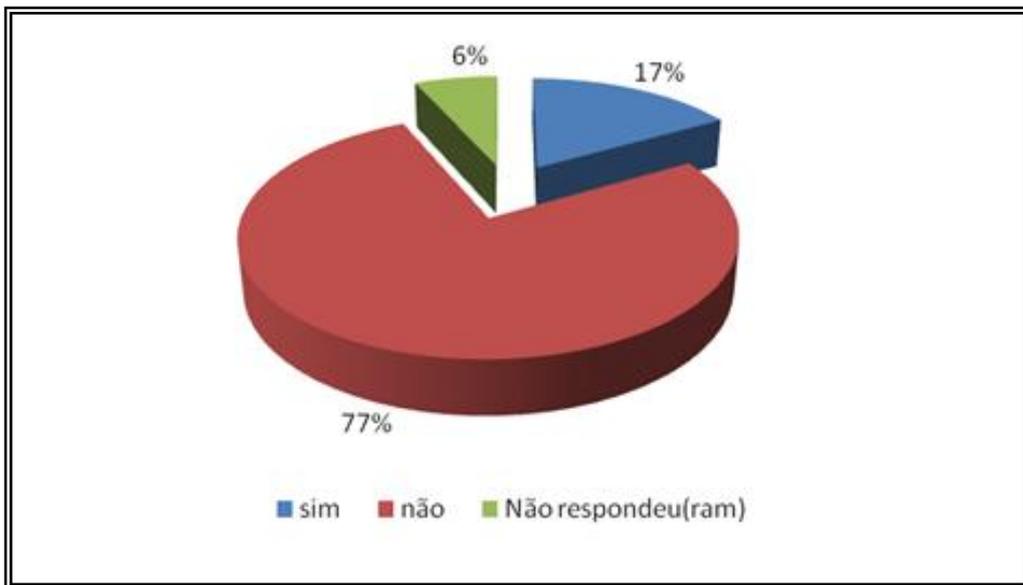
Fonte: Pesquisa direta – elaborado pela pesquisadora.

Nota-se que o Gráfico 4 demonstra a situação civil das adolescentes em que 83% das internas (25) se declararam solteiras e apenas 7% (2) casadas. Esses dados revela que a participação da família é quase que ausente nessa fase o que faz com que a adolescente tenha a sensação de que tem a liberdade sobre a sua vida e o seu corpo. Assim, embora a maioria delas tenha revelado a condição de solteira, elas não esconderam suas experiências sexuais. Portanto fica evidente a precocidade sexual dessas adolescentes.

Outro fator preponderante é que com isso as adolescentes acabam assumindo as responsabilidades. Todavia, as responsabilidades assumidas tornam-se incompatíveis com o seu desenvolvimento, uma vez que não há maturidade suficiente para o desempenho de tais papéis. Isso acaba colocando em risco a sua saúde física e psíquica, a sua educação. (UNICEF, 2011).

Gráfico 5 – Adolescentes e a maternidade.

Ainda sobre a questão que envolve a sexualidade percebe-se que a falta de planejamento familiar acaba colocando para essas adolescentes por meio das situações de vulnerabilidades e com isso, a gravidez indesejada torna-se um fato.



Fonte: Pesquisa direta- Elaborado pela pesquisadora.

Outro fator que coaduna diante do ato infracional é a questão da maternidade. Sobre essa questão o Gráfico 5 mostra que 17% das adolescentes (5) responderam sim quando questionadas se são mães e 77% delas (23) responderam não.

Por meio dos dados para as cinco adolescentes internadas grávidas e ou mães prevalece o sentimento da maternidade, uma vez que desejam ao sair ficar com seus filhos e por eles almejam uma vida diferente da atualmente vivida. As adolescentes também esboçaram uma pretensão pela nova função, no entanto os seus filhos acabam ficando na responsabilidade dos familiares.

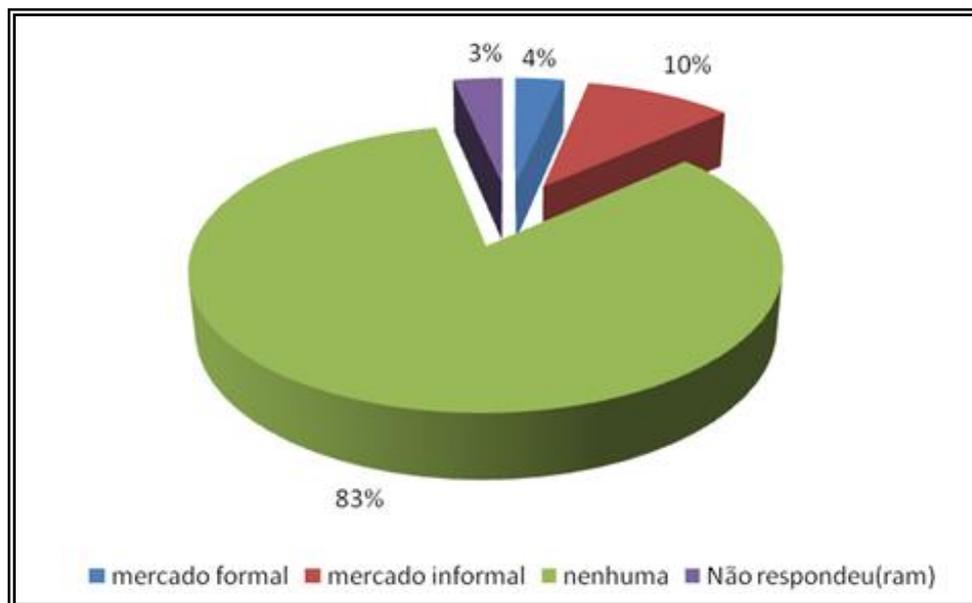
De uma forma subjetiva percebe-se que algumas adolescentes revela que esse sentimento não se faz com tanto amor e afinho, uma vez que mesmo sendo mãe não abriram mão da realidade que favoreceu todos os aspectos negativos.

Portanto, a maternidade na adolescência traz consequências, negativas, pois precipita mudanças na sua vida, evidenciando um novo papel que é o de ser mãe. Além de trazer, problemas econômicos que restringem a expectativa dos planos em relação ao seu futuro (DIAS et al., 2011).

Para Abramovay (2004), a gravidez torna-se uma preocupação, pois o curso normal da vida, nessa fase é orientada para as relações sem compromisso de ordem econômico-familiar, para o estudar e para a preparação dos papéis que a fase de adulta impõe. Ao romper esse curso, o adolescente se vê diante de situações de dependência econômica com a família.

Gráfico 6– Ocupação laboral das adolescentes.

Conforme estabelece o gráfico abaixo, um número pequeno de adolescentes já vivenciou alguma experiência no mercado. Mesmo que informalmente e essa vivência se faz quase sempre de forma insalubre, mas com o objetivo de suprir suas necessidades sociais e econômicas.



Fonte: Pesquisa direta – Elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 6 mostra as atividades laborais das adolescentes, antes da aplicação da medida socioeducativa, indicando que aproximadamente 4% (1) informam que tem participado do mercado formal; 10% (3) informam que tem participado do mercado informal; 83% (25) alegaram que não tem tido nenhuma atividade laboral; e 3% (1) não responderam.

Dessa forma, cabe destacar que as adolescentes, quando expostas a algum tipo

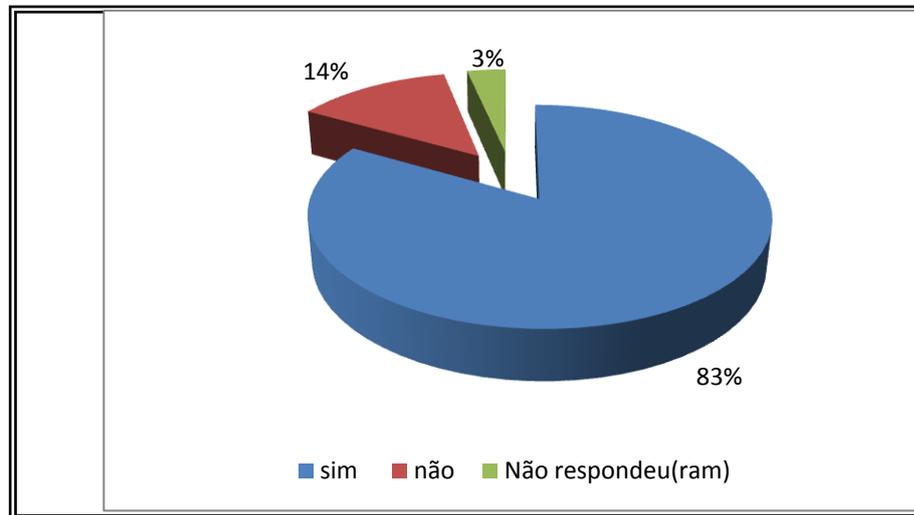
de trabalho, geralmente executam tarefas pesadas e insalubres. Outras acabam sendo cooptadas pelo tráfico que promete suprir, facilmente, suas necessidades e outras acabam se lançando no mundo da prostituição em busca de ganho fácil.

Historicamente, o trabalho é uma presença constante na vida de crianças e adolescentes das camadas populares. A pobreza persistente leva os adultos a utilizar a mão de obra de seus filhos como estratégia de sobrevivência do grupo familiar (CALIL, 2003).

A legislação brasileira proíbe o trabalho formal até os 16 anos, exceto como aprendiz, a partir dos 14 anos. Nessa situação, estão os adolescentes com situações ainda mais frágeis em termos de proteção e oportunidades. Portanto, eles trabalham no comércio de rua, como ambulantes ou prestadores de serviços como engraxates, pedreiros... As meninas são empregadas domésticas ou envolvidas com o trabalho ilícito no tráfico de drogas e outras atividades criminosas e na exploração sexual (UNICEF, 2011).

Portanto, os dados demonstram que essas adolescentes nem completaram seus estudos. Mas o trabalho acaba sendo uma promessa de uma nova vida. A maioria das adolescentes começou seus estudos normalmente e acaba interrompeu-o em certa fase da adolescência por ter que assumir determinada atividade laboral. Isso também remete ao fato que elas ficam vulneráveis à atenção da marginalidade, da promiscuidade e das drogas.

Diante da contemporaneidade a igreja com seus conceitos e ideologias se coloca, no sentido de favorecer uma transformação de valores, entretanto essa instituição não dá conta das reais problemáticas que se evidenciam no cotidiano dessas adolescentes e dos seus sentimentos.



Fonte: Pesquisa direta – Elaborado pela pesquisadora.

Na tentativa de respostas para o comportamento apresentado pelas internas, por meio do Gráfico 7 tem-se a instituição igreja que na sua relevância se coloca por meio do sentimento de ajustar as adolescentes das referidas vulnerabilidades. Assim, 83% das adolescentes (25) declararam ser importante pertencer a alguma igreja, o que, em outras palavras, significa admitir uma relação com uma religião. Outras 17% (5) declararam ser indiferentes a essa participação.

Em relação a esse sentimento Olinda (apud PINHEIRO; OLINDA, 2013, p.82-83), aduz que a espiritualidade é tratada através de um significado em que:

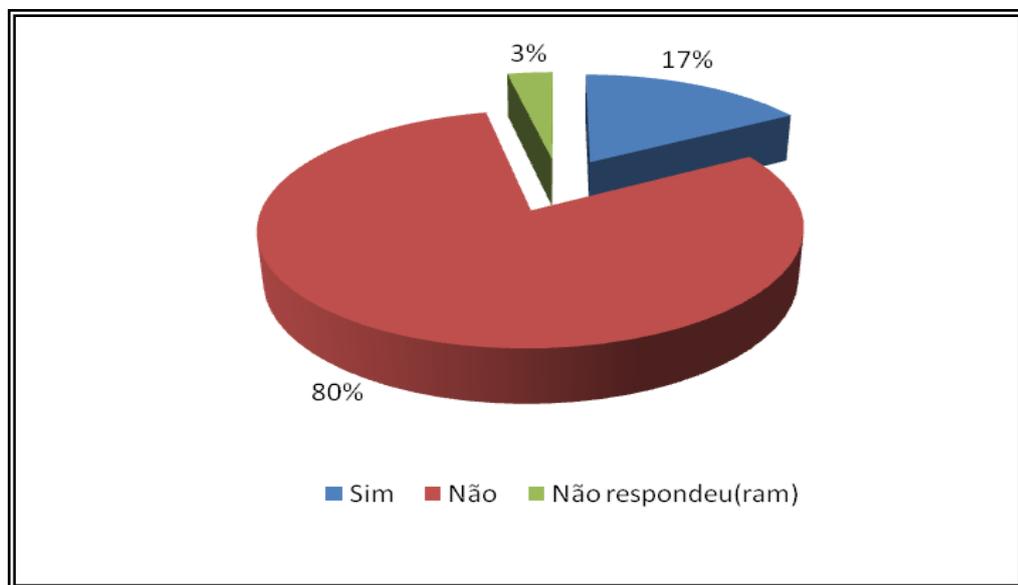
[...] É assumir cada vez mais profundamente como um ser espiritual que vive uma experiência educativa na carne e no mundo físico. Esta consciência vai se firmando processualmente, cada um no seu ritmo, a partir de experiências individuais e coletivas. Para mim espiritualizar-se é cultivar a espiritualidade que nos é inerente. É um chamamento ao aperfeiçoamento do ser humano que vai se realizando em quatro direções interligadas: como transcendência – marca a possibilidade de abertura para uma relação cada vez mais próxima a Deus; como caminho – indica o processo de autoconhecimento e reforma íntima; como serviço ao próximo – aprendizado de relacionar-se amorosamente com todos os seres vivos e de abraçar generosamente a alegria de servir; como compromisso ético-político – aponta para o engajamento nas lutas sociais que garantam a dignidade humana e respeito à vida.

Neste sentido, o sentimento de pertença a um grupo como a igreja sinaliza uma conduta positiva para algumas adolescentes. Entretanto, a sua vivência cultural parece ser bem mais complicada, pois acaba conduzindo-a para lugares que vai destoado-a do contexto da igreja assim, esse contexto que pode proporcionar uma mudança de valores acaba por não conseguir mudar essa realidade.

6.2 Estrutura e perfil familiar das adolescentes

Percebe-se que a estrutura familiar da maioria das adolescentes internas prevalece as dificuldades nas suas variadas formas. Entre elas, a financeira que se coloca em prol do desemprego dos familiares que se reflete por conta da baixa escolaridade. Esse fenômeno além de enfraquecer os laços afetivos contribui para o agravamento da violência.

Gráfico 8 – Convivência familiar das adolescentes.



Fonte: Pesquisa direta – Elaborado pela pesquisadora.

Diante da nova nomenclatura a família torna-se ampliada. E é nesse modelo que se coloca na vida da maioria das adolescentes pesquisadas. Assim, a realidade de vida da maioria destas adolescentes, além de se fazer na ausência paterna, pois 80% vivem em lares cujos pais são separados e ainda precede uma realidade em que há sobrecarga da mãe. Além dos conflitos que favorece para que a relação torne-se

conturbada e que passa a contribuir para a fuga da adolescente para a rua, passando a priorizar, neste espaço, os laços afetivos (ASSIS et al., 2006).

No entanto 17% (5) dessas adolescentes, apesar de conviver em um lar tradicional em que a convivência se dá com o pai e a mãe isso não infere que a conduta destes aconteça por meio de um sentimento de apoio e onde os mesmos se colocam como uma referência para a adolescente.

A família é uma unidade social que desempenha papéis fundamentais para o crescimento psicológico dos indivíduos, ou seja, é uma organização de apoio proteção, limites e socialização de cada elemento. Segundo os referidos autores, de fato, a família tem sua importância seja ela composta no modelo nuclear ou ampliada. Sua função, subjetivamente, é de proteger seus membros (SOUZA; OLIVEIRA, 2011).

Parafraseando Amaral (2001) as transformações familiares compõem o cenário das transformações econômicas e políticas onde mesmo com a complexidade de estrutura há uma expressão de sentimentos entre seus membros. Muitas vezes esses sentimentos podem estar configurados por conflitos.

Assim, a família tem sua importância na vida e no desenvolvimento dos seus membros e sua função básica é o apoio e a proteção. Ela não está isenta de problemas, mas deve ter alternativas para a solução dos mesmos. As transformações sociais apontam para os novos arranjos familiares e isso não quer dizer que esse novo modelo seja menos capaz de promover proteção e de se responsabilizar pelos seus membros. A separação dos pais pode ser um momento difícil para os seus membros, mas pode ser superado, e a família pode se reconstruir de forma harmoniosa (ASSIS et al., 2006).

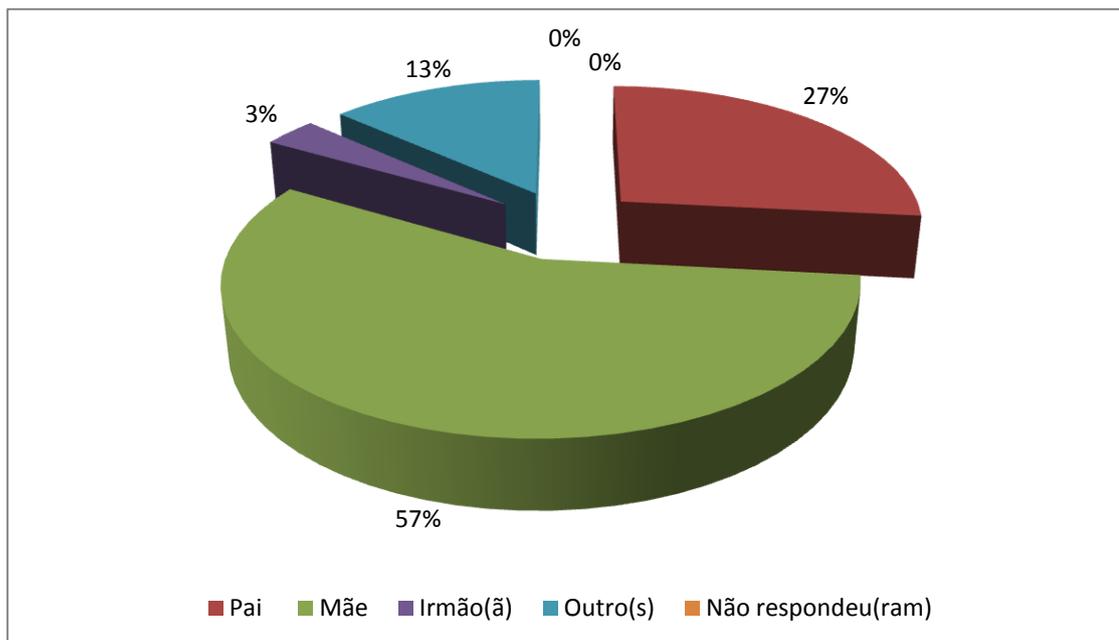
A expressão de sentimentos vai muito além, pois imbrica nas diversas situações de ordem não só afetiva, mas social. A família moderna tornou-se fortalecida devido ao individualismo. Ela passa a criar o seu próprio guia de boas maneiras em que seus membros se conciliam de formas distintas. Portanto, nessas organizações estão presentes situações conflitantes em que a violência doméstica se faz nas mais variadas formas, entre elas: a ameaça, a agressão, a humilhação e a coação (SINGLY, 2000).

Entretanto segundo Carvalho (*apud* CALIL, 2003, p.150) “no cotidiano de

muitas famílias das classes empobrecidas, as relações afetivas costumam ser turbulentas e instáveis, sem instrumentalização para lidar com as dificuldades decorrentes desta instabilidade.”

Gráfico 9 – Membros da família responsável pelo sustento familiar.

A garantia de subsistência é um fato relevante para o ajustamento familiar. No entanto, diante de um sistema econômico desigual e por falta de qualificação, tanto a mulher como o homem acaba não tendo chance de concorrer com o mercado de trabalho. Na realidade de vida da maioria das adolescentes é a mulher que assume a função de provedora do lar e isso a torna fragilizada, pois são muitas as obrigações que ela tem que cumprir sozinha.



Fonte: Pesquisa direta – Elaborado pela pesquisadora.

Desta feita, significa dizer que o Gráfico 9 permite observar que 27% das adolescentes (8) afirmaram que o pai é o responsável pelo sustento familiar; 57% das adolescentes (17) afirmaram que esse papel é exercido pela mãe; 3% das adolescentes (1) informaram que o irmão responde por esta tarefa e os 13% restante (4) indicaram que esse papel é exercido por outras pessoas entre elas: avó, avô, tio, tia padrasto ou madrasta.

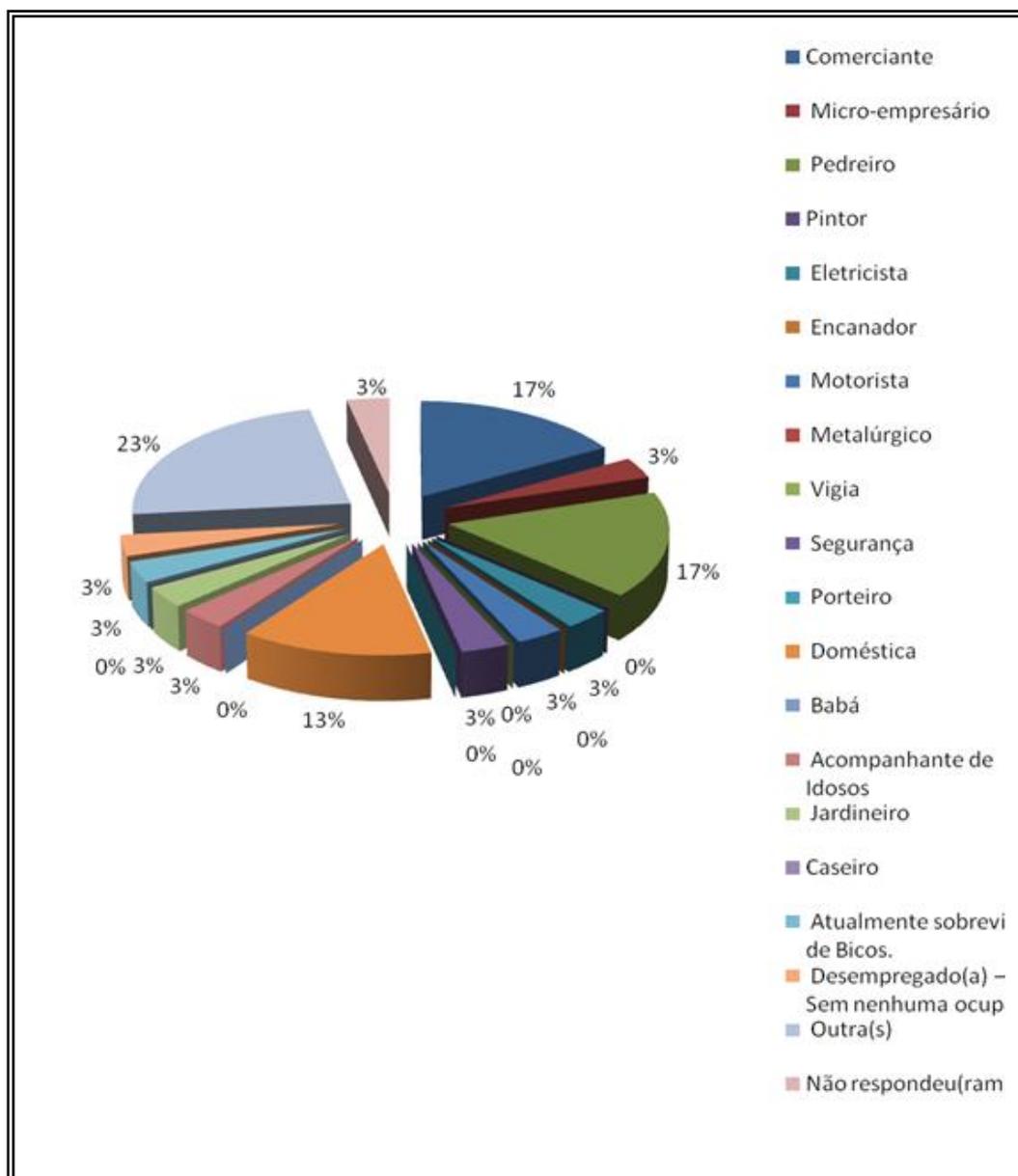
Essa realidade se confirma no pensamento de Souza e Oliveira (2011), que aduz que nos casos em que o pai sai de casa a mãe, muitas vezes, assume a parcela maior das responsabilidades financeiras, levando ainda os filhos também a procurarem trabalho e a contribuir com o orçamento familiar.

Nessa realidade de dificuldades a passagem da infância para a adolescência não há nenhum apoio do Estado, no sentido de proteger e reintegrar essas famílias em programas que subsidiem tais necessidades (CALIL, 2003).

Gráfico 10 – Atividade laboral do responsável pelo sustento familiar.

No tocante ao gráfico anterior vimos que a carreira profissional está intrinsecamente relacionada com a escolaridade e com baixa escolaridade a subsistência da

família acaba sendo prejudicada e tanto a mulher como o homem passam a assumir atividades em formas de bico entre elas: doméstica, babá, pedreiro, segurança, pintor, motorista ...



Fonte: Pesquisa direta – Elaborado pela pesquisadora.

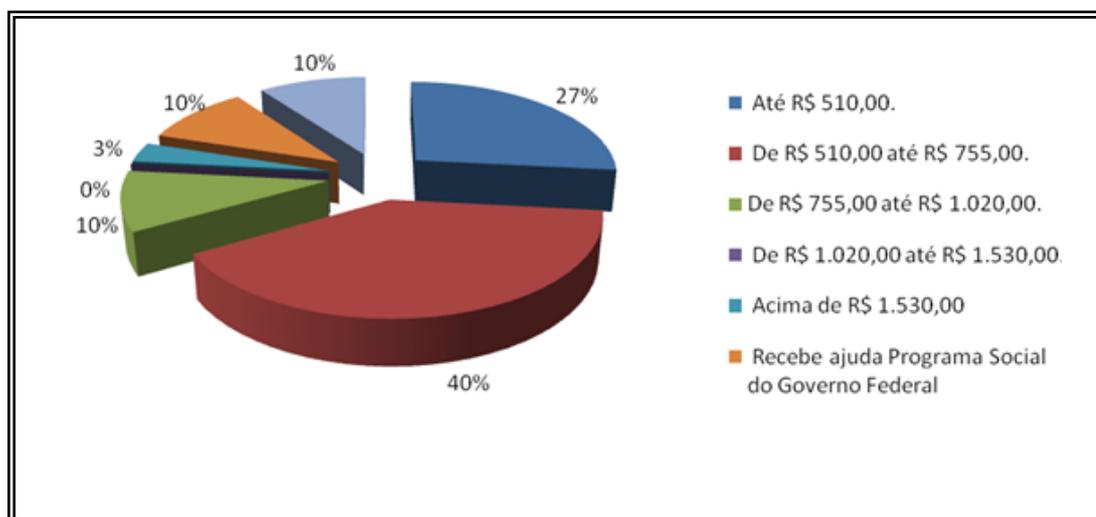
Pelo espectro de atividade observa-se que elas se caracterizam por exigirem baixa qualificação e, portanto, baixa remuneração, ou seja, são atividades típicas de mercado informal do trabalho, situadas na base da pirâmide do mercado de trabalho: pequenos comerciantes (17%), pedreiros (17%), domésticas (13%) e outras atividades (23%), compreendem nada menos do que 70% das ocupações.

Outro fato relevante é que algumas adolescentes chegaram a revelar que há um

envolvimento de familiares com o narcotráfico, portanto, como fonte ilícita de recursos. Pelo exposto percebemos que as atividades laborais assinaladas não confortam economicamente as famílias, possibilitando o provimento apenas da alimentação. Essa situação para as adolescentes que estão passando pelo processo de descoberta em que a vaidade prepondera em todos os sentidos, a situação torna-se insustentável. Assim, ela não vê outra saída para a satisfação dos seus desejos a não ser por meio das vivências que vão intuir no ato infracional.

Gráfico 11 – Adolescentes e a renda familiar.

Ainda fazendo uma análise do trabalho e a subsistência familiar como já foi elucidado, percebe-se que a baixa escolaridade vez vai refletir na baixa remuneração. Diante essa realidade as dificuldades se colocam e a renda financeira acaba não atendendo aos padrões e nem as necessidades que se colocam dia a dia no cotidiano familiar.



Fonte: Pesquisa direta – Elaborado pela pesquisadora.

A precariedade ocupacional dos membros familiares se traduz nas dificuldades financeiras, pois 27% das adolescentes (8) possuem renda familiar de até R\$510,00 e 40% (12) entre R\$510,00 e R\$755,00, portanto, cerca de 70% dos lares sobrevivem com menos de um salário mínimo mensal. Vale registrar ainda que somente 10% das famílias (3%) (1) recebem ajuda de programas sociais do Governo Federal e as que têm um pouco mais de condições (10%) (3) vivem com renda familiar entre

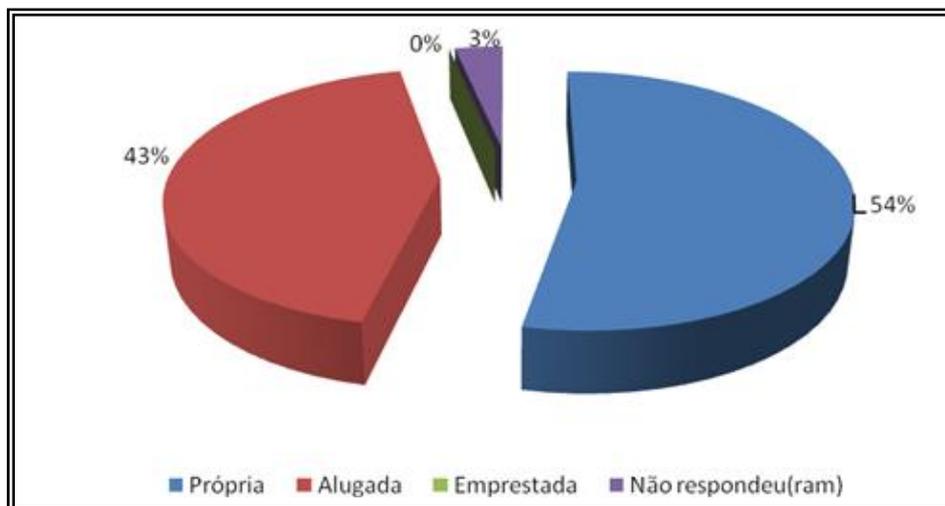
R\$755,00 e R\$ 1.020,00 e somente 3% das famílias (1) possuem renda familiar acima de R\$ 1.530,00.

Dados da UNICEF (2011) também rechaçam essa realidade, pois o número de adolescentes brasileiros de 12 a 17 anos de idade que vivem em famílias com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita é 7,9 milhões. Isso significa dizer que 38% dos adolescentes brasileiros estão em condição de pobreza.

Praticamente, um a cada três adolescentes brasileiros pertence ao quintil mais pobre da população brasileira (ou seja, os 20% mais pobres do País): 28,9% dos garotos e garotas entre 15 e 17 anos estão nesse grupo de renda.

Gráfico 12 – Situação das residências das adolescentes

Certamente, diante da lógica neoliberal a pobreza acaba sendo um indicador para a vida destas famílias e isso se reflete no seu trabalho e na sua moradia, já que torna precária sua condição de vida. Nesta negação de direitos elas são colocadas à margem.



Fonte: Pesquisa direta – Elaborado pela pesquisadora.

O que alivia um pouco a situação de penúria das famílias das adolescentes pesquisadas diz respeito à situação dos imóveis, uma vez que aproximadamente 54% (16) residem em imóveis próprios enquanto 43% (13) ocupam imóveis alugados.

Considerando que mesmo o imóvel seja próprio, muitas dessas famílias vivem

em uma situação de alta vulnerabilidade. Uma vez que, alguns desses imóveis ficam localizados em áreas de risco, ou seja, à beira de canais, rios, áreas públicas, viadutos, dentre outros e em comunidades que não oferecem segurança.

Além disso, em geral, essas propriedades não têm escritura, pois é resultado de invasão ou grilagem. De fato, a baixa renda familiar justifica essa realidade, ou seja, a renda não é suficiente para a aquisição de imóvel.

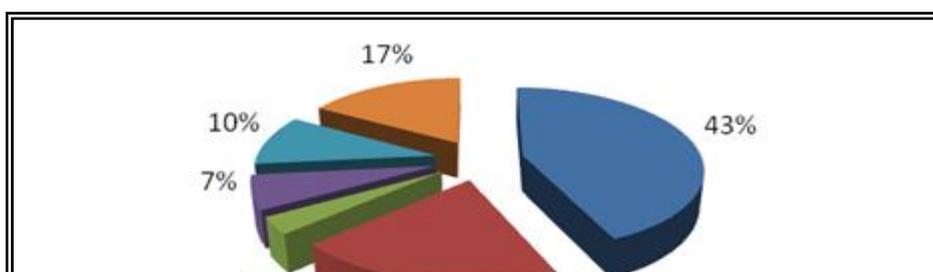
Esta realidade só confirma o processo de desigualdade social no Brasil, exposto pela disparidade econômica ou má distribuição de renda que dita os padrões da sociedade, tornado-a excludente sobre isso vai confirmar o pensamento de Telles (1998) quando discorre que não existe uma mobilização no discurso político para as questões de justiça e igualdade social.

A desigualdade social, favorece de forma negativa, as relações familiares que em um ciclo vicioso enfrentam distintas dificuldades. Entre elas: falta de alimentos e moradia adequada e até mesmo dificuldade em satisfazer as necessidades de consumo dos filhos. Portanto, alcançar posições e realizar sonhos torna-se uma tarefa difícil nas classes mais populares (COLAÇO et al., 2013).

.3 Reincidência e o envolvimento familiar e da adolescente com as drogas

Apesar dos esforços que vem se desenvolvendo no País, e, especificamente no Ceará após a implantação do ECA, pouco se avançou no que se refere à problemática da violência que atingem adolescentes. Há sim, uma extrema carência, ou seja, carência social e afetiva que de certa forma contribui para que o adolescente ingresse no mundo das drogas e da violência.

Gráfico 13 – Reincidência das adolescentes à unidade.



Fonte: Pesquisa direta – elaborado pela pesquisadora.

Pelas entrevistas verificamos que as adolescentes têm consciência da sua real situação e da consequência de seus atos. Contudo, o contexto cruel da desigualdade social e da exclusão em que vivem faz muitas reincidirem, como mostra o gráfico 13 43% (13) das adolescentes internas estão no CEABM pela primeira vez, 20% (6) estão pela segunda vez, 3% (1) estão pela terceira vez, 7% (2) estão pela quarta vez , 10% (3) estão pela quinta vez e 17% (5) não responderam.

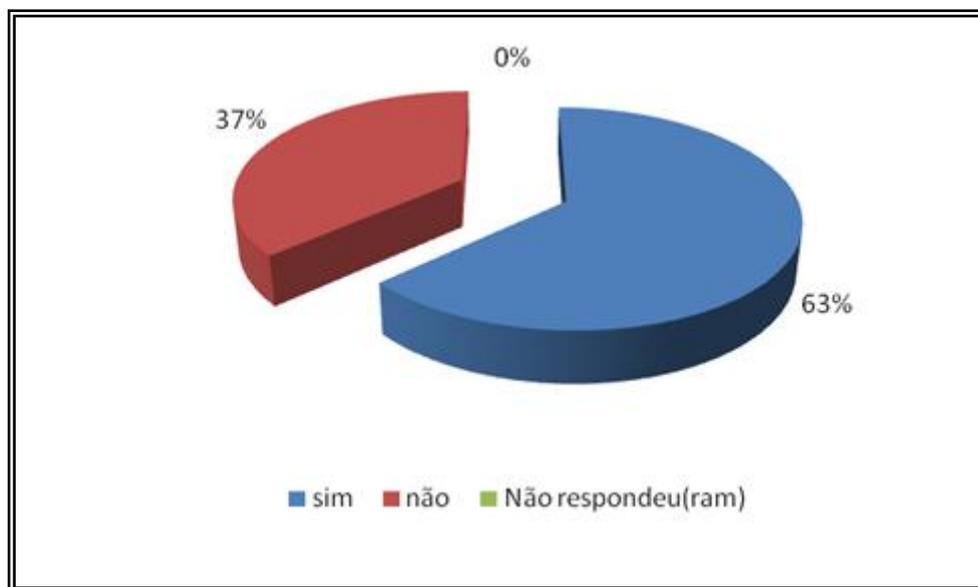
Do ponto de vista social, esse dispositivo legal que responsabilizam os adolescentes em conflito com a lei visando a sua reeducação, de fato para algumas adolescentes acaba legitimando o comportamento amoral e a fragilidade de seus valores que nutridos pela invisibilidade social constroem sua nova personalidade moral e desvela a fragilidade da família e revela as falhas da comunidade, da sociedade civil e do próprio Estado (PALUDO, 2011).

Desta forma, os dados apresentados podem ser um importante indicador para que se pense em políticas públicas com vistas a minimizar esse quadro desenfreado de violência.

Gráfico 14– Envolvimento das adolescentes com as drogas.

Muitos fatores se colocam de forma incisiva na vida dessa adolescente e proporcionando a sua entrada no mundo das drogas. Entre eles: a violência vivida dentro do lar, a falta de apoio emocional dos pais ou responsáveis e a própria

situação social precária.



Fonte: Pesquisa direta – elaborado pela pesquisadora.

Nessa seara da violência, as drogas são um importante fator impulsionador. Verificou-se, assim, que 63% (19) das adolescentes admitiram ser consumidoras de algum tipo de droga e 37% (11) disseram, ao contrário, não ser consumidoras.

Diante da realidade percebe-se que a maioria das adolescentes está consciente quanto aos prejuízos que o uso das drogas pode trazer e suas consequências para sua vida

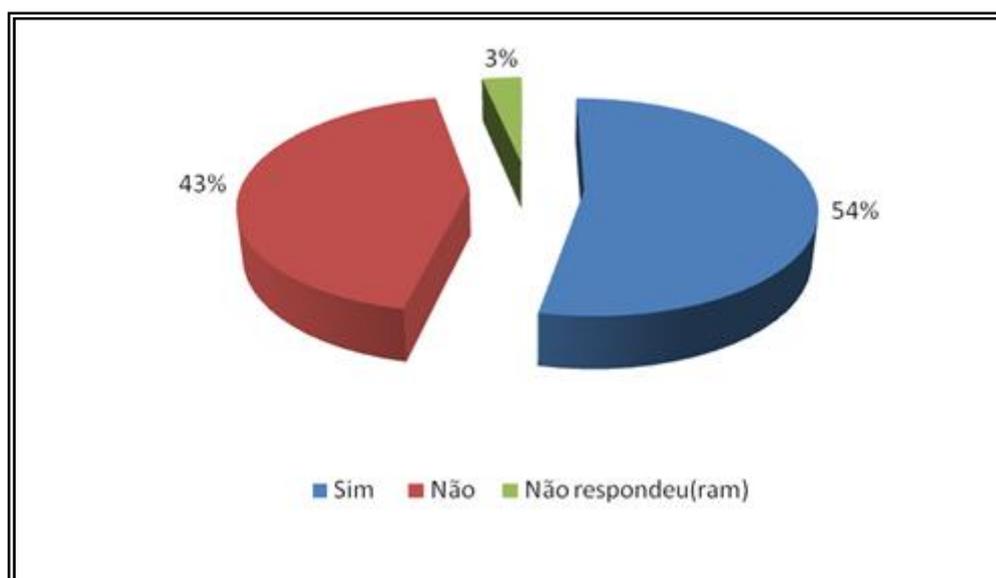
A falta de políticas públicas explica o porquê, do Brasil ser a oitava economia mundial e de ocupar a octogésima posição em desenvolvimento social que se mede pelos direitos sociais fundamentais: trabalho, educação e saúde. É neste contexto socioeconômico mais amplo que o consumo de drogas tem crescido grandemente entre as parcelas mais pobres da população do Brasil que são afetadas pelas falhas da escola e do mercado de trabalho que lhes dão esperanças e projetos para o futuro. Não que a pobreza explique o ato desviante, mas ela pode sim, em conjugação com as falhas do Estado, criar possibilidades para o uso de drogas ilícitas. (ZALUAR, 1997).

Todos esses fatores favorecem, de forma direta, para uma baixa autoestima na vida dessas adolescentes. Nesse momento, os amigos se apresentam como os

verdadeiros entes familiares e quando não, são os principais incentivadores para essa mudança de vida (SOUSA; OLIVEIRA, 2011).

Gráfico 15 – Envolvimento dos familiares com drogas lícitas ou ilícitas.

As situações de vulnerabilidades sejam elas individuais ou grupais são fatores de risco que predispõe prejuízos para a relação social do adolescente e da sua família.



Fonte: Pesquisa direta – Elaborado pela pesquisadora.

Como se evidenciou, esta realidade vem confirmar o contexto de violência que permeia a vida delituosa dessas adolescentes. Assim, nesse gráfico constata-se que as adolescentes não estão isoladas nesse caminho das drogas, pois um grande número de familiares fazem uso ou traficam drogas. Como se verificou para 54% dos familiares das adolescentes (16) se encontravam envolvidos com o narcotráfico, mesmo que 43% das adolescentes (13) tenham afirmado que não.

Neste contexto como a família pode construir valores, uma vez que a própria situação familiar encontra-se em risco e muitas vezes a própria família não representa um agrupamento passível em que essa adolescente possa se situar, onde pode encontrar a figura paterna ou materna e onde a cada dia as relações se consolidam em um vácuo.

Portanto, os atos infracionais cometidos por adolescentes encontra-se interligados a um ambiente social precário de degradação da família e que, por sua vez coloca em situação de vulnerabilidade todos os seus entes que inseridos no narcotráfico recorrem à ilicitude para a manutenção da sua sobrevivência.

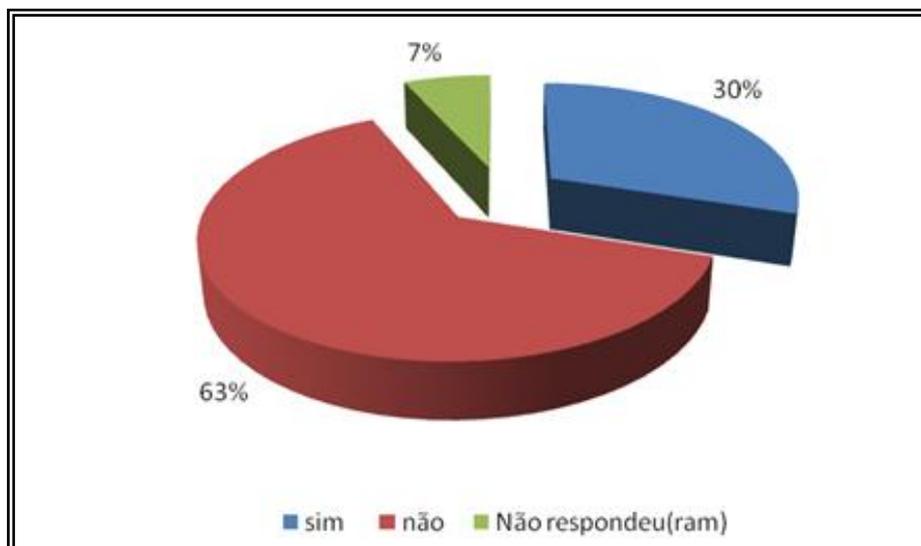
Segundo Teixeira (2003) A desestabilização das relações familiares coloca as adolescentes em uma situação de vulnerabilidade e onde todas as formas de violências se fazem presentes e reforça a sua entrada também no narcotráfico e muitas vezes na prostituição. Assim, diante desse contexto podemos perceber que a participação da família envolve questões complexas.

6.4 Violência e discriminação sofridas pelas adolescentes

Como já foi elucidado, a violência permeia o contexto de vida da maioria das adolescentes e nesse ambiente, elas passam a ser vítimas de diversos tipos de abusos, explorações e violência. Nesse contexto, dificilmente há assimilação de

valores básicos que permeie uma convivência harmoniosa e pacífica. Pelo contrário, a violência é uma constante e está presente em todo tempo e lugar.

Gráfico 16 – Adolescentes vítimas de violência física e/ou psicológica.



Fonte: Pesquisa direta – Elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 16 traz os dados referentes à violência física e/ ou psicológica que as internas pesquisadas sofreram durante suas vidas indicando que 30% (9) responderam sim, já foram vítima e 63% (19) respondera não. Percebemos, neste quesito que, independente da quantidade de vezes que ocorreu, a violência é um fato comum na vida de algumas adolescentes e acontece de forma distinta.

Segundo Abramovay (2004, p. 257), “do ponto de vista legal, a violência sexual se subdivide em assédio sexual, sedução, atentado violento ao pudor, prostituição infantil, incesto e estupro.”

Nesse contexto “As meninas são, especialmente, vulneráveis à exploração e ao abuso sexual, inclusive dentro de suas casas; ao abandono da escola; em decorrência da gravidez na adolescência; e às DST/AIDS” (UNICEF, 2011, p. 57).

Apesar do número pequeno do universo pesquisado ficou evidenciado, em algumas falas que a violência faz parte de suas vidas, muitas vezes desde a infância e vai se potencializando durante a fase da adolescência.

A incidência dos atos de violência contra a adolescente faz desenvolver um comportamento emocional instável e com tendência a alguns desvios de conduta que, talvez, possam contribuir para a iniciativa delinquente. O fato torna-se mais

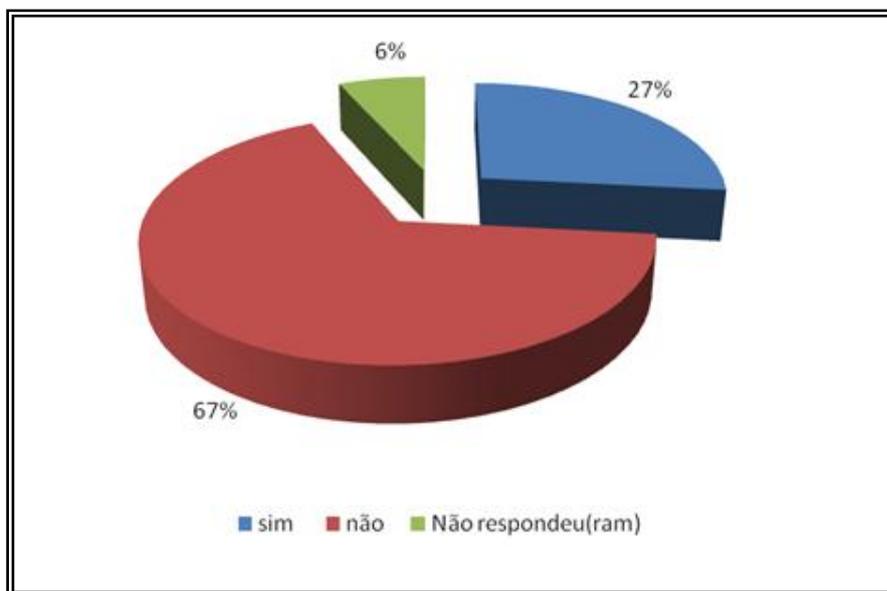
agravante quando a mãe silencia esse ato. Aliás, esse silêncio é uma forma de proteger o marido ou companheiro, provedor do sustento da casa.

É bem verdade, que a primeira dessas violências, em geral, tem como sujeitos: pais, padrastos, tios, vizinhos. Em boa parte dos casos, eles estão envolvidos. Portanto, pela própria questão de gênero as meninas se colocam como vítimas das mais variadas formas de violência. (UNICEF, 2011).

Gráfico 17 – Discriminação sofrida pelas adolescentes após a internação.

Observamos que o medo e a insegurança, após a saída pelo cumprimento da medida socioeducativa acontece porque após o cumprimento da medida

socioeducativa essa adolescente acaba voltando para o mesmo contexto social de antes, ou seja, um contexto precário e que não oferece nenhuma base sólida para que elas venham superar por completo todas as instabilidades que reforça a sua vida frágil.



Fonte: Pesquisa direta – elaborado pela pesquisadora.

Por meio do Gráfico 17, podemos ter uma noção das expectativas das adolescentes em relação à saída do CEABM. Como resposta ao questionamento, 27% das adolescentes internas (8) responderam sim, indicando que temem ser discriminadas por terem passado pela instituição e 67% delas (20) responderam não, afirmando não se importarem com a visão da sociedade pós-internação.

Constata-se que as adolescentes que responderam ter medo de serem discriminadas, após a sua saída do CEABM estão, realmente, conscientes do ato grave cometido e do perigo que correm ao voltar para o convívio social. Elas sabem que diante das circunstâncias negativas os problemas não desapareceram eles só reforçam as situações estressantes colocando-as cada vez mais diante de um risco social.

Para De Assis (2006) cada período do desenvolvimento, o ser humano defronta-se com circunstâncias adversas que se colocam e fazem com uma se destaque mais do que a outra. Portanto, a resiliência e a vulnerabilidade se impõem como conceitos distintos que se colocam indicando a capacidade do ser humano em encará-los. Por outro lado, o sentimento de segurança e de afeto recebidos podem

fazer com que o adolescente minimizem essas situações adversas que se colocam diante de acontecimentos cotidianos.

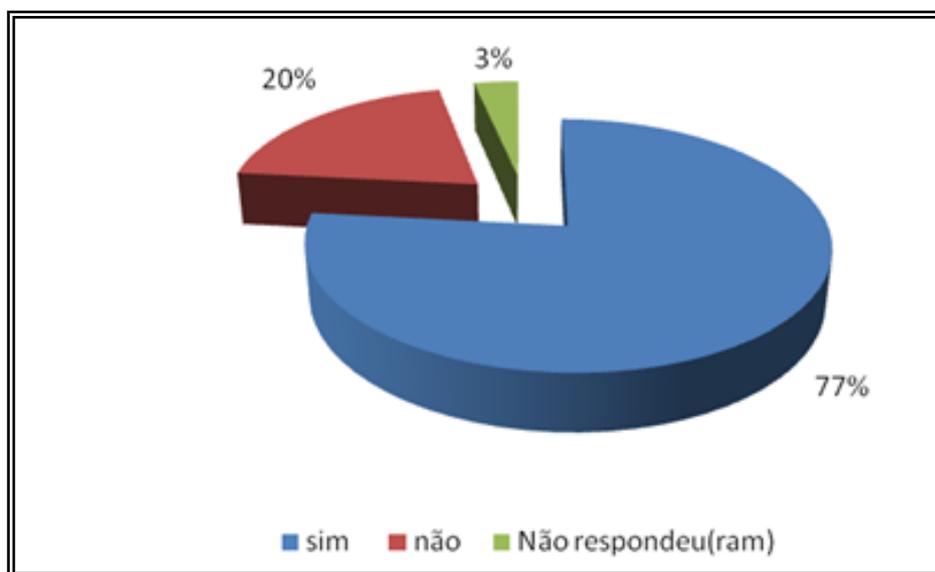
No entanto, no caso da história de vida das adolescentes do CEABM, após o cumprimento de uma medida socioeducativa muitas não dispõem do sentimento de segurança e de afeto que pode fazer com que ela tenha adquirida força para superar as adversidades e as dificuldades que irão continuar se fazendo presente na sua rotina. Portanto, muitas continuam potencializando o ódio e o sentimento de vitimação que se colocam na sua vida que continua reforçando a sua forma adversa de viver. Nesse sentido, a ressocialização, muitas vezes pode oferecer uma reflexão de mudança, mas, também pode vir a reforçar o comportamento amoral.

Assim, a privação para a maioria das adolescentes não as intimida portanto muitas adolescentes não estão preocupadas com o que a sociedade pensa uma vez que sua estada no CEABM torna a sua nova realidade de vida mais fortalecida uma vez que elas revelaram que não vão se importar em cometer novamente crimes e contravenções. Assim podemos intuir que para algumas a passagem por uma Unidade de internação torna um motivo de “orgulho” que pode “render pontos” já que o infracional como coloca Volpi (2011) apesar de não ser inerente à sua identidade acaba fortalecendo sua vivência social.

6.5 Limitação do atendimento socioeducativo: ressocialização e sonhos “inatingíveis”

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê um compromisso ético, quanto aos direitos dos adolescentes, mas os desafios para a garantia plena desses direitos muitas vezes tornam-se um obstáculo diante das ações. No caso dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativa esses obstáculos são imensos, pois o Estado não consegue garantir os direitos dos jovens mesmo antes de se tornarem institucionalizados uma vez o poder público coloca como inoperante por meio dos seu sistema educacional e no seu sistema de saúde.

Muitas são as ações, que envolvem o atendimento socioeducativo que mesmo de forma paradoxal se colocam diante desse adolescente como uma oportunidade de inserção social. No entanto, o questionamento é: até que ponto essas ações estão incluindo realmente.

Gráfico 18 – Sonhos e projetos de vida das adolescentes.

Fonte: Pesquisa direta – Elaborado pela pesquisadora.

Um dos últimos questionamentos às adolescentes foi saber sobre os seus sonhos e as expectativas futuras. Esse questionamento serviu para entender que os sonhos, de certa forma, estão intrinsecamente ligados ao atendimento socioeducativo recebido no CEABM. Afinal, a medida socioeducativa deve ter como principal objetivo a priorização de ações que venham a fortalecer o resgate da identidade e do reconhecimento da adolescente como sujeito de direitos (CEARÁ, 2009).

Sendo assim, os dados demonstram que 77% das internas (23) responderam sim, indicando ter planos e projetos futuros e 20% delas (6) disseram não, indicando não ter qualquer perspectiva futura ou projeto a executar.

Apesar da maioria das adolescentes responder que possui projeto de vida após o cumprimento da medida socioeducativa o fato é que os cursos e as oficinas promovidos no CEABM não oferecem oportunidade de mudança plena, uma vez que se molda em um caráter tradicional, baseado no trabalho doméstico reforçando assim, questão de gênero.

Para outras o futuro é incerto, pois há um grande risco de vida. Dessa forma, o fato é que, a maioria retornará para a mesma rotina de vida sem nenhum acompanhamento.

Diante dessa realidade Volpi (2011, p.9) pondera que:

Os adolescentes em conflito com a lei, embora sejam componentes do mesmo quadro supracitado, não encontram eco para a defesa dos seus direitos, pois pela condição de terem praticado um ato infracional são desqualificados enquanto adolescentes.

Portanto, a intencionalidade, no tocante à sua finalidade deve ser o efetivo compromisso e o envolvimento de todos no processo de ressocialização dessas adolescentes.

7 ANÁLISE DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO POR MEIO DAS ENTREVISTAS

A análise torna-se uma etapa fascinante, pois revela os fatos vivenciados pelo pesquisador- pesquisando em que as novas descobertas nos instigam a desvendar o que se coloca por traz de cada discurso. Afinal, as falas expressam posições que se colocam ora objetivamente ora subjetivamente.

Para subsidiar a análise entrevistas tanto com as adolescentes como com os demais profissionais, Pontuamos algumas categorias analíticas. Entre elas: o atendimento socioeducativo, as relações interpessoais entre os profissionais e adolescentes e a questão de gênero.

Para a compreensão dos sujeitos da pesquisa eles serão identificados da seguinte forma: os profissionais serão identificados pela numeração hindu-arábico (1, 2, 3...) as adolescentes receberão a identificação com base nos algarismos romanos (I, II, III...) e a diretoria receberá o nome direção, pela ordem das entrevistas realizadas.

Portanto as falas, aqui elucidadas, vão subsidiar uma compreensão acerca

do atendimento socioeducativo prestado pelo CEABM, tendo por base o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (PEASE) que traz como diretriz o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Assim, este documento traz como premissa básica parâmetros que visam objetivar todos os procedimentos relevantes que possam evitar a discricionariedade e, portanto trata de reafirmar as diretrizes do ECA onde as medidas socioeducativas devem acontecer de forma pedagógica em detrimento do caráter sancionatório (SINASE, 2006). Assim, as medidas socioeducativas privativas de liberdade devem estar fundamentadas no bojo das políticas de garantia de direitos e no contexto da proteção social. VOLPI (2011)

Portanto, como elucida o ECA no seu Art. 123 “A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes em local distinto daquele destinado ao abrigo obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração” (BRASIL, 1990, p.31).

É com esse intuito que as entrevistas tanto com os profissionais como com as adolescentes vêm subsidiar uma compreensão desse atendimento em que a adolescente ingressa nesse centro educacional e passa vivenciar dia a dia essa medida socioeducativa de internação, porém nesse cotidiano estão todos os profissionais que compõem tanto na categoria de instrutores como os que integram a equipe multidisciplinar.

Considerando que essas adolescentes se encontram em uma situação particular de suas vidas a entrevista se coloca como uma técnica que contribui para que tanto o pesquisador como o pesquisando sintam-se à vontade permitindo assim, um momento bastante interativo onde a comunicação possa fluir de forma espontânea e natural.

Portanto, a análise por meio das entrevistas torna-se um exercício em que o pesquisador objetiva definir os dados coletados. Mas, acima de tudo traz uma dimensão política que visa apresentar o resultado de uma determinada pesquisa.

7.1 O Atendimento socioeducativo por meio da visão dos profissionais

Se atendimento do CEABM é norteado pelo SINASE, que é uma política pública aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA) em 2006. Com o SINASE há uma padronização das Unidades que por

meio de um reordenamento tentam estar adaptadas diante da prática de suas ações.

Assim, as ações alteram não somente o comportamento institucional das adolescentes, mas também de todos os profissionais que atuam direta ou indiretamente nesse espaço. Portanto, as falas dos profissionais revelam um cotidiano que perpassa no âmbito institucional e se faz presente na sua atuação STDS (2013).

Assim, esse cotidiano nos permite compreender os princípios, as diretrizes e os desafios que estão inseridos no plano de atendimento socioeducativo. Diante dessa realidade a sua experiência dia a dia no neste centro educacional nos fornece algumas pistas sobre o atendimento socioeducativo:

Eu acho que a gente tá tentando fazer um esforço para trabalhar como deveria. A gente se choca muito com os entraves, pois o SINASE é recente. Ele foi aprovado o ano passado. A realidade é que a gente bate de frente com muitas limitações que não são somente nossas. Faz parte de todo um atendimento externo. Muitas vezes, a gente quer fazer, mas não depende só da gente. Eu acho assim, a gente tá tentando. Caminhando aos pouquinhos e eu acredito que aos pouquinhos a gente irá conseguir. Mas, eu também acho que têm muitas coisas que precisam estar sendo vistas e revistas, pois a lei chega e diz uma coisa nova e todo mundo se encanta e quer seguir mas não é assim. (TÉCNICA 5, CEABM). (*sic*).

O SINASE é novo. Mas, o ECA também ainda é e, portanto, muitos instrutores, ainda hoje não o conhecem. Pouquíssimos são os profissionais que o conhecem mesmo a fundo. Fica muito a desejar tanto o ECA como o SINASE. (INSTRUTORA 1, CEABM). (*sic*).

É o seguinte: quando vem uma lei nova a gente tem que se adaptar a ela e, nós estamos nesse processo de mudanças né! E isso, não é de uma hora para outra. Leva um tempo para que a gente se adaptar e, justamente, exercer o que ela diz né! (INSTRUTOR 3, CEABM). (*sic*).

Aduzimos nas falas que os profissionais compreendem a importância do SINASE, mas o novo requer uma mudança de conceitos que reflete por meio de uma postura que venha conceber o adolescente na sua condição de pessoa em desenvolvimento e constitutivo de direito. De fato, as falas revelam que há por parte de alguns profissionais, uma certa resistência e isso talvez se coloque por que, o trabalho exige uma transdisciplinaridade em que envolve o bom senso de todos, já que com o SINASE o ECA ganha uma nova configuração.

Assim, o SINASE é um instrumento jurídico que se coloca por meio de uma política pública em que dá ênfase na intersectoriedade dos diversos órgãos e programas nas diversas esferas onde o envolvimento e a cooperação de todos devem

primar por um único objetivo que é a ação socioEDUCATIVA.

Nesse diálogo o ECA não pode ser esquecido, pois como coloca Pinheiro e Olinda (2013), apesar do ECA ter ultrapassado sua maioria ele traz no seu texto legal um amplo alcance pedagógico e que deveria ser conhecido por todos os educadores. Assim, entendemos que nesse primeiro momento o CEABM encontra-se em um processo de diálogo.

7.2 Trajetória profissional

O atendimento socioeducativo compõe de: uma equipe multidisciplinar com técnicos. Entre eles pedagoga, psicóloga, advogado, assistente social e diretora e com uma equipe de instrutores educacionais, além de professores que são cedidos pela SEDUC. Entende-se que esses profissionais dispõem de competências necessárias para trabalhar nesse ambiente. Essas competências, por sua vez devem estar ancoradas de acordo com as diretrizes de documentos oficiais. Nesse sentido, achamos necessário ampliar uma discussão que se pautasse nessa categoria, uma vez que essa competência, sutilmente não é só técnica, mas moral.

Diante deste argumento as falas dos profissionais revelam:

Já faz um bocado de tempo que estou na Secretaria. Agora mesmo está com 30 (trinta) anos. Quando eu entrei eu trabalhava no abrigo com adolescentes “especiais”. Na privação é completamente diferente. Com a mudança eu senti muito, mas os abrigos passaram a ser da Prefeitura e eu não podia ficar mais lá e aí eu tive que procurar um outra Unidade que me aceitasse e essa Unidade foi o Aldaci Barbosa, pois eu já conhecia a diretora. (INSTRUTORA 2, CEABM). *(sic)*.

Eu entrei aqui em 1983. Foi meu primeiro emprego. Inclusive, eu não entrei pelo meu grau de estudo né! Eu entrei pelo meu grau profissional. Eu trabalhava com a parte elétrica e hidráulica e aí um dia eu falei com a diretora para saber a oportunidade de participar de algum concurso interno e aí ela falou que se eu quisesse ela mandaria o meu ofício. Aí eu passei a ser instrutor. Alguns funcionários mudaram de função tá entendendo! (INSTRUTOR 3, CEABM). *(sic)*.

Eu sou funcionária de carreira né! Eu iniciei quando eu tinha 20 (vinte) anos de idade por meio de concurso público, na época para orientadora de menores que hoje o cargo é de instrutor educacional. Passei quatro anos como instrutora e aí depois que me formei, minha formação é letras, então houve um concurso interno pra mudança de nível, ou seja, mudar

para passar o cargo de técnico. Aí eu passei, e, passei a assumir uma pedagogia. Passei anos à frente de uma pedagogia e aí depois fui convidada para assumir uma direção. Eu estou em 22 (vinte dois) anos na direção. (DIRETORA, CEABM). *(sic)*.

Na verdade, eu trabalho aqui, desde o tempo que me formei. Eu me formei em 2010 e desde agosto deste ano eu estou aqui. (TÉCNICA 5 CEABM). *(sic)*.

As falas revelam de uma forma explícita que a maioria dos funcionários tem um longo tempo de serviço. Muitos até perto de sua aposentadoria. Portanto, essa trajetória inclui uma vasta experiência do antigo modelo institucional e centralizado na velha política nacional do bem-estar do menor. Diante dessa realidade percebemos um atendimento com um viés da assistência que ainda se contrapõe com a proteção social.

7.3 Trabalho dos profissionais com adolescentes em conflito com a lei

As competências técnicas e morais se refletem na prática de todos os profissionais e na sua intervenção específica junto às adolescentes que cumprem determinada medida socioeducativa.

Diante desse contexto as falas explanam:

Eu já trabalhava, indiretamente com meninas, fazendo um trabalho interno com elas e aí fui convidada para ser instrutora certo! Um trabalho que já era para mim fácil de adaptação, porque eu já tinha conhecimento do trabalho certo! (INSTRUTORA 1, CEABM). *(sic)*.

Trabalhar com adolescentes infratora foi uma descoberta porque como nunca tinha trabalhado e nunca tinha conhecido um Centro Educacional, pra não dizer que não conhecia, eu só tinha conhecido no último semestre, por meio de um trabalho na faculdade. Mas, está aqui, dia a dia é descobrir um pouquinho daquilo que a gente só vê pela mídia, pela televisão e pelas notícias e pra mim é fantástico né! (TÉCNICA 5, CEABM). *(sic)*.

Para mim, não foi fácil, pois antes eu trabalhava nos abrigos com os adolescentes “especiais”. Na “privação é, totalmente, diferente. (INSTRUTORA 2 CEABM). *(sic)*.

Na verdade não é fácil. É um trabalho muito difícil né! Pois lidar com adolescente em condições normais já é difícil imagine com um perfil dessas meninas que têm todo um histórico de vivência de uso de drogas, de famílias que não conseguiram introjetar valores e limites. Eu digo que a gente lida com todas as falhas sociais. Uma menina dessa carga dentro de si todas as falhas sociais: da família, da escola, da sociedade. Não é fácil. Eu digo que antes de tudo é uma missão. Porque, realmente, tem que se

identificar com o trabalho. Tem que ter amor, muito amor a esse trabalho porque senão a gente não consegue. (DIRETORA, CEABM). (sic).

As falas reiteram os sentimentos quanto às responsabilidades e as contribuições dos profissionais que se expressa por meio um perfil onde há uma missão em prestar um atendimento pedagógico significativo, porém dificuldades e demandas que se evidenciam diariamente no seu cotidiano.

7.4 Dificuldades e demandas

A postura profissional no nosso compreender deve refletir os conceitos que embasam os documentos nacionais. Esse é o primeiro passo que os profissionais devem adotar para desempenhar uma posição político-educativa e, que assim, venha superar as demandas e dificuldades que se colocam no seu cotidiano.

Diante dessa tecitura, as falas revelam que:

Nada mudou aqui. As meninas que estão na semiliberdade não era pra ser misturadas com as da privação de liberdade, as meninas sentenciadas não eram para ser misturadas com as que estão provisoriamente. Mas, como não fazer isso? Hoje são 76 (setenta e seis) você imagina, essa quantidade de meninas nos 11 dormitórios que só têm capacidade para quatro adolescentes? Isso é complicado! O SINASE diz que a menina é para sair, mas eu questiono a questão dos passeios, pois não temos estrutura nem suporte. E, se essa menina sai e encontra o seu inimigo? Somos nós, que iremos responder e não o SINASE. Mas, a Unidade tem que fazer, porque se não fizer é punida. Veja no caso dos recursos humanos: cada plantão fica apenas 10 (dez) funcionários e se algum precisar resolver uma emergência? Como levar a adolescente ao hospital? Então a casa já fica 9 (nove) e isso já é um risco para todos/as. Afinal, são meninas de realidades diferentes. (INSTRUTORA 2, CEABM). (sic).

Olha o Centro não oferece estrutura física nem para a menina como para quem a acompanha que somos nós. O Estado deixa muito a desejar. Eu acho que é por isso que acontecem tantas reincidências, pois o Estado não oferece condições também fora. Esse atendimento... de vez em quando aparece uma empresa aqui, mas logo acaba. Uma empresa que poderia ter ficado fixa para proporcionar diversas qualificações... Mas, isso não acontece! Acho que há um preconceito por parte das empresas. Eu acho! Tem que existir uma estrutura geral que pense da mesma forma. (INSTRUTORA 1, CEABM). (sic).

Na verdade, até pouco tempo atrás, antes desse aumento absurdo né! Dessa superlotação! Eu sempre dizia que a gente tinha um excelente trabalho. A gente procurava a luz do Estatuto e do SINASE propiciar um atendimento, realmente adequado em conformidade com a lei [...] o nosso atendimento médico, odontológico e psicológico; ele é todo fora. Assim, gente, realmente prima pela incompletude institucional. O número de funcionários é até razoável e a gente tem todo um trabalho externo de atividades com as

meninas. Entre elas: participação de torneio, a escolinha de futsal, a escolinha de vôlei, oficina de dança. Hoje com esse grande número de adolescentes internas tudo tá tudo inviável, principalmente, em razão de um número insuficiente de funcionários. (DIREÇÃO, CEABM). (*sic*).

Podemos ter uma compreensão da complexidade que se coloca diante do atendimento socioeducativo nesta Unidade institucional. Apesar de ser enfatizado um sentimento de comprometimento por parte dos profissionais e um anseio para que o atendimento de pautas na sua eficiência. Na prática, percebemos que o mesmo se converte por meio de muitas falhas onde os interesses e as prioridades das adolescentes em muitos momentos não se confirmam.

Muitas são as demandas que se fazem presentes nesta Instituição. Entre elas: a escassez de recursos humanos que precariza o atendimento e que o inviabiliza com a superlotação. Há um *déficit* de vagas uma vez, que na nossa compreensão acontece porque esse Centro Educacional é a única Unidade de internação do Estado.

Diante dessa fragilidade, há uma potencialização para o risco de rebeliões. O atendimento técnico psicossocial, educacional e de saúde nesse âmbito torna-se limitado e pontual.

Assim, percebemos que na prática, expressa um modelo ainda assistencialista e isso acaba corroborando para que haja uma distância entre os profissionais e o que é exigido pela lei.

7.5 Reconhecimento profissional

Passar, novamente, por um reordenamento não é fácil para uma instituição. Ainda mais quando essa instituição traz na sua história não tão longínqua, uma sua política social instrumentalizada por mecanismos de disciplina, controle, assistência e estagnada pela ausência de incentivos e investimentos que tornava o trabalho fragmentado.

Assim, quanto à essa questão os profissionais colocam:

Eu acho que a STDS não valoriza e nem respeita os profissionais. Por exemplo, eu tenho risco de vida, mas os terceirizados, eles fazem as mesmas coisas que eu e não são remunerados adequadamente, ou seja, eles não têm risco de vida. Eu tenho 30 (trinta) anos de Estado e sou, praticamente uma assalariada. Isso é uma falta de atenção do Governo. Nós trabalhamos com risco. Trabalhamos com o social. Não há concurso interno. Nós entramos com o nível médio e nos aposentamos com o nível médio. Não tem progressão tudo é desumano. (INSTRUTORA 2, CEABM). (*sic*).

Aqui tem muita coisa é negativa. Uma delas é a falta de melhoria e a valorização que não existe pelo salário. Também não existe risco de vida. Curso é uma raridade. A alimentação, que eu acho que deveria ser melhor, pois nós passamos 24 (vinte quatro) horas, ou seja, trabalhamos em ritmo de plantão e não tem nem meia hora de descanso é 12 (doze) horas corridas. As pessoas estão ao aqui porque necessitam, Em termos de salário é uma negação. Também não existe nem um preparo por parte da STDS para quem entra para trabalhar com essa clientela. Quando entramos fazemos um treinamento que acontece por meio dos instrutores mais antigos. Não tem nenhum curso. (INSTRUTORA 1, CEABM). (*sic*).

Atualmente, os instrutores antigos são uma minoria. Eu sou um desses, Já se aposentou muita gente. A maioria que está aqui é contratada por empresa terceirizada que o Estado contrata. Isso retira a responsabilidade do Estado que passa a não se responsabilizar com o fundo de garantia. Por sua vez, o Estado ajuda a pagar esses funcionários. Assim com eu falei a quantidade de instrutores funcionários públicos contam-se nos dedos. Os instrutores terceirizados não têm as vantagens que nós conquistamos com o tempo. (INSTRUTOR, 3 CEABM). (*sic*).

Realmente, um entrave que se coloca diante do nosso trabalho é a qualificação profissional. Temos um perfil traçado de como deve ser esse instrutor educacional, mas, infelizmente a gente lida com outras coisas e, sempre aqui e acolá entra alguém que não é muito adequado para essa função, ou seja, não tem o perfil. Houve uma época que a gente fazia essa seleção né! A Secretaria elegia. Inclusive, até eu participei, várias vezes desse grupo. Era um grupo de diretores e técnicos que faziam essa seleção tinha uma redação, uma entrevista e o currículo né! E um estágio. A gente tinha pelo menos a condição de ter uma avaliação mesmo que superficial, mas ultimamente isso não tem sido feito. A gente tem bons profissionais, mas tem uma parte que precisa realmente melhorar, pois não está dentro das normas infelizmente. Agora, a gente tá lutando para que seja realmente feito um trabalho em relação a essa problemática. Inclusive, o secretário, também aposta nisso. Ele acredita que esse é o caminho é de ter uma seleção mais criteriosa. (DIREÇÃO CEABM). (*sic*).

É bem verdade, que o SINASE em seu capítulo 5 aborda a Gestão dos Programas Recursos Humanos e mais especificamente no seu item 5.2, elucida as questões relativas a Recursos Humanos, como devem ser pensados e estruturados, os critérios para contratação e a valorização profissional. Todavia, no CEABM a própria

STDS adota o modelo de co-gestão por estabelecimento de convênios com organizações não governamentais para a prestação do atendimento nas Unidades.

Diante desta realidade podemos intuir que o não reconhecimento profissional acaba corroborando para que os profissionais sintam-se tão vulneráveis quanto as adolescentes atendidas neste lugar.

7.6 Satisfação profissional

Intervir diretamente nesse universo não é fácil, uma vez que ele se expressa por meio de muitas angústias. Assim, as falas abaixo refletem os sentimentos dos profissionais em relação ao cotidiano do CEABM.

Acho que hoje eu posso dizer mesmo que sou muito feliz com o que eu faço e que, certamente, o significado que eu dou para esse trabalho faz parte daquilo que eu procuro viver na minha vida pessoal mesmo né! (ISTRUTORA 2, CEABM). (sic).

Eu me sinto satisfeito pelo que eu faço. Eu sempre gostei de trabalhar com gente e mesmo quando eu fiz Faculdade. Eu fiz pedagogia já pensando. Foi com esse intuito de trabalhar com gente. Eu gosto é complicado é! Mas é bom, você aprende muita coisa. (INSTRUTOR 3, CEABM). (sic).

Ah! Eu gosto de trabalhar com adolescentes. (TÉCNICA 6, CEABM). (sic).

O meu trabalho! Traz. Ah! Traz sim, com certeza, satisfação e eu acredito. Porque no dia que a gente deixar de acreditar não tem sentido estar à frente de um trabalho como esse. (DIREÇÃO CEABM). (sic). (sic).

Entendemos, que a satisfação é algo que está intrínseco em um aspecto simples, mas relevante que é a legislação. Afinal, é sob a luz das normativas que o Estado busca reestruturar o seu sistema de atendimento para que assim, ele venha cumprir com o seu objetivo que é um atendimento de qualidade pautado no direito.

Neste sentido, os anseios e os desejos não são somente de um público atendido, mas de uma equipe que atua cotidianamente, nessas Unidades socioeducativas, sendo responsáveis no processo de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei.

Portanto, apesar de se autoafirmarem felizes e satisfeitos com o que fazem percebemos, na conduta cotidiana da maioria dos profissionais fica evidente uma insatisfação latente que se manifesta pela descrença e estresse.

7.7 O Projeto pedagógico

O atendimento deve ofertar a escolaridade obrigatória e adaptada nas necessidades da adolescente interna. Junto com a educação formal o Projeto Pedagógico deve favorecer a educação profissionalizante visando assim, o preparo da adolescente para o mercado de trabalho conforme o ECA no seu art.17 “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990, p.17).

As diretrizes que embasam o SINASE devem operar intensamente seus efeitos, nos Estados e Municípios da Federação. O processo de adequação e observância dos parâmetros políticos, pedagógicos e administrativos do SINASE vem exigindo dos gestores públicos e também dos demais atores sociais, envolvidos no Sistema, o desenvolvimento de novas habilidades, competências e soluções por meio da formação profissional, técnica e de qualidade de seus principais agentes.

Sobre isso o SINASE, no seu Art. 77, discorre que:

Art. 77. O art. 3º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 2º:

Art. 3º
 § 1º As escolas do SENAC poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do SENAC e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais.

De fato, presenciamos que o CEABM, mesmo que de forma incipiente vem procurando de adequar ao SINASE. O seu projeto pedagógico é bastante flexível e, isso faz com que possam ser inseridas na sua rotina outras atividades. De fato, isso vem acontecendo por meio dos cursos profissionalizantes que são oferecidos por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

cujo órgão gestor é o Ministério da Educação e Cultura (MEC) sendo o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comercial (SENAC) uma das Instituições executoras dos cursos.

Nessa rotina flexível, as adolescentes ao entrarem no CEABM passam pelo setor pedagógico onde são avaliadas e considerando suas habilidades específicas elas são encaminhadas para as atividades em sala de aula. O CEABM funciona até o 7º ano. São três salas de aula que se dividem em EJA₁, EJA₂, EJA₃. No 8º e 9º e no ensino médio as adolescentes cursam no CEJA Paulo Freire que é semipresencial.

O ensino formal acontece durante o período da manhã de 8:00 horas às 11:00 horas e os professores são cedidos pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), em parceria com o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Paulo Freire. E, quanto à estrutura física em que acontecem as atividades educativas é bastante limitada.

As oficinas de artesanato, higiene e beleza, bordado e corte e costura acontecem a tarde. Nas oficinas as adolescentes produzem: telas, peças bordadas para cama, cozinha e banho, entre outros objetos decorativos. Muitas vezes, essas peças são expostas à venda em exposições na Secretária e em outras instituições.

Nas férias a programação se volta para as atividades de lazer. É uma espécie de uma Colônia de Férias. As atividades são previamente organizadas pelos demais profissionais com o apoio do setor pedagógico. O objetivo dessas atividades é a recreação, entretenimento e a informação, uma vez que a equipe se organiza para trazer profissionais para dar palestras. No sábado as atividades acontecem com a visita de grupos religiosos entre eles: o shalom da igreja católica e grupos de pessoas da igreja evangélica.

Aqui funciona várias oficina entre elas: de música, de violão, corte costura, arte e bordado, higiene beleza e os cursos do Pronatec realizados pelo SENAI e SENAC. Também temos as oficinas de reciclagem oferecidas pela Coelce que tem por objetivo trabalhar o meio ambiente. Temos parceria com o CUCA onde as meninas tem acesso ao cinema e jogam uma vez por mês. Nos temos duas meninas com dezoito anos que estão matriculadas no PROJOVEM. Entre essas meninas uma é da internação que foi autorizada para estudar à noite e uma a outra da semiliberdade. Nós tivemos também o ENEM dentro da casa. O ENEM do Sistema Prisional. Participaram dele oito meninas. Também houve o ENCCEJA³, mas a gente não tem o resultado. Todas essas atividades foram mais ativas no período de 2012 e 2013 por isso foi mais difícil né! Mas, tudo isso já faz parte do SINASE. Depois que a gente colocou tudo isso em prática foi ficando mais fácil.

(TÉCNICA 6, CEABM). *(sic)*.

Quanto ao Projeto Pedagógico a técnica 2 ainda explana:

Aqui funciona até o 7º (sétimo) ano. Temos o EJA I, II, III e EJA Médio. O EJA III é o 6º (sexto), o 7º (sétimo), o 8º (oitavo) e o 9º (nono) anos e o Supletivo do ensino médio em que a gente leva a menina ao CEJA Paulo Freire lá é semipresencial. Ela faz uma prova e dependendo da nota, ela dá continuidade com os módulos seguintes. Nós tivemos agora o Enem do Sistema prisional. Foram 8 (oito) adolescentes que fizeram o Enem. Também teve o Encceja². (TÉCNICA 6, CEABM). *(sic)*.

As falas das adolescentes permite entender a sistematização dessas ações e seus objetivos.

Aqui eu participo da oficina de artes e estudo no EJA 3 (três). Quando eu sair daqui pretendo arrumar um emprego. Aqui eu já fiz um curso de doces e salgados e outro de garçon e confeitiro pelo projeto Pronatec. (ADOLESCENTE I, CEABM). *(sic)*.

Eu faço oficina de bordado, costura e violão. Quando eu tiver pertinho de sair eu vou falar com a diretora pra ela arrumar uma bolsa para eu ir para o projeto Primeiros Passos se a gente se interessar né! (ADOLESCENTE II, CEABM). *(sic)*.

Apesar de não me identificar em nenhuma dessas oficinas eu acho que o que eu estou vivendo aqui vai servir para o meu futuro. Quando eu sair daqui, eu pretendo arrumar um emprego. (ADOLESCENTE III, CEABM). *(sic)*.

Eu acho importante fazer todos os cursos, pois sei que o mercado exige estudo. (ADOLESCENTE IV, CEABM). *(sic)*.

Sem demagogia eu acho complicado, pois sabemos que aqui a adolescente tem toda uma proteção, mas quando ela sai ela volta para a mesma realidade. Aí o atendimento é como uma gota d'água no oceano né! Ela tem que ser muito forte e a gente sabe que ela não tem essa estrutura. Elas não têm base para lá fora “bater o pé” e dizer não vou não. É muita tentação! (INSTRUTORA 2, CEABM). *(sic)*.

Percebemos que apesar do compromisso dos profissionais em cumprir com o projeto pedagógico do currículo. Conforme, preconiza o SINASE. Todavia, devemos

² O ENCCEJA tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>> Acesso em: 25/12/2013.

desconfiar de algumas verdades que são postas diante das evidências.

Apesar de defender que o CEABM é uma Unidade que oferece todas as oportunidades que a adolescente precisa para sua vida o que evidenciamos na prática é um atendimento incipiente que se coloca por meio de sentimento de descrença onde muitos desses profissionais nem se percebem como sujeito que pode favorecer uma mudança de vida para essa adolescente atendida.

Um atendimento não se dá por completo quando não se falta de um programa de egresso, ou seja, um programa que acompanhe essa adolescente após a sua saída e a falta de acompanhamento torna-se um agravante, pois ao nosso entender essa adolescente quando sai precisa de um acompanhamento psicossocial e gerencial, já que pode estar correndo risco de vida, mas não só isso, ou seja, ela vai estar diante da mesma realidade de antes.

Quanto às adolescentes, apesar da maioria se colocar de forma vaga, seus sentimentos revelam uma felicidade. Todavia, percebemos que a participação nas atividades educativas, para algumas adolescentes, muitas vezes acontecem sem motivação e sim, pela obrigação.

Também ficou evidenciado que tanto no ensino formal como nas oficinas e cursos, não há uma relação de criticidade, principalmente quanto à questão de gênero, uma vez que essa questão é um fator preponderante e específico daquele lugar.

Segundo o SINASE (2006) é fundamental que o adolescente ultrapasse a esfera espontânea de apreensão da realidade para chegar à esfera crítica da realidade, assumindo conscientemente seu papel de sujeito. Contudo, esse processo de conscientização acontece no ato de ação-reflexão.

Diante desse fato, em nem um momento essas adolescentes também são questionadas sobre quais cursos desejam realizar, uma vez que nessa hierarquia tudo é imposto e elas não têm o direito de opinar sobre o que é melhor para os seus planos de vida.

Diante do exposto, podemos intuir, que as atividades educativas ainda colocam por meio de uma visão tradicional em que a questão de gênero é reforçada e que ao sair as adolescentes não almejam trabalhar com o que aprenderam.

7.8 As relações interpessoais

Não diferente dos outros Centros Educacionais, o CEABM traz na sua prática situações que corroboram a violência seja essa física ou psicológica. Muitas dessas situações acabam se refletindo por meio das rebeliões.

Dentre as situações de violações de direitos está a superlotação que priva a adolescente de ter um atendimento de qualidade e a forma de punição que se coloca ainda por meio de mecanismos de “tortura e maus tratos”. Entre eles: o recolhimento e a “tranca” que consistem isolar os adolescentes e colocá-los em uma situação degradante. Além de agravar, a medida, judicialmente já imposta, pois é mais um castigo.

Essa realidade nos remete ao pensamento de Foucault (2012, p. 165), onde ele elucida que:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver, induzam a efeitos de poder e onde, em troca só meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.

Assim vejamos o que elucidam as falas das adolescentes:

Um dia eu fui pedir água e o instrutor falou:

— Vou dar água não!

— Não morre de sede não!

Outro dia ele fez uma brincadeira de mau gosto comigo.

Aí ele me recolheu por três dias. Eu já fui para a Tranca. Lá é muito ruim. É frio e a gente toma banho pela água que sai de um buraco. (ADOLESCENTE 1, CEABM). (*sic*).

Qualquer coisa os instrutores querem recolher ou levar para a Contenção (Tranca). Quando eles levam a gente eles saem logo empurrando né! Eu né! Já passei por tudo isso. Às vezes eu fico pensando: eu já passei por tantas coisas ainda tenho que passar por isso? (ADOLESCENTE II, CEABM). (*sic*).

Aqui a gente tem que cumprir as regras né! Apesar de tudo a convivência com todos os profissionais é muito boa porque eu me dou muito bem com todos graças a Deus. Jogo vôlei com alguns instrutores e é isso. Eu já fui para a Contenção e não quero ir nunca mais. Lá é ruim e a gente dorme na pedra. (ADOLESCENTE III, CEABM). (*sic*).

Aqui tem que entrar na hora certa. Tem que fazer silêncio no refeitório. (ADOLESCENTE IV, CEABM). (*sic*).

Se a menina fizer uma “danação”, dependendo do grau, essa menina é recolhida só a noite. Ela entra mais cedo, ou seja, às cinco horas quando ela sai da atividade para o banho, ela já fica recolhida isso pra ela, nossa é muito ruim, pois esse momento é o momento que ela tem para ficar com as outras meninas. Já a tranca só acontece quando a menina faz um ato violento de agressão certo! O certo é ela ficar 24 horas, dependendo do comportamento dela pode aumentar os dias, nesse momento tudo acontece normalmente. A comida, a alimentação tudo é servida lá. A gente tenta levar o menor possível a adolescente para a tranca. (INSTRUTORA 1, CEABM), *(sic)*.

Elas querem se mostrar poderosas e valentes né! Elas sabem o que podem e o que não pode né! Às vezes elas dizem:

— E pode falar alto com adolescentes?

— Pode se eu tiver na minha razão né!

— Você pode falar alto comigo também? Você não tá gritando? Então pra você me escutar eu tenho que gritar!

Existe a relação de poder, mas eu não acho complicado não! Pela minha própria experiência dentro da Unidade, pela própria vivência né! A gente já sabe trabalhar com isso e ir se defendendo. Em todo canto tem né! (INSTRUTORA 2, CEABM). *(sic)*.

Se você não dominar as adolescentes elas te dominam. Então tem que colocar o respeito. Elas são muito atrevidas. Elas querem mandar mais na Unidade. Elas sabem quem manda mais na Unidade. Elas sabem quem manda ali, os responsáveis somos nós. Elas têm que cumprir as normas da casa. Se você não tiver cuidado elas querem fazer o que não pode na Unidade e existem regras e tem que mostrar para elas. Se deixar “solto” elas vão aprontar. Elas não admitem ser mandadas. Essas meninas vêm da rua. Elas não têm regras. Elas são livres. Lá fora o mundo é quem ensina as coisas pra elas. A gente tem que mostrar que a realidade mudou que ela está presa. Que ela está cumprindo uma pena e elas não podem fazer o que elas querem. A gente procura trabalhar com respeito, autoridade, com cuidado de não deixar elas com raiva. Elas têm que cumprir o que a Unidade oferece. (INSTRUTORA 1, CEABM). *(sic)*.

Essas relações de poder, muitas vezes, são relações que entram o trabalho. A gente tá lidando todo o dia com vários saberes diferentes e a gente sabe que o lugar do saber também é um lugar de poder muito agradável e se a gente não tiver cuidado a gente não consegue descer dali e entrar na realidade. Dizer que não existe relações de poder no CEABM seria hipocrisia minha. Existe sim e a gente está em contato com isso o tempo todo. O que a gente pode fazer é ter muito cuidado. Pois a gente sabe que esse trabalho é multiprofissional. Portanto, todos os saberes são necessários. Mas, infelizmente às vezes o lado pessoal prevalece. Com as meninas as relações de poder acontece fruto do vínculo. (TÉCNICA 5, CEABM). *(sic)*.

Eu vou começar pela direção. Não existe autoritarismo. Ela trabalha com as pessoas, dividindo o trabalho. Ela é muito aberta. No geral, eu não vejo autoritarismo. Existe um pouco de autoritarismo em relação aos instrutores com as meninas. Já acabou um pouco, mas ainda existe. (TÉCNICA 6, CEABM). *(sic)*.

Parafrazeando Volpi (2011, p.29):

O atendimento deve priorizar os direitos do adolescente privado de liberdade e isso significa ter acesso ao material higiênico, asseio pessoal, habitabilidade dos alojamentos, incluindo as condições adequadas de higiene e salubridade.

Compreendemos que relações as relações interpessoais naquele lugar se fazem embasada em um saber que emerge de um poder. Há um autoritarismo que é algo evidente que se exerce e se efetua, diariamente, por meio da prática de todos os profissionais, mas de forma mais incisiva na categoria dos instrutores educacionais. Que demonstram esse poder por meio das suas atitudes e palavras.

Para alguns profissionais, prevalece a cultura de que a adolescente está realmente em uma prisão onde deve estar submissa e cumprir uma obediência. Observamos nesse espaço, que a adolescente deve manter-se discreta e adequando-se a todas as regras e normas da instituição, tendo em vista que, qualquer manifestação de comportamento rebelde ou sexual é incorrer em falta grave, passível de castigo que deve ser cumprido em ambiente disciplinador.

O recolhimento ou a “tranca” são as formas de repressão e coerção que no caso das meninas, acaba reforçando a questão de gênero, pois é uma forma de manter disciplinada a sua sexualidade. Na visão dos profissionais, nesse lugar, escuro, quente, de aspecto sujo e fétido em que as adolescentes ficam privadas até das atividades educacionais, elas tem a oportunidade de refletir, pois o lugar é conhecido como uma sala de reflexão e portando, como uma forma de educar.

7.9 A questão de gênero

A partir dessas colocações o SINASE no seu artigo 35 preconiza:

Art. 35 - A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos

seguintes princípios:

(...)

VIII- não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, políticas ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status. (BRASIL, 2012).

As falas revelam uma discrepância no que diz respeito ao que emana o SINASE em relação à questão de gênero.

Minha filha, é complicado trabalhar aqui, pois mulher né! É mais sensível né! Não existe nenhuma capacitação voltada para trabalhar com meninas. Tem que ter é um jogo de cintura né! Mas dá pra ir levando. Pois, com as meninas é complicado por que elas são cheias de razão né! Elas conhecem a lei melhor que a gente. (INSTRUTORA 2, CEABM). (*sic*).

Vejamos: quanto à revista, às vezes ficamos constrangidas em fazer. É chato, mas somos nós mulheres que temos que fazer. Olha quando a gente entra pra trabalhar aqui a gente tem só um treinamento e esse treinamento não é voltado para a prática com meninas é geral. A gente fica estagiando com os outros instrutores, mas não tem nenhum curso que esteja voltado para trabalhar com adolescentes do sexo feminino. (INSTRUTORA 1, CEABM). (*sic*).

Olhe, pelo menos eu já fiz todo tipo de curso dentro da área de adolescente. Antes mesmo de transformar meu cargo em instrutor educacional eu sempre me interessei. (INSTRUTOR 3, CEABM). (*sic*).

Pra mim, trabalhar com o público feminino é um desafio que, muito vale a pena né! (TÉCNICA 5, CEABM). (*sic*).

É difícil trabalhar com meninas. Eu acredito que é mais fácil trabalhar com meninos do que com meninas. Por ser mulher tem que ter todo um atendimento especial. Têm os seus dias mensais... Os dias as regras (menstruação). Tem a parte de saúde que é mais complicada que trabalhar com meninos. A parte ginecológica e aí envolve a questão da gravidez. Quando as meninas têm neném como há pouco tempo a gente teve que pedir liberação porque aqui, não tem condição de ter um recém nascido e de a adolescente amamentar. O recém nascido pode até vir e voltar, mas para morar e ficar junto com a adolescente não tem condição. (TÉCNICA 6, CEABM).b(*sic*).

Na verdade eu passei minha vida inteira trabalhando com meninos. Eu só estou a cinco anos trabalhando com meninas e trabalhar com meninas sempre foi uma coisa muito rejeitada dentro da secretaria. Ninguém queria trabalhar com meninas, porque elas, realmente têm um perfil mais difícil, os meninos são mais respeitosos, mais obedientes. Elas são mais de “bater de frente” né! Gostam de aparecer um pouco né! Por outro lado, elas têm uma coisa legal e que é muito legal. Elas são muito afetivas. Há uma carência afetiva imensa e também assim, elas são mais pacatas. Já em relação aos instrutores eles não têm nenhuma capacitação voltada para a questão de gênero quando eles chegam aqui eu faço uma entrevista inicial e a gente coloca, realmente como é esse trabalho e o quanto ele é delicado.

(DIREÇÃO, CEABM). *(sic)*.

De igual modo, as adolescentes expuseram os seus sentimentos com relação ao tratamento recebido durante o atendimento socioeducativo. Elas expressaram seus sentimentos em relação à convivência com os profissionais levando em consideração ao gênero da seguinte forma:

Aqui se um instrutor fala ignorante com a gente, a gente também fala ignorante com eles também. Um dia desses, eu tive um atrito com um deles porque ele fez uma brincadeira de mau gosto comigo:
Um dia né! Eu pedi um absorvente né! Ele falou assim:
— Pra que tu quer um absorvente? Não tem absorvente não.
— Por que tu não rasga a tua toalha e bota? E eu né não achei certo né!
Não achei! (ADOLESCENTE 2, CEABM). *(sic)*.

Diante do que foi revelado nas falas percebemos o quanto à questão de gênero se revela em uma dualidade em que prevalece ainda em uma cultura sexista, onde as ações socioeducativas que deveriam promover a igualdade e o combater a discriminação, o preconceito e violência acaba reforçando isso por meio do seu atendimento socioeducativo.

Ainda em relação à questão de gênero as adolescentes são compreendidas como seres assexuados, ou seja, não tem direito de se vestir com suas roupas e muito menos de usar maquiagens. As roupas são padronizadas pela casa e o calçado é um chinelo. Portanto, os princípios pedagógicos que visa garantir a equidade no atendimento socioeducativo prestado aos adolescentes de ambos os sexos (SINASE, 2006). Acaba ficando somente na lei.

Segundo Volpi (2011, p.33) as relações de gênero devem estar coadunadas com as ações planejadas, desta forma:

As relações de gênero e de raça devem constar na agenda permanente das ações educacionais. A relação homem/mulher traz conteúdos fundamentais para se trabalhar a condição de ser homem, de ser mulher. Da mesma forma, é na relação entre brancos e negros que se discutem as diferenças e as discriminações.

Na sua condição ínfima, elas também são colocadas diante de uma escala onde participam das atividades domésticas, ou seja, lavam os banheiros e ajudam na cozinha.

7.10 Relações homofóbicas

Percebemos no CEABM, que as relações homofóbicas é algo presente na rotina da maioria dos profissionais. Segundo Abramovay são muitas as relações sociais que se pautam por discriminações relacionadas às relações sobre a sexualidade.

Você sabe que tem a história das preferências delas né? Da sexualidade que é aflorada. Eu sei que tudo isso deve ser respeitado e é o que o SINASE prega né! A lei prega que você não pode discriminar, mas de repente você não pode botar a menina junta com as outras. Até pela questão do estupro e do abuso. Pois se acontecer alguma coisa com essa adolescente quem vai responder somos nós né! Mas, você também não pode fazer vista grossa com as meninas que têm a tendência do outro lado né! (INSTRUTORA 2, CEABM). (*sic*).

Quando essas meninas entram aqui, elas estão em um processo de mudança. Elas não sabem, realmente, o que elas querem. Elas podem automaticamente mudar. Tem menina que sai daqui com a maior afinidade por outra menina. Ela tem um relacionamento com outra menina. Quando torna-se reincidente essa mesma menina volta grávida e, com o relacionamento agora com um menino. É por isso que aqui há uma proibição. Porque sabemos que ela tá num período de mudança da adolescência para a fase adulta. A gente tem que ter o maior cuidado com essas meninas. Isso gera confusão, brigas e ciúmes. Quando a gente vê que uma adolescente tem um caso com outra, a gente organiza todo o horário para que elas não se cruzem. A Unidade não aceita! Não pode! A menina não pode se relacionar com outra. Não é que a gente não tem preconceito, mas é que a casa não oferece e o instrutor não pode permitir, pois é um período de transformação dessa menina. Se elas forem pegadas, elas são recolhidas e se forem vistas com beijo na boca, abraçando ela vai para a “tranca”. (INSTRUTORA 1, CEABM). (*sic*).

Olha eu acho que a gente tem que evoluir sabe. Os tempos mudaram e você tem que mudar também. É lógico que muitas pessoas como eu que já tem os seus cinquenta anos não é fácil. Eu olho para tudo isso e fico meio assim, assombrado com aquilo ali sabe? É o tipo da coisa, eu tenho dois filhos. Meus filhos não são da minha época, mas graças a Deus todos dois são “normais” (INSTRUTOR 3, CEABM). (*sic*).

Enquanto Instituição, a gente precisa ter normas né! Elas estão cumprindo uma medida socioeducativa e a gente não permite qualquer tipo de envolvimento afetivo aqui dentro né! Eu digo sempre a elas quando chegam aqui que: um sentimento nunca pode ser proibido né! Você pode gostar de quem você quiser. Agora aqui dentro você não pode estar expressando esses sentimentos em forma de carinho, de tá beijando, abraçando se alguma menina for flagrada em alguma situação que realmente esteja demonstrado um sentimento pela outra olha ela é chamada para uma conversa e a gente adverte. Não pode porque senão isso aqui iria virar um caos. Como também digo para elas que: nenhum funcionário pode namorar aqui dentro. Se um funcionário passar a gostar de outro ele vai ter essa

relação lá fora. Aqui dentro não, né! (DIREÇÃO CEABM). *(sic)*.

A fala das adolescentes confirma o preconceito e as relações de homofobia que se coloca naquele lugar de forma incisiva:

Eles sabem que a gente fica com uma menina, mas não pode pegar na mão, só que eles falam que não pode beijar, nem abraçar se não vai pra “tranca” não pode ficar muito perto. (ADOLESCENTE I, CEABM). *(sic)*.

A gente não pode se envolver com outra mulher tem regras! (ADOLESCENTE II, CEABM). *(sic)*.

As pessoas são agressivas, preconceituosas, as pessoas também não aceitam a opção sexual e não gostam de negro. (ADOLESCENTE III, CEABM). *(sic)*.

Aqui, a gente tem de cumprir as regras né! (ADOLESCENTE IV, CEABM). *(sic)*.

Aduzimos que o CEABM se justifica por meio de uma hierarquia institucional pautadas em normas e regras que devem ser priorizadas e cumpridas. Portanto, essa opressão leva as adolescentes a sentirem em um inferno.

O não cumprimento das regras pode comprometer, na visão dos profissionais, a dinâmica harmoniosa do atendimento. Percebemos em todas as falas uma conduta coercitiva e repressiva.

A punição é vista, segundo os profissionais, como forma de adequar a adolescente ao cumprimento das regras e de fato, é assim que acontece na rotina do CEABM e quem determina os critérios do tempo e a forma de punir são os próprios instrutores. O critério de punição visa cercar a adolescente do seu convívio social com as outras adolescentes e que ela seja desviada ou que exponha o seu comportamento transgressor.

Percebemos que, a questão a punição está relacionada diretamente à questão de gênero, ou seja, por ser mulher a conduta ou o comportamento passa a ser alvo de controle. Nesse sentido, parafraseamos Foucault (2012), o saber e poder funcionam como uma rede de dispositivos e mecanismos que ninguém escapa. Existem práticas ou relações de poder e não o poder em si.

7.11 Avaliação da adolescente por meio do Plano Individual da Adolescente - PIA

Com o SINASE o cotidiano dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa. Deve ser considerado por meio do Plano Individual do Adolescente (PIA) que se coloca como um instrumento importante para nortear a realização de atividades que devem ser personalizadas para o adolescente, durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Esse plano deve ser levado em consideração desde a acolhida da adolescente e deve funcionar em interface com toda a rede de proteção. Quanto a essa realidade percebemos que muitos entraves se colocam diante dessa avaliação. E uma deles é: a postura de alguns profissionais que ainda se mantêm de forma preconceituosa.

Os sentimentos de preconceitos acabam se refletindo dia a dia e, principalmente, na elaboração do relatório individual da adolescente interna que acontece a cada seis meses e o por não haver um bom senso, por parte de alguns profissionais, a discricionariedade acaba prevalecendo e fragilizando ainda mais a vida dessa adolescente. Essa realidade se confirma na fala abaixo da técnica que revela um distanciamento considerável entre as práticas existentes e as recomendações do SINASE:

Muitas coisas não são respeitadas e aí eu coloco um exemplo: a questão que o SINASE pede pra gente não olhar somente para o ato infracional né! Têm meninas aqui hoje, internas pela prática de latrocínio e de forma muito grave e violenta. Elas têm consciência disso e muitas têm um bom engajamento durante o atendimento o que lhe move na esperança que elas poderão sair daqui. A gente também vê o sofrimento delas de estarem aqui, há um ano. A gente vê o envolvimento da família para dar esse suporte para quando sair não voltar a cair. A gente trabalha nesse sentido, esperançoso, mas quando ela vai para a avaliação, infelizmente você se depara com aquela comparação... Assim, o pensamento é que é uma menina de “roubo” e uma menina de “latrocínio” e achar que um ano é a mesma coisa para as duas. Vamos supor. Então, infelizmente a gente vê algumas meninas que têm um bom processo irem ficando mais tempo por causa do ato, ou então, a gente vai pelo contraponto da questão do comportamento né! A gente tem que olhar o comportamento, mas na perspectiva daqui, desse contexto, da questão de cometer um ato infracional ou não, de como vai ser lá fora ou não. Ah! porque se comporta mau vai ficando. E quem foi de nós que se comportou bem na adolescência? Se fala palavrão ou não, se é atrevido ou não. Isso é coisa da idade. Se a gente ficar olhando somente para essas pequenas coisas então não iremos incorporar o SINASE. (TÉCNICA 5, CEABM). (sic).

Desta forma, o discurso presente na fala da Técnica indica o momento de avaliar a adolescente não é levado em consideração o seu universo, as suas características pessoais, mas, sim, o ato infracional em si.

A gravidade do seu ato infracional é o seu indicador para o seu comportamento e para o “merecimento”. Assim, o conceito meritocrático acaba prevalecendo diante dessa prática educacional e o ato infracional torna-se um critério que se traduz dentro da Unidade como fator negativo ou positivo. Ele dá um prognóstico do comportamento. Volpi (2011, p. 27) destaca que “embora o Estatuto tenha enfatizado os aspectos pedagógicos e não os punitivos ou repressivos, a medida de internação se confirma pelas conotações coercitivas e educativas.”

7.12 O atendimento socioeducativo por meio da visão das adolescentes

Diante do que preconiza o artigo 121 do ECA: “a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 1990, p. 30).

Nesse sentido, se essas adolescentes estão ali é porque nessa organização social alguma instituição falhou. Nesse sentido, essa adolescente está inserida em mais um contexto institucional como forma de se preparar adequadamente para voltar à ordem imposta. Portanto, como parte principal dessa hierarquia, que se coloca diante do atendimento socioeducativo elas têm sua maneira de perceber suas ações:

Entrar aqui é uma loucura. A gente não sabe o que fazer. Aqui têm uns instrutores que são bem legais, outros, são chatos traz problemas de casa. Às vezes dá vontade de fugir. (ADOLESCENTE I). (*sic*).

O Ceabm! Depois que eu entrei aqui, eu mudei muito. Porque né... se eu não tivesse passado por tudo isso, na minha vida eu não seria essa pessoa que eu sou agora. Aqui, eu estou sendo mudada, mas tem instrutor né! Que quer “pisar” né! Quer ser o melhor! Mas, tem uns que são legais. Mas, quando aqui “enche”, fica complicado, pois só têm onze dormitórios e muitas meninas acabam dormindo no chão. Uma em cima da outra. Quando eu estava na liberdade eu sempre quis dividir meu quarto né! Mas, não com tanta gente. (ADOLESCENTE II). (*sic*).

Aqui é um momento de muita reflexão. Está sendo positivo. Eu estou aprendendo. Estou pensando em coisas que eu não pensava em fazer antes como: procurar um emprego. Lá fora, eu não estudava e agora eu estou estudando. Lá fora, eu só pensava em curtir. Aqui é bom e ruim como em qualquer lugar. Aqui têm coisas boas e ruins. Mas, é só saber obedecer, respeitar, não perder a razão e ficar calada quando os profissionais falarem. Porque se não eles recolhe. Fora isso tudo bem. Eu “tiro de letra” essas regras. (ADOLESCENTE III). *(sic)*.

Estou pagando aqui dentro o que fiz lá fora, mas aqui é muito ruim, muito chato mesmo, parece o inferno. Têm muitas regras e as pessoas são ignorantes e muito precoceituosas. O atendimento com os outros profissionais é bom, pois eu sou sempre atendida na hora que preciso. (ADOLESCENTE IV, CEABM). *(sic)*.

Intuímos nas falas, que apesar das adolescentes evidenciarem muitas ações como sendo positivas. O fato é que na nossa percepção quanto a esses sentimentos ocultados revela que o atendimento prestado pelo CEABM que se faz por meio de práticas impositoras que não condizem com a proteção social.

Essa inflexibilidade se coloca na fala de Volpi (2011, p.30) que discorre:

Cabe, portanto aos governos estaduais, extinguir os modelos centralizados ainda existentes segundo padrões calcados na velha política nacional do bem-estar do menor [...] A denominação das instituições destinadas a este fim devem ser expressão desta proposta pedagógica, afastando-se das antigas matrizes estigmatizantes.

No interior desse lugar, se desenha um atendimento pautado por regras pautadas na repressão e coerção. Motivo pelo qual as adolescentes sentem-se estar em um calabouço. Essa realidade nos leva a compreensão de que de fato neste lugar há uma violação dos direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso dessa pesquisa, procuramos avaliar e compreender as ações que sistematizam o atendimento socioeducativo em uma Unidade de ressocialização feminina em Fortaleza.

A caracterização do atendimento por meio da visão dos profissionais

demonstra que a realidade dos Centros Educacionais e, especificamente a do CEABM, é complexa, cruel onde apresenta um híbrido da visão de sujeitos de direitos com uma visão tradicional baseada nos modos antigo de tratamento.

Essa complexidade se faz, começando pela organização física que dispõe de uma organização espacial consolidada por meio de um prédio adaptado e, que apesar de reinaugurado em 2009 se colocam por meio de uma estrutura adaptada e “maquiada”, que comporta as pequenas salas onde acontecem as atividades educativas. As atividades retratam um clima de presídio e não um clima de sala de aula que tem como objetivo maior a educação.

O art. 125 do ECA atribui, exclusivamente ao Estado o dever de zelar pela integridade física e mental do interno, no entanto na prática isso não acontece e por ser o CEABM é a única Unidade de Fortaleza que recebe adolescente tanto da capital como do interior, as adolescentes que estão provisoriamente no CEABM acabam sendo exposta a um risco. A estrutura física também não oferece meio para a adolescente que é mãe ficar com o seu filho e nem para visitas íntimas mesmo para aquelas que têm companheiro.

Nas salas de aula, as adolescentes são vigiadas e monitoradas em todo o momento da aula. Os materiais são controlados e no caso do desaparecimento de algum deles elas são punidas de forma severa. Dependendo da atividade, elas são revistadas. Aliás, isso faz parte da rotina no CEABM.

Aliás, a punição depende do tipo de desobediência. A tranca é a forma mais humilhante de castigo, no entanto entre os profissionais ela é conhecida como a “sala de reflexão” pois é uma forma de educar essa adolescente. Afinal, ela pode refletir sobre os seus atos. Esse lugar é tido como algo muito natural pelos profissionais. A adolescente fica trancafiada as refeições acontecem lá mesmo, assim como a dormida que acontece no chão. Lá a adolescente é privada de todas as atividades educacionais e quem determina o tempo do castigo são os instrutores EDUCACIONAIS.

Mas, no CEABM muitos aspectos se colocam como negativos e muitos deles foram elencados pelos profissionais. Entre eles: a fragilidade dos recursos humanos que se faz pela a falta de critério para contratação, especificamente na categoria dos instrutores educacionais, a inexistência de cursos. Segundo eles essa

realidade acaba prejudicando a rotina diária da Unidade.

Ao analisar o atendimento por meio da visão das adolescentes, percebemos que apesar de não terem um pensamento crítico desenvolvido, porém, mesmo de forma vaga elas conseguiram expor o significado desse atendimento recebido. Assim, para elas o atendimento em alguns aspectos é desumano e humilhante que faz do CEABM um lugar de medo e onde prevalecem os sentimentos de: preconceito, coação e tortura psicológica.

A tortura se impõe para descaracterizar os seus verdadeiros sentimentos enquanto mulher, pois não só a sua sexualidade, mas seus desejos e anseios básicos são tolhidos por meio dos sentimentos que se faz nas suas variadas formas de preconceitos e o mais incisivo deles é a homofobia.

Portanto, o seu comportamento tem que está inserido nas regras impostas pela hierarquia daquele Centro. Não obedecê-las pode acarretar em punição grave. Sua sexualidade é tratada como algo que desagrada. Portanto, segundo elas há um adestramento que se faz por meio da obediência.

A punição é a forma de tolher esse comportamento transgressor e de justificar a sua condição de cidadãs incomuns. Para elas o conceito da antiga FEBEMCE ainda se faz presente diariamente e favorece o sentimento de estarem em um inferno.

Quanto aos aspectos educacionais, elas pontuaram um sentimento de felicidade, mas que no fundo, mascara o verdadeiro sentimento que é o da obrigação. Pois, os sentimentos de maus tratos que se revela por meio da rotina do Centro são mais fortes. Os maus tratos que se impõem dia a dia reforçam, por sua vez os sentimentos de inferioridade e as acompanha mesmo antes mesmo de entrar no CEABM.

Na superlotação seus sentimentos mudam, uma vez que a tensão se coloca e isso favorece a um sentimento de revolta que se juntam a outros sentimentos guardados subjetivamente. A estrutura física não oferece o conforto básico e tudo

acaba acontecendo pontualmente e de uma forma improvisada. Esse imprevisto acontece, principalmente, na hora do banho e nos dormitórios onde muitas adolescentes acabam dormindo de uma forma improvisada sem nenhum conforto.

De fato, compreendemos que o atendimento mascara o sentimento e as características femininas apagando, totalmente a questão de gênero e a discussão do machismo na sociedade, da mulher neste tipo de sociedade e do seu papel. Ou seja, o momento de reeducação, reproduz e legitima a submissão feminina e a culpabilidade da mulher em certos casos de violência.

Quanto ao projeto pedagógico, podemos intuir que as expectativas educacionais por vezes, não são atendidas, pois os cursos não trazem uma real mudança de vida, mas apenas mantêm as adolescentes no mesmo patamar dos seus pais, pois o salário referente à área de profissões que são ofertadas não atende as necessidades essenciais e os desejos particulares de cada adolescente, principalmente as do sexo feminino que tem um leque de acessórios desejáveis e específicos de “meninas” como maquiagem, e outros objetos de adorno como: brincos, pulseiras, assim como os acessórios que a tecnologia impõe para que o ser humano possa se conectar com o mundo.

A superlotação se coloca para revelar que de fato a estrutura física é frágil levando assim a violação dos direitos. Assim, podemos concluir que as situações de negligência acabam refletindo a sociedade injusta em que essas adolescentes vivem e onde o ato infracional se coloca como sinal de abandono da família, da sociedade, e do poder público, pois quando se viola os direitos a lei não é cumprida. No entanto quando os adolescentes as violam, imediatamente a lei é aplicada. Além do uso de adolescentes e crianças que assumem crimes devido a sua condição de inimputabilidade que lhes é conferida.

Por fim, sentimos que mesmo diante de um dispositivo que vem para refletir sobre as mudanças, pois o SINASE foi elaborado visando fortalecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, determinando diretrizes claras e específicas para a execução das medidas socioeducativas por parte das instituições e profissionais que atuam nesta área.

Todavia, o velho atendimento tradicional ainda se mescla por meio de seus conceitos e valores e se colocam diariamente por meio de uma hierarquia centralizada. Nessa rotina os cargos emanam um controle, uma ordem e uma submissão que se faz por meio do poder. Na rotina deste Centro a visão limitada não favorece uma perspectiva de parceria o que poderia levar verdadeiramente a uma inclusão, mas corrobora para que a sociedade caminhe reforçando os sentimentos dessas adolescentes que são de eternas infratoras e merecedoras de estarem nos calabouços desumanos, sob o pretexto de “reintegrá-las” ao “bom” convívio social.

REFERÊNCIA

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 1992.

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Gangues, gênero e juventudes**: donas de rocha e sujeitos cabulosos. Brasília, DF: Kaco, 2010.

_____. A gravidez juvenil. In: ABRAMOVAY, Miriam. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. p. 130-163.

ANDRIANI, Ana Gabriela Pedroso. A cor da pele: significações constituídas nas relações. **Psicologia Revista**, São Paulo, v.16, n.1-2, p.181-196, 2007.

ALA-HARJA; Marjukka; HELGASON, Singurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v.51, n. 4, p.5-60, out./dez. 2000.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. **Família às avessas**: gênero nas relações familiares de adolescentes. Fortaleza: UFC, 2001.

AQUINO, Luseni, A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Abrahão Jorge de (Orgs.). **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. **Resiliência**: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARREIRA Maria Cécília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2000.

BARROS, Ricardo de Paz. Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; VAZ, Fábio Monteiro (Orgs.). **Situação social brasileira**: monitoramento das condições de vida. Brasília: IPEA, 2011.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.).

História da mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BAUMGARTEN, Maíra. Políticas públicas, desenvolvimento e sustentabilidade. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.) **Violência e cidadania**: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BLOSS, Peter. **Adolescência**: uma interpretação psicanalítica. Tradução de São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL, Mota Glauécia. **Políticas de segurança e práticas policiais**. In: BARREIRA, César (Org.). **Violências e conflitos sociais: trajetórias de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. **Decreto n. 99.710**, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm> Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. **Lei n. 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal**: saúde, um direito do adolescente. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

_____. **Decreto n. 17.943-A**, de 12 de outubro de 1927. Institui o Código de Menores (Código de Menores Melo Mattos – grafia original). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm> Acesso em: 2 mar. 2014.

_____. **Lei Nº 6.697**, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores (Código de Menores de 1979). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm> Acesso em: 2 mar. 2014.

CALIL, Maria Izabel. De menino de rua a adolescente: análise sócio-histórica de um processo de ressignificação do sujeito. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da.

Juventude e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

CEARÁ. **Decreto n. 30.202**, de 24 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.stds.ce.gov.br/phocadownload/asjur/decreto30202p1.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Célula das Medidas Socioeducativas.** Governo do Estado do Ceará, 2009.

_____. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo.** Banco Interamericano de Desenvolvimento; Governo do Estado do Ceará, PROARES II. – Ceará: Governo do Estado do Ceará, 2013.

_____. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Proposta de atendimento ao Adolescente em conflito com a lei no Ceará.** PROARES. – Ceará: Governo do Estado do Ceará, 2002.

COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; GERMANO, Idilva Maria Pires; LOBO, Luciana Miranda; CORDEIRO, Andréa Carla Filgueiras; BONFIM, Zulmira Áurea Cruz. Conhecendo adolescentes e jovens de escolas públicas de Fortaleza: concepção, método e procedimentos da pesquisa In: COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; CORDEIRO, Andréa Carla Filgueiras. **Adolescência e juventude: conhecer para proteger.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUSA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Criança e adolescente e o sistema de garantia de direitos, Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/ed12010/artigos/4criandireitos.pdf>> Acesso em: 03 agosto 2014

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p.51-66.

CUSTÓDIO, André Viana. Direitos da criança e do adolescente e políticas públicas. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v.46, p.1-30, out. 2007.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991. (Caminhos da História)

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DELORS, Jacques (Coord.). **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2002.

DIAS, Ana Cristina Garcia; SILA-NEIVA, Eva Diniz; KOLLER, Sílvia Helena. Apoio familiar e características psicossociais em adolescentes com experiência de gestação. In: DELL'ANGLIO, Débora Dallbosco; KOLLER, Silvia Helena (Orgs.). **Adolescência e juventude: vulnerabilidade e contextos de proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

DIÓGENES, Glória. **Cartografia da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, MT. (Orgs.). **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa** [online]. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução de M.T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ENGEL Magali. **Psiquiatria e feminilidade**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed., São Paulo: Contexto, 2008.

ERICKSON, Erik H. **Infância e sociedade**. Tradução de Gildásio Amado. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FACHINETTO, Fellini Rochele. A “Casa de Bonecas”: um estudo de caso sobre os adolescentes privadas de liberdade no Rio Grande do Sul. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício (Orgs.). **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FARIA, Anália Rodrigues. **Desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget**. São Paulo: Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FROTA, Monte Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p.147-160, abr.2007.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **O direito de ser adolescente**: oportunidade para reduzir vulnerabilidade e superar desigualdades. Brasília: UNICEF, 2011.

GALDINI, Rodrigues Danilca e Berzin Juliana. O sofrimento do jovem psicólogo na busca do primeiro emprego: uma análise psicossocial da exclusão. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

GIBBS, Graham, **Análise de dados qualitativos**. Tradução de Roberto Cataldo Costa, Porto Alegre: Artmed, 2009.

GONÇALVES, Andréa Lisly, **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Eliane. Pensando o gênero como categoria de análise. **Estudo de Gênero**, Universidade Católica de Goiás, v.7, p.41-60, 1998.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, Maria Eloisa. **Escolas, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

HOLANDA, Antônio Nilson Craveiro. **Avaliação de programas (conceitos básicos sobre avaliação “ex post”)**. Rio–São Paulo–Fortaleza: ABC Editora, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf> Acesso em: 02 mar. 2014.

JACCOUD, Luciana. A política de assistência social e a juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade social? In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. Sobem apreensões de adolescentes. **Caderno Cidade**, jan. 2013. Disponível em:

<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/sobem-apreensoes-de-adolescentes-1.96789>> Acesso em: 02 mar. 2014.

JORNAL O POVO. Fortaleza é a 7^a cidade mais violenta do mundo, diz ONG.

Caderno Cotidiano, 21 jan. 2014. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/01/21/noticiasjornalcotidiano,3194104/fortaleza-e-a-7-cidade-mais-violenta-do-mundo-diz-ong.shtml>> Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. Jovens que esfaquearam médica na Praia do Futuro são apreendidas.

Caderno Cotidiano, out. 2013. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/10/08/noticiasjornalcotidiano,3142424/jovens-que-esfaquearam-medica-na-praia-do-futuro-sao-apreendidas.shtml>> Acesso em: 02 mar. 2014.

KAHHALE, Maria Edna Peters S. **Gravidez na adolescência: orientação materna no pré-natal**. In: OZELLA, Sérgio (Org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, de Oliveira Antônio. **Aspectos legais, históricos e culturais do trabalho infantil no Brasil**. Disponível em :

<<http://www.scribd.com/doc/.../Aspectos-Historicos-Trab-Infantil-04-09-2012>.

MEJIA, Rosa Margarida Garvínia. Medo ao poder e poder do medo na construção de uma território de violência. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais** Porto Alegre: Sulina, 2011.

MENDES, Adriana Oliveira. **Educação em direitos humanos no programa de proteção às crianças e adolescentes ameaçados de morte do Distrito Federal (PPCAAM/DF)**. 2009. Monografia (Especialização em Direitos Humanos) – Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, 2009.

MINAYO Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25.ed. Petrópolis: Vozes; 2007.

_____. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

_____. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1996.

MORENO, Montserrat, **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. Tradução de Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna: Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

MUSS, Rolf E. **Teorias da adolescência**. Tradução do Instituto Wagner de Idiomas. 4. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1974.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004 – (Coleção Primeiros Passos)

OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, Renata. **História do Ceará**: 4º ou 5º . São Paulo: Ática, 2008.

PALUDO, Simone. Valores e normas sociais de jovens em conflito com a lei. In: DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Sílvia Helena (Orgs.). **Adolescência e juventude**: vulnerabilidade e contextos de proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

PERALVA Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

PEREIRA, Gabriela Maria dos Santos. Adolescentes Trabalhadores: a construção de sentido nas relações de trabalho. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo:Cortez, 2003.

PESSALANCIA, Juliana Reis Dias; MENEZES, Elen Soraia de; MASSUIA, Dinéia. A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. **Revista Bioethikos**. Centro Universitário São Camilo, v.4, n.4, p.423-430, 2010.

PINHEIRO, Araripe de Alencar Ângela. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 343-355, set./dez. 2004.

_____. Araripe de Alencar Ângela. **Criança e Adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

PINHEIRO, Tágila de Souza; OLINDA, Maria Ercilia Braga de. O discurso da ressocialização e as práticas pedagógicas voltadas para este fim: o caso do Centro Aldaci Barbosa Mota. In: OLINDA, Maria Ercilia Braga de (Org.). **Medida socioeducativa de internação**: educa? Fortaleza: UFC, 2013.

PONTE, Rogério Sebastião. **A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle**. In: SOUSA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

PRÁ, Jussara Reis. **Democracia paritária, mulheres e cidadania política de gênero**
Disponível em:

<http://www.sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4124
> Acesso em: 16 abr. 2014.

RIZZINI, Irene. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era de Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, Lea Carvalho. A avaliação de políticas públicas no Brasil: antecedentes, cenários atuais e perspectivas. In: PRADO, Edna Cristina do Prado; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira Diógenes; NASCIMENTO, Antonia Eunice de Jesus (Orgs.). **Avaliação de políticas públicas**: interfere entre educação & gestão escolar. Maceió: Edufal, 2011.

RODRIGUES, Paula Brígido; MIRANDA, Luciana Lobo. A significação do ensino médio para a juventude da escola de Fortaleza. In: COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; CORDEIRO, Andréa Carla Filgueiras. **Adolescência e Juventude**: conhecer para proteger. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. Cap.4.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Elder Cerqueira; MELO NETO, Othon Cardoso de. Autoestima e comportamento sexual de risco: a questão da vulnerabilidade pessoal. In: COLAÇO, Veridiana de Fátima Rodrigues; CORDEIRO, Andréa Carla Filgueiras. **Adolescência e juventude**: conhecer para proteger. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v.4, n.8, p.16-32, jul./dez. 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.) **Violência e cidadania**: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria & prática. São Paulo: Veras, 2001.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIEDUCATIVO - SINASE
Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília:
CONANDA. Disponível em:
<http://www.condeca.sp.gov.br/legislacao/sinase_integra.pdf> Acesso em: 02 mar. 2014.

SINGLY, François. **Família e individualização**. Tradução de Angela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOIHET, Rachel. **Zombaria como arma antifeminista**: instrumento conservador entre libertários do riso estudos feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p.591-611, set./dez. 2005.

SOUSA, Fernando Pires de. **Parar Fortaleza, pela vida**. Jornal O Povo, abril 2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2014/04/05/noticiasjornalopiniao,3231756/parar-fortaleza-pela-vida.shtml>> Acesso em: 02 mar. 2014.

SOUZA Soares Terezinha Marilza de; OLIVEIRA, Leonidas Adriana de. Fatores de proteção familiares, situações de risco, comportamentos e expectativas de jovens de baixa renda. In: DELL' ANGLIO Débora Dalbosco; KOLLER, Sílvia Helena (Orgs.). São Paulo: **Casa do adolescência e juventude**: vulnerabilidade e contextos de proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

TEIXEIRA, Celi Lumena, **Sentido subjetivo da exploração sexual para uma adolescente prostituída**. In In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

TEIXEIRA, Niche Alex. **Televisão, hipercrimes e violências na Modernidade Tardia**. In TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (Org.) **Violência e cidadania**: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: sulina; Editora da UFRGS, 2011.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

TIBA, Içami. **Puberdade e adolescência**: desenvolvimento biopsicossocial. 5. ed. São Paulo: Àgora, 1995.

UCHÔA, Cristina; MAGALHÃES, Murilo. **Uma vida nada cor-de-rosa para as meninas em medida socioeducativa**. Pró-Menino Fundação Telefônica, 2010. Disponível em: <<http://entrandonarede.varzeapaulista.sp.gov.br/?p=549>> Acesso em: 02 mar. 2014.

VARELA, Alberto Carlos. O Estatuto da Criança e do Adolescente. **Revista MPMG \Jurídico**, ano II- edição especial, out. 2007.

VENÂNCIO, Catarina. **A família**. Disponível em: <<http://prezi.com/wwkcvaxbcq7k/a-familia>> Acesso em: 02 mar. 2014.

VICTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo, 2000.

VOLPI, Mário (Org.). **O adolescente e o ato infracional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 4. ed. São Paulo: Martins, Fontes 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZALUAR, Alba, **Da revolta ao crime S/A**. São Paulo: Moderna 1996. (Coleção Polêmica).

_____. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.12, n.35, p.29-47, 1997.

APÊNDICES A - Termo de Consentimento livre e esclarecido.

Pesquisa: Avaliação do Atendimento Socioeducativo Prestado às Adolescentes do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM)

Caro (a) Senhor (a),

Através deste documento você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa que tem como título: Avaliação do Atendimento Socioeducativo Prestado às Adolescentes do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM). O estudo tem o objetivo avaliar o atendimento socioeducativo dispensado pelo CEABM a partir da visão dos profissionais e adolescentes internas. No que concerne os instrumentos de

coleta de dados serão utilizados: observação participante, grupo de discussão, questionário e entrevistas semi-estruturada. É importante ressaltar, que as entrevistas deverão ser gravadas com o consentimento de V.Sa. e posteriormente transcritas e analisadas pela pesquisadora.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

1. A garantia de que as informações obtidas serão utilizadas apenas para a realização do estudo;
2. Acesso às informações sobre os procedimentos e benefícios relacionados ao estudo, inclusive para esclarecer dúvidas que possam surgir;
3. Liberdade para retirar seu consentimento, a qualquer momento, e não participar do estudo, sem que isso lhe traga quaisquer prejuízos ou constrangimento.
4. A Garantia de sigilo, de que quando o estudo for apresentado não usarei seu nome, assim como não darei nenhuma informação que possa identificá-lo (a);

Pesquisadora
Orlana Rachel Lisboa Leite

APÊNDICE B - Roteiro para entrevista dos instrutores educacionais.

Nome do Entrevistado(a): (não é necessário)_____

Instituição: Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM)

Função/Cargo do Entrevistado (a): _____

Formação:_____

1. Fale um pouco da sua trajetória profissional?
2. Como você se sente trabalhando com adolescentes do sexo feminino?
3. Como acontece as relações interpessoais no CEABM?
4. Você acredita que o atendimento do CEABM está em consonância com o

SINASE?

5. Quais os pontos positivos e negativos que se colocam diante do atendimento?
6. Você se considera importante no processo de ressocialização dessa adolescente?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com as técnicas e diretora

Nome do Entrevistado (a) _____

Instituição: Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM)

Função/Cargo do Entrevistado (a): _____

Data: ____/____/____

TEMA: Contextualização do Atendimento Socioeducativo do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM).

1. Fale um pouco de você e da sua trajetória profissional
2. Como acontece o atendimento socioeducativo no CEABM
3. Como é considerada a questão gênero no atendimento socioeducativo:
4. Como você percebe o CEABM após o SINASE?
5. Como você considera as relações interpessoais no CEABM?
6. Quais os pontos positivos e negativos que você encontra no exercício da sua função?
7. Você se considera importante no processo de ressocialização dessa adolescente?

APÊNDICE D - Questionário aplicado às adolescentes atendidas no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM).

Nome: _____

Naturalidade: _____

1. Qual a sua idade: _____

2. Como você se considera:

() branco

() preto

() pardo

- outros
3. Qual a sua escolaridade:
- Não estudou;
- Ensino Fundamental – incompleto
- Ensino Fundamental – completo
- Ensino Médio – incompleto
- Ensino Médio – completo
4. Qual o seu estado civil
- Solteira
- Casada
- Divorciada
- Separada
5. Você tem filhos?
- Sim
- Não
- Quantos _____
6. Antes de entrar no CEABM você exercia alguma atividade laboral?
- Sim
- Não
- Qual _____
7. Você pertence a alguma igreja?
- Sim
- Não
8. Seus pais vivem juntos?
- Sim Não
9. Quem é o principal responsável pelo sustento familiar?
- Pai e mãe
- Só pai

- Só mãe
- Você
- irmão ou parente
- padrasto
- Madrasta
- outros _____

10. Qual a profissão do responsável pelo sustento da família?

- Comerciante Micro-empresário
- Pedreiro Pintor Eletricista Encanador
- Motorista Metalúrgico Vigia
- Segurança Porteiro Doméstica
- Babá Acompanhante de Idosos
- Jardineiro Caseiro
- Atualmente sobrevive de Bicos.
- Desempregado(a) – Sem nenhuma ocupação
- Outra(s) _____

11. Qual a renda mensal familiar:

- Até R\$ 510,00.
- De R\$ 510,00 até R\$ 755,00.
- De R\$ 755,00 até R\$ 1.020,00.
- De R\$ 1.020,00 até R\$ 1.530,00.
- Acima de R\$ 1.530,00
- Recebe ajuda Programa Social do Governo Federal
- Não possui nenhuma renda – Vive de ajuda de outros

12. Qual o tipo de residência que você mora?

- Própria
- Alugada
- Doadada

13. Você é reincidente?

- Sim

Não

Quantas vezes você já reincidiu?

uma vez

Duas vezes

Três vezes

Quatro vezes

Mais de quatro vezes

14. Você já teve ou tem envolvimento com drogas?

Sim

Não

Quais tipos _____

15. Seus familiares têm envolvimento com algum tipo de droga?

Sim

Não

Qual tipo _____

16. Você já sofreu algum tipo de violência?

Sim

Não

Que tipo _____

Qual _____

17. Você acha que após o cumprimento da sua medida socioeducativa você será discriminada?

Sim

Não

18. Você tem sonhos ao sair do CEABM?

Sim

Não

**APÊNDICE E - Roteiro de entrevista para as adolescentes atendidas no
CEABM.**

Nome: _____

Naturalidade _____

Qual a sua idade _____

1. Como você percebe o atendimento socioeducativo recebido neste lugar?
2. Alguma coisa mudou na sua vida durante o atendimento?

3. Como você considera as relações interpessoais neste lugar?
4. Como você acha que a questão de gênero se coloca neste lugar?
5. Você sente que está sendo preparada para o mercado de trabalho?